



Universidade Federal Rural de Pernambuco
Fundação Joaquim Nabuco
Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades

PLÍNIO XAVIER DE FIGUEIRÔA

**GRÊMIO ESTUDANTIL NA ESCOLA PÚBLICA: entre a participação e a
solidariedade caritativa (Agreste de Pernambuco, 2018-2020)**

RECIFE

2020

PLÍNIO XAVIER DE FIGUEIRÔA

**GRÊMIO ESTUDANTIL NA ESCOLA PÚBLICA: entre a participação e a
solidariedade caritativa (Agreste de Pernambuco, 2018-2020)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, Culturas e Identidades.

Orientador: Prof. Dr. Humberto da Silva Miranda

Coorientador: Prof. Dr. Hugo Monteiro

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e Processos Educativos e Culturais da Infância e da Juventude

Recife

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F475g Figueirôa, Plínio Xavier de
Grêmio estudantil na escola pública: entre a participação e a solidariedade caritativa (Agreste de Pernambuco, 2018 - 2020) / Plínio Xavier de Figueirôa. - 2020.
107 f.

Orientador: Humberto da Silva Miranda.
Coorientador: Hugo Monteiro.
Inclui referências e apêndice(s).

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, Recife, 2021.

1. Grêmio estudantil. 2. Participação estudantil. 3. Escola democrática. I. Miranda, Humberto da Silva, orient. II. Monteiro, Hugo, coorient. III. Título

CDD 370

PLÍNIO XAVIER DE FIGUEIRÔA

**GRÊMIO ESTUDANTIL NA ESCOLA PÚBLICA: ENTRE A PARTICIPAÇÃO E A
SOLIDARIEDADE CARITATIVA (AGRESTE DE PERNAMBUCO, 2018-2020)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades associado à Universidade Federal Rural de Pernambuco e à Fundação Joaquim Nabuco

Aprovada em 21/08/2020

BANCA EXAMINADORA

Dr. Humberto da Silva Miranda – Universidade Federal Rural de Pernambuco – Orientador e
Presidente

Dr^a Patrícia Maria Uchoa Simões – Fundação Joaquim Nabuco – Examinadora Interna

Dr^a Juliana Alves de Andrade – Universidade Federal Rural de Pernambuco –
Examinadora Externa

AGRADECIMENTOS

Chegar neste momento da escrita é de muita emoção, pois é quando percebo que estou concluindo mais um ciclo em minha vida, que foi de aprendizado, desconstrução, evolução, conhecimento, desafio, amor, amizade, superação, confiança e mais que tudo um momento de GRATIDÃO.

Gratidão a Deus, aos Encantados, aos Espíritos de Luz, aos meus Orixás, aos meus Antepassados, pela vida e por terem me guiado durante esta trajetória por quais caminhos deveria trilhar.

Gratidão às mulheres que fazem parte da minha vida e desta conquista, a minha mãe Irene Figueirôa, por ser meu alicerce no qual posso confiar e me proteger, a minha companheira e esposa, Gleise Emanuella, pelo incentivo nos momentos difíceis e de angústia e por esse momento de felicidade que é nossa espera pela criança Lya ou Joaquim. Ao meu irmão, Matheus Xavier, que, mesmo distante, fez-se presente nesta caminhada.

Gratidão a Mykaella, Domitila e Bela por me acolherem em suas residências nas diversas viagens ao Recife.

Gratidão aos amigos e amigas que nesta jornada conheci, a todos da turma 2018 do Mestrado em Educação, Culturas e Identidades, aos companheiros e companheiras do Laboratório de História da Infância do Nordeste, pelas conversas, apoio e companheirismo nesta aventura acadêmica.

Gratidão ao programa de mestrado em Educação, Culturas e Identidades, aos professores, funcionários e coordenação.

Gratidão ao meu professor e coorientador Professor Hugo Monteiro, às Professoras Juliana Andrade e Patrícia Simões, pelas considerações e contribuições para esta pesquisa desde a qualificação até a banca examinadora.

Gratidão em especial ao meu orientador, o Professor Humberto Miranda.

Com este trabalho, realizo um sonho, antes a mim negado, por condições geográficas e socioeconômicas. Após terminar o ensino médio em 2004, era possível sonhar com qualquer coisa, menos com a universidade pública, sonho este esquecido, adormecido. Quando conheci a Escola de Conselhos de Pernambuco, através do curso de especialização no interior do estado, percebi que aquele sonho podia acordar e foi o que aconteceu...

Gratidão.

Se avexe não
Toda caminhada começa no primeiro passo
A natureza não tem pressa, segue seu compasso
Inexoravelmente chega lá. (ACCIOLY NETO).

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo analisar a participação de estudantes através do grêmio estudantil. Buscou entender a organização do grêmio estudantil, como está sendo construída essa participação na escola e como isso tem impactado na vida dos estudantes fora do cotidiano escolar, além de também investigar as possíveis práticas adultocêntricas que impedem a participação dos estudantes na escola. Teve como pressuposto a percepção de que o grêmio estudantil é um espaço conquistado e coletivo e que pode construir práticas democráticas entre os estudantes e a escola como também com a sociedade de forma geral. Fundamentada na metodologia qualitativa, especificamente em um estudo de caso com base em André (2001), Yin (2001) e Pizzol (2004), a pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública estadual do ensino médio que faz parte do programa semi-integral no Agreste de Pernambuco. Fizemos análises dos documentos da escola pertinentes à normatização, promoção e funcionamento do grêmio estudantil, como também o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição escolar. Também realizamos grupos focais com os estudantes que fizeram parte do grêmio no período de 2018 a 2020. A análise dos dados foi desenvolvida na perspectiva da metodologia de análise de conteúdo segundo os autores Bardin (1977), Minayo (2007) e Oliveira (2008), tomando as falas dos estudantes durante os grupos focais como fontes das categorias apresentadas neste trabalho. O grêmio estudantil configura-se como um espaço que pode promover experiências participativas com os estudantes e com isso desenvolver práticas cada vez mais democráticas. Tendo em vista que o grêmio estudantil é na maioria das vezes a primeira oportunidade de os estudantes participarem de um espaço democrático e coletivo, trata-se de um incentivo, mesmo que de forma indireta, a desenvolver a participação de forma ativa. É um espaço em favor do qual precisamos reafirmar sua proposta e conquista na escola. Embora essa participação seja controlada pelos adultos que estão presentes no cotidiano das escolas e pelos ideários da religião cristã, que prega que para ser um ser humano bom é necessário desenvolver a solidariedade e a caridade, práticas encontradas em nosso estudo, fortalecer o grêmio estudantil é promover cada vez mais uma educação democrática.

Palavras-Chave: Grêmio Estudantil. Participação Estudantil. Escola Democrática.

ABSTRACT

This research aimed to analyze student participation through the student union. It sought to understand the organization of the student union and how this participation in the school is being built and how it has an impact on the students' lives beyond the school routine, as well as investigating the possible adult-centered practices that prevent students from participating in the school. It was assumed that the student union is a conquered and collective space and that it can build democratic practices between students and the school as well as with society in general. Based on the qualitative methodology, specifically not even a case study, the research was developed in a state public high school that is part of the semi-integral program in the countryside of Pernambuco. We carried out analyzes of the school documents relevant to the standardization, promotion and operation for the student union, as well as the PPP (Pedagogical Political Project) of the school institution, we held focus groups with the students who were part of the union in the period from 2018 to 2020. The data analysis was developed from the perspective of the content analysis methodology, making the students' speeches during the focus groups as the source of the categories presented in this work. The student union is configured as a space that can promote participatory experiences with students, thereby developing increasingly democratic practices. Bearing in mind that the student union is most of the time the students' first opportunity to participate in a democratic and collective space, with this it is an incentive, even if indirectly, to develop this participation actively. It is a space that we need to reaffirm your proposal and achievement at school. Although this participation is controlled mainly by the ideas of the Christian religion, which preaches that to be a good human being you need to develop solidarity and charity, practices that are found in our study. Strengthening the student union is promoting more and more democratic education.

Keywords: Student Guild. Student Participation. Democratic School.

ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Ato Institucional
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EREM	Escola de Referência em Ensino Médio
IDESP	Índice de Desenvolvimento de Educação do Estado de São Paulo
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político-Pedagógico
SAM	Serviço de Assistência aos Menores
SIEPE	Sistema de Informação da Educação de Pernambuco
UESP	União dos Estudantes Secundaristas de Pernambuco
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	CAMINHOS DA PESQUISA	27
2.1	PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL: UM ESTADO DA ARTE	27
2.2	TRAÇADOS METODOLÓGICOS	43
2.2.1	Lócus e sujeitos da pesquisa	44
2.2.2	Instrumentos	45
2.2.3	Técnica de pesquisa	46
2.2.4	Análise documental	48
2.2.5	Análise de conteúdo	48
2.3	CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	49
3	PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL: GRÊMIO, LEGISLAÇÃO E SOLIDARIEDADE CARITATIVA	53
3.1	ESPAÇO CONQUISTADO: GRÊMIO ESTUDANTIL	53
3.2	GARANTIAS E QUESTÕES DE LEGISLAÇÃO	59
3.2.1	Cenário em Pernambuco	67
3.3	SOLIDARIEDADE CARITATIVA	70
4	ATUAÇÃO DE GRÊMIO ESTUDANTIL: OLHARES E RELATOS	73
4.1	OLHARES SOBRE A ESCOLA	73
4.2	OLHARES SOBRE O GRÊMIO	77
4.3	OLHARES SOBRE A PARTICIPAÇÃO	87
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
	REFERÊNCIAS	103
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO APRESENTADO AOS RESPONSÁVEIS PELOS ESTUDANTES PARTICIPANTES DA PESQUISA	113
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO APRESENTADO AOS ESTUDANTES PARTICIPANTES DA PESQUISA	115

1 INTRODUÇÃO

É o grêmio pelos alunos e o grêmio pelo grêmio.
(Karolyne, estudante de uma escola pública do Agreste de Pernambuco e presidente do grêmio estudantil).

Para a efetivação de um projeto de uma educação escolar democrática, em que esteja assegurado o pleno exercício da cidadania e dos direitos humanos dos estudantes, é de fundamental relevância a promoção do protagonismo infantojuvenil como elemento central no processo educativo. Iniciamos com a fala de Karolyne, que é estudante de uma escola do Agreste de Pernambuco e presidente do grêmio estudantil da escola na qual estuda o ensino médio.

De acordo com o professor Eduardo Chaves (2016), a participação estudantil, tanto na escola quanto na comunidade e sociedade na qual está inserida, é tão significativa que a aprendizagem transborda o espaço escolar, sendo um ganho bastante significativo para toda a sociedade, pois é dessa maneira que o jovem pratica ações democráticas.

Na ideia do protagonismo juvenil apresentada acima, o estudante participa de todas as etapas da organização escolar. Encontra-se assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, no inciso IV do artigo 52, o direito da criança e do adolescente à organização e participação em entidades estudantis. O ECA tem como princípio a concepção que nossos estudantes são “sujeitos dos direitos”.

Consideramos que, para desenvolver o protagonismo juvenil na educação, é necessária a construção de uma relação harmoniosa e dinâmica entre conhecimento, participação e formação, fortalecendo uma educação para a cidadania. De acordo com Costa (2000), essas são as etapas fundamentais para desenvolver o protagonismo como forma de uma participação ativa e construtiva do estudante na vida da escola e da comunidade.

Nada fácil perante o contexto no qual o estudante está inserido. A partir da pesquisa realizada, percebemos que boa parte das escolas brasileira ainda não se apresentam como espaço de promoção para o protagonismo infantojuvenil por meio dos grêmios estudantis. De acordo com Rafael Yus, em seu livro *Educação integral: uma educação holística para o século XXI*: “A escola deve ser um espaço social regido por critérios de participação inspirados na mesma filosofia que alimenta os sistemas democráticos, porém é esperado que estas realizações educativas contribuam decisivamente para impulsionar projetos de transformação social” (YUS, 2002, p. 155).

O grêmio estudantil poderá contribuir com a escola nesse processo de fomento do protagonismo dos estudantes, tanto através da participação do grêmio, que deve assumir práticas voluntárias e comunitárias, quanto por meio do desenvolvimento das atividades educativas.

A presente pesquisa objetiva analisar a organização do grêmio estudantil de uma escola de referência em ensino médio da rede estadual, localizada no Agreste de Pernambuco. Partimos do problema central de como vem sendo construída a participação estudantil em uma escola localizada no interior do estado e seus impactos na vida dos estudantes para além da escola e do cotidiano escolar. Objetivamos investigar como é desenvolvida a atuação do grêmio estudantil enquanto espaço de representatividade estudantil como também investigar os possíveis comportamentos adultocêntricos que impedem a participação dos estudantes.

Segundo Thomas Marshall (1967), a história do direito à educação é igual às lutas da classe trabalhadora, considerando que “a educação é um pré-requisito necessário da liberdade civil”.

A educação das crianças está diretamente relacionada com a cidadania, e, quando o Estado garante que todas as crianças serão educadas, este tem em mente, sem sombra de dúvidas, as exigências e a natureza da cidadania. Está tentando estimular o desenvolvimento de cidadãos em formação. O direito à educação é um direito social de cidadania genuíno porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva. Basicamente, deveria ser considerado não como o direito da criança frequentar a escola. Mas como o direito do cidadão adulto ter sido educado. (MARSHALL, 1967, p. 73).

Em 1934, o Brasil reconhece o ensino fundamental com um direito e, em 1967, o ensino fundamental passa de quatro para oito anos. Como destaca Carlos Roberto Cury (2002), passa-se a reconhecer a educação como um direito público subjetivo com a Constituição Federal de 1988, de tal forma que qualquer pessoa, criança, jovem, adulta ou idosa, poderá exigí-lo a qualquer momento da vida.

No Brasil, a partir do período de redemocratização, assistimos a uma produção de vários dispositivos legais que asseguram a participação dos estudantes no espaço escolar. A promulgação da Lei Nº 7.398 de novembro de 1985, garante a organização de entidades estudantis de 1º e 2º graus (ensino fundamental e médio, afirmando o direito dos estudantes a se organizarem em grêmios estudantis (secundaristas).

Art. 1º - Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas

dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais.

§ 1º - (VETADO).

§ 2º - A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em Assembléia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino convocada para este fim.

§ 3º - A aprovação dos estatutos, e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante observando-se no que couber, as normas da legislação eleitoral.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário. (BRASIL, 1985).

Nesse contexto, nasce e fomenta sua expressividade dentro do ambiente escolar em consonância com a própria finalidade da educação expressada no artigo 205 da Constituição Federal de 1988 assumida pelo ECA: “Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

Também na década de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 3º, apresenta os princípios que norteiam o ensino, entre os quais: igualdade de condições de acesso e permanência nas instituições de ensino, liberdade para aprender, ensinar e pesquisar, respeito ao pluralismo de ideias e à liberdade, gestão democrática e diversidade étnico-racial.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;

XII - consideração com a diversidade étnico-racial.

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (BRASIL, 1996).

Nesse artigo estão elencados os princípios que norteiam o ensino, que estão vinculados diretamente a uma educação alicerçada em valores como a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, a arte e o pensamento crítico e criativo.

O Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013, tem como princípios a promoção da autonomia e emancipação dos jovens, a valorização e promoção da participação

social e política, de forma direta e por meio de suas representações, reconhecimento dos jovens como sujeitos dos direitos universais, respeito à diversidade individual e coletiva dos jovens, promoção da vida, da cultura e da paz e a valorização dos diálogos e convívios dos jovens com as demais gerações.

Art. 2º O disposto nesta Lei e as políticas públicas de juventude são regidos pelos seguintes princípios:

- I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
 - II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
 - III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
 - IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
 - V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
 - VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
 - VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e
 - VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.
- (BRASIL, 2013).

Os sujeitos da pesquisa foram estudantes participantes do grêmio estudantil, que têm em média 15 anos de idade. Nos fundamentos no Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece-se que adolescente é a pessoa que se encontra na faixa etária entre doze anos completos e dezoito anos incompletos (BRASIL, 1990). Já no Estatuto da Juventude, o indivíduo na faixa etária dos 15 aos 18 anos de idade é considerado jovem.

Portanto, por entender que os estudantes são sujeitos dos direitos, não pretendemos com esta pesquisa enquadrar os estudantes em uma categoria ou outra. Compreendemos que os estudantes desta pesquisa são “adolescentes-jovens”, expressão que vem sendo problematizada nas pesquisas desenvolvidas pelo historiador Humberto Miranda. Os conceitos de adolescência e juventude são produzidos historicamente, segundo Miranda (2017), e variam de acordo com o tempo e o espaço. De acordo com a professora e pesquisadora Juliana Alves de Andrade (2018), precisamos compreender que adolescências e juventudes correspondem a uma categoria social e que são construídas a partir de dimensões culturais.

Ao tomarmos esse cuidado de classificar os sujeitos da pesquisa, reconhecemos a potencialidade dos adolescentes-jovens e suas capacidades para lembrar, refletir e projetar-se. Com isso, lançamos mão das perspectivas que concebem a infância e adolescência a partir de uma lógica de “devir a ser” e passamos a defender a ideia de sujeitos de direito, portanto, sujeitos plenos no agora e não num “vir-a ser” ou alguém que “ainda não é”. (ANDRADE, 2018, p. 94).

Acreditamos que os estudantes do grêmio estudantil são capazes de compreender e apresentar esse contexto vivenciado apenas por eles, pois, como adolescentes-jovens, são capazes de sinalizarem anseios e desejos. Sendo assim, a escola é um lugar propício para fomentar a participação de forma ativa desses estudantes.

Consideramos a escola, principalmente da rede pública de ensino, como espaço para a promoção do desenvolvimento da consciência política do indivíduo. Nesse sentido, à Escola cabe a assegurar o sentimento republicano que contribua para a intensificação da luta pela educação como direito social e como prática emancipatória.

Essa organização estudantil nas escolas secundaristas recebe o nome de grêmio estudantil. É uma organização que representa os interesses dos estudantes na escola. Ela permite que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ações tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade. O grêmio é um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de lutas por direitos.

As pesquisas apontam que, na maioria das vezes, a escola, a família e os professores não reconhecem os estudantes como sujeitos dos direitos, criando, assim, uma zona de conflito entre esses atores. Como afirma Sarmento (2013), esses conflitos acontecem quando a criança é reconhecida como incompleta e de caráter fragmentado.

O grêmio estudantil nos desperta atenção desde o período escolar, como sendo uma das formas de auto-organização dos estudantes para reivindicarem algo, para se desenvolverem como protagonistas em meio a seu próprio processo educativo. Atuando enquanto conselheiro tutelar (2013-2020), percebemos que, na maioria dos atendimentos e visitas, havia alguns estudantes evadidos da escola, por não se identificarem com a escola, ou seja, por não se sentirem como partes daquele espaço. Outra atividade que desenvolvi foi o trabalho de conclusão de Curso de Extensão “Ser Conselheiro”, no ano de 2015, realizado na Escola de Conselhos de Pernambuco¹, como iniciativa da extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Nessa produção, problematizei a questão dos direitos à educação no cenário das vulnerabilidades e cheguei à conclusão de que a evasão acontece por conta do fato de muitos estudantes verem a escola como algo distante de sua realidade, anseios e sonhos. E no ano de 2017, fiz parte da segunda turma de especialização em direitos humanos de criança

¹ A Escola de Conselhos de Pernambuco é um Núcleo de Formação Continuada dos Conselheiros dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselheiros Tutelares de Pernambuco. Foi instaurada em novembro de 2008, numa parceria entre a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco (CEDCA-PE). Também conta com a importante parceria da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que, por meio da Fundação Apolônio Salles, é responsável pela execução do projeto, além de desenvolver cursos e divulgação das publicações.

e adolescentes, uma parceria da Escola de Conselhos de Pernambuco e a Universidade Federal Rural de Pernambuco. Na ocasião, realizei um estudo de caso sobre o grêmio estudantil da escola na qual lecionava.

Por meio de várias atividades realizadas na escola, enquanto professor da rede estadual de ensino, discutir os direitos de crianças e adolescentes sempre foi atividade presente em minhas aulas na disciplina de história. Nessas atividades percebi que os próprios estudantes não se compreendem reivindicadores de tais direitos ou possuidores dessa reivindicação. Então o grêmio estudantil é um meio de organização dos estudantes para debaterem e perceberem que são sujeitos passíveis de mudanças e capazes de desenvolverem a participação estudantil dentro desse processo educativo, fortalecendo a escola pública democrática.

O grêmio estudantil é um espaço organizado destinado a debates e discussões de interesses dos estudantes dentro da escola em meio ao processo educacional e até mesmo da comunidade escolar, em que pesem os princípios da democracia e da participação. Tem como atribuição central incentivar a participação dos alunos nas decisões da escola, aperfeiçoando os mecanismos de uma escola democrática. De fato, esse núcleo organizativo é considerado uma das primeiras possibilidades orgânicas que os adolescentes têm de participação na sociedade, colocando-se como voz ativa nas decisões da escola, entre elas: reuniões de pais e mestres, conselho escolar e calendário da escola.

Por compreender os estudantes enquanto sujeitos dos direitos e ativos socialmente, trazemos uma abordagem qualitativa, onde analisamos os estudantes em seus contextos e vivências no grêmio estudantil. Arilda Schmidt Godoy (1995), em artigo sobre a abordagem qualitativa, apresenta que:

Algumas características básicas identificam os estudos denominados “qualitativos”. Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno. (GODOY, 1995, p.21).

O estudo de caso é a metodologia adotada para desenvolvermos esta pesquisa. Para Robert K. Yin (2001), o estudo de caso é uma investigação empírica que busca compreender o fenômeno em seu contexto da vida real. O grupo focal é a técnica que consideramos mais adequada para ouvirmos os estudantes de forma mais livre para expor seus pensamentos, já que através do moderador estimula-se o debate das temáticas que se quer abordar. O grupo

focal é baseado na comunicação e interação. Integralizando nossa proposta metodológica, a análise documental foi realizada para problematizar o projeto político-pedagógico, planos de ensino, livros de atas de reuniões de pais e mestres e do conselho escolar e o livro de atas do próprio grêmio estudantil. De acordo Cechinel e outros (2016), a análise documental se apropria de materiais e documentos que ainda não receberam um tratamento analítico.

Dessa forma, diante das questões apresentadas, a dissertação está organizada em quatro seções, após esta Introdução. Na seção 2, “*Caminhos da Pesquisa*”, trazemos um levantamento das produções acadêmicas em nível de mestrado e doutorado em programas de pós-graduação em educação no período de 2013, ano esse de promulgação do Estatuto da Juventude, até 2019.

Diante dos achados, dividimos a abordagem em três etapas. Na primeira, reunimos pesquisas de caráter histórico que trazem grêmios estudantis e literários e associações de estudantes secundaristas no período antes e depois da Ditadura Militar do Brasil. Na segunda etapa, trazemos pesquisas que problematizam e analisam a gestão democrática colocando os próprios estudantes em segundo plano ou quase inexistente nesse processo de escola democrática. A terceira etapa traz o estudante como interlocutor principal das pesquisas, abordando formas de participação estudantil como foi o movimento de ocupações secundaristas que ocorreram no Brasil.

Nos traçados metodológicos, apresentamos a metodologia que dá suporte a nossa pesquisa, que é qualitativa, contém estudo de caso, está apoiada em grupo focal como técnica e apresenta análises de conteúdo e documental. Apresentamos os sujeitos que são estudantes participantes do grêmio estudantil, localizado em uma escola do Agreste pernambucano.

Nas considerações éticas, descrevemos a importância de pesquisarmos estudantes e nosso compromisso ético ao desenvolver esta pesquisa. Deixamos o leitor informado do nosso termo de consentimento livre e esclarecido tanto para os pais ou responsáveis quanto para os próprios estudantes participantes da pesquisa.

Na seção 3, “*Participação Estudantil: Grêmio, Legislação e Solidariedade Caritativa*”, abordamos os conceitos de grêmio estudantil como também questionamos algumas definições e estruturas que encontramos em nosso levantamento bibliográfico. A respeito das leis que garantem a legalidade do grêmio estudantil e fortalecimento da escola democrática, enfocamos a Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PNE:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2014).

Analisamos o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005 de 2014, que determina diretrizes, metas e estratégias para a política de educação no período de 2014 a 2024, principalmente de acordo com o nosso objeto de pesquisa, que é o fortalecimento e a promoção da participação estudantil nas instituições escolares.

No cenário do estado de Pernambuco, problematizamos a Lei estadual nº 12.280 de 11 de novembro de 2002, que dispõe sobre a proteção integral aos direitos dos alunos, e direcionamentos da Secretaria Estadual de Educação referentes ao fortalecimento dos grêmios estudantis. Também trouxemos abordagem sobre o Plano Estadual Decenal de Direitos Humanos de Criança e Adolescentes de Pernambuco (2018-2027), por consideramos uma conquista no campo das políticas públicas para as infâncias no estado, construído pelas várias infâncias, éticas, sociais e geográficas.

É importante destacar a participação efetiva das crianças e dos adolescentes no processo de construção desse plano. Os meninos e meninas para participarem ativamente do Primeiro Encontro das Infâncias Pernambucanas, as oficinas e dos seminários descentralizados. A participação cidadã de nossas crianças e adolescentes se efetivou e fez valer o compromisso do Plano em trazer os olhares das diferentes infâncias sobre os problemas do presente e as expectativas para o futuro. (CEDCA, 2018).

Abordamos o conceito de caridade, pois os estudantes que fazem parte do grêmios estudantis acreditam ser um grêmios solidário e apontam tratar-se de uma atribuição e ação central do órgão de representação discente. Dessa forma, deixam de lado uma participação ativa e reivindicatória para desenvolver atividades ligadas à caridade pregada e propagada pela Igreja Católica.

[...] a caridade é difundida como um dever cristão, como possibilidade de demonstrar perante a sociedade um caráter nobre e bondoso e não como

possibilidade de fortalecer os laços de solidariedade entre os membros de uma comunidade. Tendo por premissa básica o amor ao próximo, ela é considerada a base que levaria homens e mulheres a terem sentimentos e virtudes que seriam inerentes à natureza humana, como a bondade, a capacidade de perdoar, de acolher, a humildade, a aceitação mútua. (SILVA, 2006, p. 328)

Na seção 4, “*Atuação de Grêmios Estudantis: Olhares e Relatos*”, discorremos sobre as análises dos resultados, os diversos olhares dos estudantes participantes do grêmios estudantis sobre a escola, sobre o grêmios em sua atuação e participação no cotidiano escolar. Trazemos análises sobre como esses estudantes olham e pensam a escola em sua estrutura, as relações do grêmios estudantis nas suas atividades e ações no decorrer dos anos 2018 e 2019 e como se constrói e vivencia essa participação estudantil no cotidiano escolar, entre avanços, retrocessos e impasses para efetivar essa participação. Abordamos ainda alguns comportamentos adultocêntricos que controlam e manipulam essa participação estudantil e como se dá o uso das práticas e vivências das tradições cristãs na escola.

Na seção 5, concluímos a dissertação, tecendo algumas considerações finais.

Os adolescentes jovens precisam ocupar esse espaço idealizado e criado para e por eles de forma efetiva. Desde a sua ideia até as suas ações. O grêmios estudantis é um mecanismo para potencializar e desenvolver essa participação no cotidiano escolar. Para mudar os nossos objetivos no meio acadêmico, precisamos ouvir, problematizar e produzir o que os estudantes vivenciam. Trocando esse olhar analítico, podemos construir uma educação mais significativa para os estudantes.

Mesmo diante de um grêmios estudantis que não efetiva essa participação de forma ativa, pelo motivo de não conhecer e não ter suporte para além da escola para desenvolver tal participação, precisamos fortalecer esses espaços que, mesmo de forma manipulada, levam até nossos estudantes experiências de práticas democráticas. Devemos ter em vista que para além da escola as nossas crianças, adolescentes e jovens têm espaços quase inexistentes em nossa sociedade para vivenciar tal experiência. Precisamos considerar isso para fortalecer cada vez mais uma sociedade democrática.

2 CAMINHOS DA PESQUISA

2.1 PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL: UM ESTADO DA ARTE

A análise da produção acadêmica tem como objetivo conhecer a produção científica e as discussões em torno da temática “Grêmios Estudantis”. Buscamos realizar um levantamento das pesquisas que vêm sendo feitas nos últimos anos acerca da temática. Acreditamos que esse procedimento permitiu a identificação do conhecimento produzido nas diferentes áreas do conhecimento, contribuindo para apontar quais elementos, interlocutores e metodologias têm sido mais relevantes e abordados nas pesquisas, além de apontar lacunas existentes, localizar onde nossa pesquisa se encontra e no que podemos avançar e contribuir nessa temática.

A partir dos levantamentos das pesquisas sobre grêmios estudantis e participação estudantil, foi possível construir um estado da arte sobre essa temática. De acordo com as autoras Romanowski e Ens (2006), as pesquisas do tipo estado da arte em educação:

[...] podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada. (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39).

A realização desses levantamentos possibilita a contribuição com a organização e análise na definição de um campo de conhecimento específico, uma área, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais. Ler e analisar esses trabalhos não se restringe a identificar a produção, mas analisá-la, categorizá-la e rever os múltiplos enfoques e perspectivas.

Para Soares (2000, p. 4), num estado da arte, é necessário considerar “categorias que identifiquem, em cada texto, e no conjunto deles, as facetas sobre as quais o fenômeno vem sendo analisado”. Lüdke (1984, p. 80) afirma que com esse levantamento se constrói um marco histórico em uma determinada área do conhecimento, com isso possibilitando perceber sua evolução ao longo das pesquisas.

Para esta pesquisa, priorizamos as produções que se desenvolveram em nível de mestrado e doutorado em programas de pós-graduação em Educação, publicadas a partir de 2013 até 2019. Justifica-se que o recorte temporal parte da promulgação da Lei Nº 12.852, de

5 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude), que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o sistema nacional de juventude.

Utilizamos como instrumentos para realizarmos os levantamentos das produções acadêmicas os *sites*: *Biblioteca digital Brasileira de Teses e Dissertações* e o *Portal de Periódicos Capes*, por concentrarem grande parte do acervo de dissertações e teses do país e por serem *sites* de relevância e confiança para este tipo de estudo.

Para compor este levantamento, definimos alguns descritores com a finalidade de alcançar um número significativo para a nossa análise: “Grêmios Estudantis”; “Gestão Democrática”; “Participação Estudantil”; “Participação Estudantil Secundarista” e “Democracia Escolar”. Compreendemos que o grêmios estudantis não é apenas a única forma de os estudantes desenvolverem sua participação no cotidiano escolar, pois existem outras maneiras e formas de viver a participação estudantil, mas é evidente o papel central do grêmios estudantis nessa temática.

Após o levantamento das produções acadêmicas encontradas, a maneira que utilizamos para afunilar os trabalhos com o nosso tema foi relacioná-los de acordo com os nossos objetivos para esta pesquisa. Iniciamos por lermos todos os resumos dos trabalhos coletados; a segunda etapa foi reler na íntegra aqueles que melhor se aproximavam da nossa escolha teórica e metodológica, tornando-se, assim, referências para esta pesquisa. Dividimos os achados em três etapas, reunindo algumas pesquisadas relacionadas: a primeira é o grêmios estudantis e sua história, onde as pesquisas contextualizam ações do grêmios num recorte histórico antes, durante e após a Ditadura Civil Militar no Brasil; na segunda, o grêmios estudantis no universo escolar, as pesquisas trazem e problematizam a participação estudantil e a gestão democrática pelo olhar e fala da gestão escolar e documentos oficiais da escola deixando em segundo plano os estudantes nessa construção; a terceira e última agrupa as pesquisas relacionadas diretamente ao tema grêmios estudantis, nas quais as falas e vivências dos estudantes são objetivos centrais de problematizações e análise.

Na primeira etapa dessa divisão do estado da arte, iniciamos com a dissertação “Jovens e política na imprensa estudantil: o periódico ‘O Julinho’ em Porto Alegre no Rio Grande do Sul na década de 1960”, do autor Giovanni Biazzetto, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Rio Grande do Sul, defendida em 2016. Nela, o autor analisou as narrativas produzidas pelo grêmios estudantis do Colégio Júlio de Castilhos, localizado na cidade de Porto Alegre. Partindo de periódicos, o pesquisador analisou como os estudantes se relacionavam com as questões políticas pelas quais estavam passando tanto num

contexto regional quanto nacional. O pesquisador analisou um total de 21 edições e aproximadamente 540 textos publicados na década de 1960.

Apresenta uma investigação no campo da história cultural e história da educação. Pesquisa essa que está inserida no campo da história cultural, tendo como objetivo geral problematizar as realidades do passado por meio de representações pelas quais os estudantes expressavam a respeito de si e do mundo. Diante das 21 edições do periódico, o pesquisador separou os textos de acordo com as temáticas e políticas governamentais e educacionais. O autor declara que ao longo da pesquisa novos questionamentos foram aparecendo.

A pesquisa apresenta algumas participações políticas no cotidiano escolar e analisa como os estudantes se colocavam politicamente na sociedade que viviam. O autor apresenta que os estudantes deixaram pistas de que eram defensores da legalidade e da Constituição Federal. E que em seus periódicos não se apresentavam defesa ou favoritismo a algum partido político, mas explicitavam concepções políticas em que acreditavam e realizações de ações políticas no país. Defendiam ideias e não instituições ou estruturas.

A dissertação traz as discussões das Reformas de Base e Reforma Agrária no contexto histórico político da época. A representatividade não era apenas pelas páginas dos periódicos, mas também pelas ações para além, como reuniões com o governador e realizações de abaixo-assinados para pressionar o Congresso Nacional enviados diretamente aos políticos da época. Diante do contexto da década de 1960 após o Golpe Civil-Militar, as atuações dos estudantes através dos periódicos mudaram bastante de contexto, pois questões políticas não faziam mais parte das edições, algo relacionado com o silenciamento pelo qual todo o país passava naqueles tempos vividos.

Perante estas sugestões, primeiramente penso que se os estudantes sentiram a necessidade de afirmar que deputados e senadores precisavam ser “íntegros”, é porque, provavelmente, não confiavam plenamente na classe política, que para eles deveria ser “íntegra”, “progressista” e “patriota”. Os posicionamentos políticos vão sendo marcados, as pegadas deixadas desta vez apontam para estudantes que acreditam em uma postura política íntegra, em um pensamento político progressista. Porém, os escreventes não desenvolvem uma argumentação sobre a postura de um político progressista e patriota, qual deveria ser a postura desse político para eles? Creio que a falta deste tipo de argumentações seja uma das ausências das páginas do periódico. (BIAZZETTO, 2016, p. 77).

Os julianos, nomenclatura atribuída aos participantes do jornal, acreditavam que os estudantes faziam parte da sociedade e poderiam esclarecer a população, pois a maioria não sabia nem ler nem escrever, quanto à formação de governo que pudesse solucionar problemas do país, portanto a classe estudantil desenvolveria um papel importante perante a sociedade.

A dissertação da pesquisadora Isaura Melo de Franco, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Uberlândia, tem como título “Estudantes Tijucanos em cena: história de suas organizações políticas e culturais na cidade de Ituiutaba, no Estado de Minas Gerais no período de 1952 a 1968” publicada em 2014.

Ao longo da dissertação, a autora aborda como foi criada a “União Estudantil de Ituiutaba”, sua atuação e enfraquecimento. Partindo do ano de criação e organização de representação em nível municipal, tem como limite 1968, período marcado pelo desvinculamento e afastamento dos estudantes, que foram perdendo gradativamente suas ações, atividades e atuações na sociedade.

A pesquisadora aborda acontecimentos referentes às ações do movimento estudantil no contexto do cenário político, cultural, social e educacional tanto nos contextos regional e nacional nas décadas de 1950 e 1960, utilizando como metodologia a história-oral, por meio de entrevistas semiestruturadas, fotografia, documentos das escolas e de Atas da câmara municipal de Ituiutaba e coleções de jornais da cidade.

A pesquisadora analisou que a imprensa local concedeu bastante destaque às ações dos jovens estudantes, resultado de um fenômeno social e cultural de lutas e ações organizadas e pautadas nas expressões da pluralidade. Outro fato curioso trazido pela autora são os perfis traçados dos estudantes, que resultavam em dois, bastante distintos: por um lado, os revolucionários, que estavam ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE) e eram em sua maioria universitários, posicionados contra o governo militar; e por outro os conservadores, muito comuns nas cidades interioranas, que, ligados aos valores morais da tradicional família católica mineira, após a implantação da Ditadura Militar, tornaram-se líderes, e, assim, as ações revolucionárias dos estudantes de Ituiutaba já não faziam mais parte das matérias dos jornais da cidade.

Em relação ao movimento discente em Minas Gerais, principalmente nos anos de 1960, ponderamos que este foi constituído por grupos distintos que divergiam em relação aos interesses perseguidos, não sendo possível falar de um movimento estudantil homogêneo, mas multifacetado em seus diversos âmbitos. Vale ressaltar que os estudantes secundaristas e universitários da região do Triângulo Mineiro vivenciaram no referido período, prática e ações condizentes com as questões sociais, políticas e culturais vivenciadas pelo país nesse momento. Além da considerável influência da Igreja Católica, tanto no setor direitista como no progressista, a qual direcionou grande parte da cultura discente regional. (FRANCO, 2014, p. 168).

Os estudantes, tanto os universitários quanto os secundaristas, faziam parte de uma pequena minoria, que era privilegiada por ter acesso à escola (educação) na época. A autora

traz as principais práticas culturais que faziam parte das ações dos estudantes: desfiles cívicos; atividades artísticas e literárias; práticas esportivas e festas destinadas a obras assistencialistas, mas também existiam algumas ações políticas nas quais o público de estudantes era bem menor. Para esse fato a pesquisadora apresenta uma possível causa: a maioria dos líderes dos grêmios estudantis eram escolhas dos líderes das instituições. A partir de dezembro de 1968, as ações dos estudantes de Ituiutaba desapareceram das páginas dos jornais locais.

A pesquisa de Mary Jones Ferreira de Moura Aquino foi publicada em 2016 com o título “Organização e imprensa estudantil no Colégio de São Luiz e Liceu Maranhense: processo de formação de uma elite letrada (1949-1958)”, no Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). A produção apresenta como objetivo principal investigar as organizações discentes da cidade de São Luiz do Maranhão entre 1949 e 1958 em duas escolas. Tal investigação foi desenvolvida através das publicações impressas de jornais organizados pelos estudantes participantes dos grêmios. Jornais esses que traziam textos literários que relatavam o cotidiano escolar e questões políticas da cidade e do país, que circulavam além das instituições escolares.

Na metodologia de análise dos jornais, a pesquisadora utilizou, enquanto referencial, Cruz e Peixoto (2007) e Luca (2008), e Sirinelli (1998) na investigação sobre a sociabilidade empreendida pelos impressos estudantis. Desse modo a pesquisa encontra-se no campo da história da educação na perspectiva da cultura escolar dentro na nova história cultural.

O Colégio São Luiz e o Liceu Maranhense são escolas localizadas na cidade de São Luís no estado do Maranhão. Os estudantes produziram os jornais: Avante (1949); Folha Estudantil (1951); O Estudante de Atenas (1956-1957) e o Liceu (1957-1958), todos ligados a grêmios culturais e recreativos. Com essas publicações, os estudantes relacionavam-se com as questões políticas da cidade e do Brasil através de textos literários, além de abordar o contexto escolar.

O fato dos estudantes se envolverem na organização e na produção dos jornais em suas escolas representava um esforço em não deixar desaparecer aqueles que representaram o Maranhão nos círculos literários do Brasil do século XIX e início do século XX, permanecendo, portanto, um diálogo entre passado e presente, um eco das elites letradas da cidade. Entende-se que as organizações estudantis se consideravam porta-vozes desse eco, desenvolvendo produções literárias e também posicionamentos políticos em nome dessa tradição. Ademais, considera-se a evocação do nacionalismo como posicionamento político presente em todas as publicações, mesmo naquelas do centro liceísta, onde as diretorias se apresentam distintas quanto à representação estudantil. Ou seja, o nacionalismo, além do nome

jornal, é um pouco convergente entre os grupos. Porém os estudantes não fazem críticas quanto à situação política e social do estado, não reclamam por melhorias nos estabelecimentos de ensino, a crítica recai muitas vezes, sobre as relações que estudantes apresentam na escola. (AQUINO, 2016, p. 101).

Os grêmios, centros culturais e associações estudantis através de suas publicações mostram ter por objetivo desenvolver o apreço artístico, literário e esportivo. Como resultado relevante, a autora apresenta os impressos estudantis como espaços de formação de redes de sociabilidades, tornando-se um lócus de fermentação intelectual e relação afetiva, espaços esses que serviam de preparação de uma elite letrada.

A tese da pesquisadora Simone Paixão Rodrigues, traz como título “Com a palavra, os alunos: associativismo discente no Grêmio Literário Clodomir Silva (1934-1956)”, publicada em 2015 no Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. A pesquisa tem como proposta o estudo do Grêmio Literário Clodomir Silva, fundado em 1934, composto por quinze alunos do ensino secundário de uma escola de Sergipe. Tem como objetivo principal analisar a fundação do grêmio dentro de um modelo de associativismo voluntário como prática educativa e cultural que contribuiu para a formação dos alunos da época, tendo um recorte temporal que vai do início do grêmio no ano de 1934 ao seu término em 1956.

A pesquisadora Simone Paixão Rodrigues utilizou enquanto metodologia pressupostos teóricos da história da educação. Sob a luz da história cultural, a autora utilizou como categorias de análises os conceitos de cultura escolar de Julia (2001), associativismo de Tocqueville (2005) e a arte de se associar de Tocqueville (2000).

As associações discentes do Atheneu Sergipense, conjugadas às finalidades e às disciplinas escolares estabelecidas, cooperaram na efetivação de uma educação que formou alunos que se destacaram no cenário intelectual e político de Sergipe. A imagem do aluno não foi constituída apenas como produto único da sala de aula, mas de um conjunto de práticas educativas e culturais atreladas aos modelos de educação e às ações estudantis presentes no interior daquela instituição de ensino. (RODRIGUES, 2015, p. 281).

Os resultados que a pesquisadora apresenta como relevantes dizem respeito ao modelo de associativismo voluntário, motivado pela identificação de ações desenvolvidas, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia, espírito de colaboração e de responsabilidade em um espaço de educação e práticas literárias e culturais, contribuindo para o fortalecimento dos valores culturais, morais e políticos dos estudantes.

As pesquisas acima apresentadas têm um caráter histórico de como os grêmios estudantis e associações de estudantes secundaristas se formaram e atuaram no país.

Principalmente no período pré-Ditadura Militar, tendo em vista que, com os governos militares, essas instituições foram enfraquecidas e silenciadas. As pesquisas reafirmam como esses espaços contribuíram para o desenvolvimento intelectual dos indivíduos, pois as várias atividades relatadas nas pesquisas têm caracteres: culturais; morais; cívicos; esportivos; e recreativos, entre outros.

A maioria está dentro dos campos da história da educação e da história cultural, utilizando como fontes primárias jornais ou periódicos produzidos pelos estudantes, que abordavam vários temas, desde relatos de atividades recreativas a textos mais politizados, não apenas em relação ao espaço escolar, mas também contextualizados com temas relacionados aos contextos municipais, estaduais e nacional.

As pesquisas têm um recorte histórico através do qual analisaram principalmente o período antes, durante e depois da ditadura civil militar no Brasil, apresentando as características tradicionais ligadas sempre às famílias e à religião (católica). Também observamos que existe a diferença entre os estudantes secundaristas e universitários: o caráter político-social está relacionado aos estudantes universitários; já os secundaristas estão ligados a questões bem específicas da cidade e bairro em que as escolas estavam inseridas e a questões como lazer, cultura e cuidados dos estudantes.

Em relação à localização geográfica das produções acadêmicas, as três dissertações foram publicadas no Sul e Sudeste do país, pois, mesmo que uma delas tenha sido desenvolvida a respeito de São Luís do Maranhão, foi defendida na PUC-SP. Apenas uma pesquisa foi publicada no Nordeste, a tese defendida em Sergipe. Todas as quatro produções são ligadas a programas de pós-graduação na área de educação.

Na segunda etapa do levantamento, apresentamos pesquisas em que o grêmio faz parte do universo escolar, ficando os estudantes em segundo plano no objetivo geral. Nelas percebemos pouca ou nenhuma relevância dada aos estudantes por parte dos pesquisadores.

A pesquisadora Telma Elizabete de Moraes, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação (Mestrado Acadêmico) da Universidade Federal de São Carlos, *Campus* Sorocaba, defendeu em 2015 sua dissertação com o título “Sentidos e significações da gestão democrática: da previsibilidade à efetividade nas escolas públicas estaduais do município de Itapetininga/SP”.

A pesquisadora problematizou as diversas concepções de gestão democrática perante a comunidade escolar, pais, alunos, docentes, professores, coordenadores e gestores de escolas estaduais localizadas no município de Itapetininga no estado de São Paulo. A pesquisa analisa

as percepções de alguns atores da escola sobre quais os sentidos e significações de uma gestão democrática na dimensão da previsibilidade, efetividade e implicação.

A metodologia está no campo qualitativo e quantitativo. Utiliza questionários estruturados e semiestruturados. A autora empreendeu quatro categorias específicas: significação de democracia; gestão escolar democrática e ressignificação de qualidades de ensinamentos. Ao trazer o grêmio estudantil enquanto parte da gestão democrática, a autora utiliza como referencial teórico a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em especial o artigo 14, que regulariza a gestão democrática, além da Lei de Criação dos Grêmios Estudantis, Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985, e comunicados da Secretaria de Educação dos anos de 1986 e 1987, reconhecendo a importância do papel do aluno como sendo essencial na participação democrática do ensino, juntamente com os demais colegiados. Para conceituar democracia, a autora recorre a Bobbio (1998, 2000, 2013).

Com relação à concepção de gestão democrática, impôs-se a considerada como ideário aceito por todos como a melhor forma de se organizar a escola, com a devida participação de toda comunidade escolar. Essa ideia por mais tranquilizadora que seja para todos, é de tal modo inconsistente na prática que deveria, portanto, deixar inquietos aqueles que acreditam nessa possibilidade. Os profissionais da educação parecem ser os que se preocupam com a questão da gestão partilhada, embora considerem que devido aos enormes obstáculos do cotidiano escolar, ela é ainda um processo que precisará de tempo para se estabelecer de fato. (MORAES, 2015, p. 214).

A pesquisadora traz como resultados que há uma grande distância entre o conceito de democracia apresentado pelos pesquisados e o referencial teórico utilizado. Não há clareza sobre elementos primordiais de democracia representativa, o que faz os envolvidos entenderem sobre as atribuições, natureza e finalidades dos órgãos colegiados, mas ignora-se a questão do papel do controle social da educação, a previsibilidade e a efetividade da gestão democrática, havendo, assim, um longo caminho a ser percorrido.

Com o título “Planejamento estratégico participativo na gestão de uma escola estadual paulista”, a dissertação da pesquisadora Raquel Ponchio foi defendida em 2014 no Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais da Universidade Nove de Julho em São Paulo. Em uma escola da rede estadual de ensino do estado de São Paulo, a pesquisadora parte da concepção de que a gestão escolar pode garantir padrões elevados nas áreas de ensino e participação da comunidade, com isso criando condições para que a escola seja autônoma, integralista, dinâmica e mobilizadora de todos os recursos humanos da escola para essa finalidade.

A dissertação tem como objetivo principal contribuir com o modelo de planejamento estratégico participativo. A metodologia trata-se de um estudo de caso inspirado no autor Yin (2006), tendo como caráter uma pesquisa descritiva.

Foram aplicados dois questionários abordando temáticas internas e externas com relação ao espaço escolar. Na primeira análise, faz-se um debate sobre as concepções de força e fraqueza dos alunos. Entre as categorias da pesquisa, temos: ética; disciplina; e eventos. Todos os estudantes que participaram da pesquisa são do ensino fundamental II (6º ao 9º ano). Enquanto força trazida pelos estudantes está a formação continuada dos professores e como fraqueza o desinteresse pelos estudos e a inexistência de convites para participarem das tomadas de decisões da escola.

Nas questões relacionadas ao externo, os estudantes demonstram uma percepção otimista sobre o momento econômico do país, e com relação aos parâmetros do Índice de Desenvolvimento de Educação do Estado de São Paulo (IDESP) tendo a mesma classificação de intensidade que propicia vantagens e desvantagens para a escola. A pesquisa em seu referencial teórico traz o conceito de instituição escolar baseado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação (decênio 2011-2020) e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para se reverter esse quadro para um de maior eficiência e qualidade, espera-se que os responsáveis pelas diretrizes macro do sistema de ensino educacional brasileiro, tanto da área federal, quanto da estadual ou da municipal determinem diretrizes político-pedagógicas, de maneira a garantir a excelência da qualidade no ensino público. Para atingir tais parâmetros, no entanto, é necessário determinar e garantir a realização de ações que construam a qualidade e a eficiência dos processos de gestão das instituições de forma a suportar a entrega e eficiência dos processos de gestão das instituições de forma a suportar a entrega de seus serviços educacionais de melhor maneira em eficiência e qualidade. (PONCHIO, 2014, p. 53).

A pesquisadora aponta que a escola apresenta um baixo desempenho no cumprimento de suas atribuições, necessitando de estratégias que possam ter como finalidades da educação o respeito aos princípios da gestão democrática associada à efetividade das ações para promoção da aprendizagem e formação dos alunos.

O pesquisador Ericson Araújo da Costa defendeu, em 2015, a dissertação “A gestão escolar e a responsabilidade: o papel da participação familiar para melhoria da aprendizagem dos alunos em uma escola do Estado do Acre”, no Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, da Universidade de Juiz de Fora, Minas Gerais.

A pesquisa tem como objetivo, investigar as ações voltadas à efetivação do envolvimento parental na vida escolar e melhoria no desempenho dos alunos. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola do ensino fundamental em uma cidade do interior do estado do Acre. O pesquisador se propôs a analisar quais iniciativas criadas pela escola com o intuito de fomentar o envolvimento familiar e suas responsabilidades para melhorar o desempenho dos alunos.

A análise documental foi a metodologia utilizada e submissões de questionários a alguns atores da escola, a exemplo do grêmio estudantil, que na ocasião participou apenas através do presidente e do vice-presidente. O pesquisador traça um perfil dos alunos, principalmente socioeconômico, a partir do Projeto Político-Pedagógico. O grêmio é formado por alunos matriculados entre o 9º ano do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio. O vice-presidente do grêmio traz a dificuldade dos próprios grevistas em participarem de ações como a reelaboração do Projeto Político-Pedagógico.

O PPP deve possibilitar aos membros da escola uma tomada de consciência dos problemas e das possíveis soluções, estabelecendo as responsabilidades de todos. Assim, a reformulação da proposta pedagógica para a inserção do plano de intervenção escolar deve acontecer de imediato. A institucionalização torna-se importante para que a escola construa uma proposta pedagógica que tenha o perfil da comunidade local e possa suprir as necessidades da aprendizagem dos alunos com relação ao envolvimento das famílias nas atividades escolares. Assim, os que fazem parte do quadro administrativo da escola, bem como docentes, saberão que um dos caminhos para o sucesso escolar dos alunos é envolver as famílias nas ações escolares. (COSTA, 2015, p. 107).

O Grêmio Livre EBA “procura promover debates acerca da necessidade e da responsabilidade de cada componente, dentro e fora do sistema educacional, mostrando-lhes a importância do protagonismo juvenil nas deliberações do conselho escolar”, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico (2013), abordado na dissertação de Costa (2015, p. 43). Outro dado relevante que o autor levanta é a respeito de uma determinada eleição que foi organizada pelos próprios alunos, o que “descaracterizou o perfil das gestões anteriores”, cujas eleições eram organizadas pelos gestores da escola. Fazendo uma ligação com trechos retirados da pesquisa na íntegra, há um dado nas considerações finais: o autor se apresenta como gestor da escola pesquisada e atua há mais de sete anos.

“A importância da dialogicidade para a efetiva participação da comunidade local e da comunidade escolar” é o título da dissertação defendida em 2017 pela pesquisadora Thays Alexandre Salles no Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais.

A pesquisa traz problematizações de como podemos superar o modelo de gestão escolar que frequentemente está estruturado de forma hierárquica e autoritária. A autora busca empreender uma contribuição com a abordagem de elementos de uma educação libertadora freiriana que, conseqüentemente, lance mão de uma gestão mais democrática, tendo como prática principal o diálogo. A pesquisa foi realizada no município de Alfenas no estado de Minas Gerais, problematizando a prática da comunidade local e escolar e os colegiados da escola, conselho escolar, grêmios estudantis, conselho de classe, associação de pais e mestres e como essa participação contribuiu com a construção e realização do Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar.

Apresenta elementos com a finalidade de construção de uma gestão escolar mais democrática e participativa. A autora baseia-se na concepção dialógica de aprendizagem tendo como fundamentação teórica Flecha (1997), Freire (2005) e Habermas (1987) em uma perspectiva freiriana. Um dos objetivos da pesquisa foi verificar se ocorrem de forma dialógica as escolhas democráticas dos dirigentes e gestão da diretoria e espaços coletivos para a participação, como o grêmios estudantis. A metodologia comunicativa de investigação foi utilizada na pesquisa com base em Flecha, Vargas e Davila (2004).

Nesse processo investigativo nos deparamos, na maior parte dos casos, com elementos excludentes que vinham do sistema, ou seja, muitos elementos que dificultavam o processo de participação basearam-se em políticas governamentais e em mecanismos que não permitiam o diálogo entre todas as pessoas participantes do processo educativo. Por outro lado, encontramos na categoria mundo da vida, muitos elementos que contribuíram para discutir e enfrentar essas dificuldades, o que revela que, ao agirmos, interagimos e, assim, criamos situações de diálogo que podem ser potencializadas coletivamente, tendo como pano de fundo o sistema que nos ampara. (SALLES, 2017, p. 169).

A autora considera que de maneira geral a forma de diálogo não é característica efetiva na participação das comunidades local e escolar, havendo pouca participação da comunidade escolar. Quanto aos espaços coletivos para participação e aos documentos escolares, a maioria dos segmentos representativos não tinha a real compreensão sobre suas funções, sendo que a composição e a forma de escolha não foram realizadas de maneira democrática.

As dissertações analisadas nessa segunda etapa foram produzidas no Sudeste do país. Mas é importante ressaltar que uma pesquisa foi realizada no Acre, região Norte. Essa foi uma das etapas em que mais tivemos dificuldade em categorizar e analisar as produções, tendo em vista que a quantidade encontrada foi bastante significativa, relacionada principalmente ao descritor da busca, que foi “Democracia Escolar”.

Na metodologia as pesquisas utilizaram como instrumentos questionários semiestruturados e/ou estruturados para alcançar os objetivos propostos. O teórico que mais foi utilizado para conceituar democracia foi Bobbio (1998, 2000, 2013). Para conceituar grêmios estudantis, foram utilizados com maior frequência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação (decênio 2011-2020) e o Estatuto da Criança e do Adolescente, além de informes e cartilhas de algumas secretarias de educação, o que nos traz a certeza de que existem poucos pesquisadores nessa área de atuação.

Percebemos a necessidade de levantarmos alguns questionamentos sobre os achados dessas pesquisas e suas respectivas conclusões. Todas as pesquisas chegam à conclusão de que a democracia ou gestão democrática ainda são falhas ou inexistentes nos espaços investigados. Isso evidencia a importância de o grêmios estudantis, órgão colegiado assegurado por leis aqui já mencionadas, fazer parte das tomadas de decisão da escola.

Considerando a maneira como foram apresentados os percursos metodológicos das pesquisas, concluímos que os estudantes representantes dos grêmios são apenas figurativos para os estudos, diante do quantitativo dos discentes envolvidos e dos documentos utilizados. Procuramos nas pesquisas: onde se encontram os estudantes nessa escola democrática ou gestão democrática? Ou trata-se apenas de uma expressão do comportamento adultocêntrico das pesquisas acadêmicas quando envolve crianças e adolescentes?

Durante o encontro das Infâncias Pernambucanas, os representantes das crianças e adolescentes usaram a seguinte frase: “Nada para nós, sem nós”. Essa fala é do Mário Emmanuel e Mirela Maria, retirada do Plano Estadual Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Pernambuco (2018-2027). Com essa frase, os representantes afirmam que não podem decidir, discutir ou deliberar algo para crianças e adolescentes sem estes estarem presentes. Trata-se de um significativo contraponto às pesquisas que problematizam a gestão democrática e o grêmios estudantis sem que os estudantes estejam presentes nessas produções acadêmicas.

O plano foi construído pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, através da Escola de Conselhos de Pernambuco. Tem como finalidade o planejamento de políticas públicas e o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente em Pernambuco. Para a construção do plano, foram levados em conta valores democráticos e o respeito aos princípios dos direitos humanos.

Consideraram-se crianças e adolescentes no plural, na diversidade a partir do diálogo. Através da realização do Primeiro Encontro das Infâncias do Nordeste, foram reunidos sessenta crianças e adolescentes que tiveram a oportunidade de serem ouvidas nas suas

diversas dimensões, entre as quais, negras, LGBT, quilombolas, indígenas, em situação de rua e cumprindo medidas socioeducativas.

O instrumento mais utilizado na coleta de dados nas pesquisas foi o questionário, utilizado em todas as pesquisas. Entre as pesquisas, uma apresenta o grêmio a partir de dois estudantes, presidente e o vice-presidente. A partir de algumas falas transcritas no decorrer da dissertação, como a do presidente do grêmio, percebe-se o desinteresse dos demais estudantes em participarem de algumas atividades, a exemplo da reformulação do Projeto Político-Pedagógico da escola. Sobre tal afirmação, questionamo-nos: quais seriam as causas desse desinteresse? Talvez por ser uma atividade burocrática e outras atividades não serem apresentadas, tais como eventos esportivos e festivos da escola. Todos os grêmios foram expostos e explicados a partir de leis, normas, orientações e Projetos Político-Pedagógicos. Mas onde estariam os documentos ou registros feitos pelos próprios estudantes? Ou há exclusivamente as mãos dos adultos escrevendo pelos estudantes?

Na terceira etapa, trazemos pesquisas em que o ator estudante é principal, fonte primária das discussões e construções dos resultados. Evidenciam o grêmio estudantil como forma de participação dos estudantes e outras formas mais amplas de como se concretiza no cotidiano da escola a participação desse ator. Apresentamos as pesquisas e logo em seguida analisamos o que têm em comum e como podem contribuir com nosso estudo.

Iniciamos com a dissertação da pesquisadora Rubia Cavalcanti Vicente Magnata, defendida no Recife, em 2017, no Programa de Pós-Graduação em Educação Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco. Traz como título “Participação e representação estudantil no conselho de classe: compreensão e significados para a avaliação da aprendizagem e para processos democráticos na escola”.

A pesquisadora buscou analisar de que forma a participação ou representação estudantil no conselho de classe contribuiu para uma avaliação de aprendizagem e para o desenvolvimento de processos democráticos no cotidiano escolar. A pesquisa foi realizada no Colégio de Aplicação que faz parte da Universidade Federal Rural de Pernambuco na cidade do Recife. O estudo teve como objetivo central investigar de que forma tal participação ou representação dos estudantes no conselho de classe contribui para a avaliação da aprendizagem e para os processos democráticos na escola.

A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa em estudo de caso com base em aporte teórico do professor da Universidade Federal de São Caetano do Sul, Antônio Carlos Gil (2010). A escola escolhida foi um colégio de aplicação ligado diretamente a uma universidade federal onde já existia a participação dos estudantes no conselho de classe.

Foram utilizadas, enquanto instrumentos de coleta dos dados, entrevistas semiestruturadas com estudantes representantes do 9º, 2º e 3º anos, totalizando seis estudantes e onze professores. Bardin (2009) e Chizzotti (2006) foram os teóricos utilizados para a análise de conteúdo. A fim de conceituar gestão democrática e os espaços coletivos, foi utilizada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

Embora o conselho de classe com essa dinâmica participativa nem sempre consiga alcançar efeitos mais significativos para a melhoria do desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, é interessante pontuar que mesmo com o movimento de continuidade e descontinuidade, de avanços e retrocessos, esse tipo de organização e de funcionamento de conselho de classe consegue promover a construção de uma cultura mais democrática e participativa na escola como também colaborar para que a avaliação das aprendizagens esteja ligada aos princípios do diálogo, da negociação e da regulação. (MAGNATA, 2017, p. 185).

Ao abordar sobre a participação dos estudantes, o principal teórico usado foi Luck (2013). A autora aponta que, mesmo com essa dinâmica participativa, entre avanços e retrocessos, esse tipo de funcionamento constrói uma cultura mais democrática e participativa na escola.

Com o título “A constituição de grêmios estudantis nas escolas estaduais de ensino médio de Minas Gerais e seu lugar na gestão democrática”, o pesquisador André Botelho de Abreu, defendeu dissertação em 2017 no Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, da Universidade federal de Juiz de Fora.

O autor aborda o Projeto Virada Educação, da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, que tem como finalidade combater a evasão escolar dos estudantes na faixa etária de 15 a 17 anos. Com isso, o pesquisador analisou e identificou a contribuição do grêmio estudantil enquanto espaço de participação estudantil e fortalecimento da gestão democrática. A pesquisa foi realizada na cidade de Belo Horizonte em duas escolas do ensino médio, que foram os lócus dessa abordagem de cunho qualitativo com estudo de caso descritivo, no qual utilizou-se a análise documental. Os instrumentos usados para a coleta de dados foram questionários diagnósticos e também um grupo de WhatsApp com estudantes e gestores, apresentando-se como uma metodologia inovadora com a finalidade de proporcionar uma interação melhor e mais confortável para os participantes. Para conceituar participação estudantil, o autor apoiou-se em Gadotti (2016), Paro (2016), Luck (2013) e Martins e Dayrell (2016), fontes que trazem contribuições para fortalecer a gestão democrática e as relações com mais diálogos e menos hierarquia. Para abordar o grêmio estudantil, a pesquisa traz

enquanto suporte a Lei do Grêmio Livre e o Estatuto da Criança e do Adolescente, além dos teóricos Ferretti (2013), Costa (2001) e Luz (1998).

A execução desta pesquisa permitiu a resposta à sua questão norteadora: quais os entraves à constituição de grêmios estudantis nas escolas estaduais de Belo Horizonte, no contexto da política estadual de fomentar a participação estudantil, que, dentre outros objetivos, visa à democratização da gestão escolar? Constatamos que tais entraves resvalam numa concepção reducionista de participação, associada à mera verbalização de interesses e demandas. Além disso, são notáveis as percepções negativas sobre a juventude, associando a esta, adjetivos de imaturidade e despreparo, frente aos processos decisórios subjacentes à gestão escolar e na centralização do poder de decisão na figura do diretor. (ABREU, 2017, p. 128).

A pesquisa relata que é importante considerar os jovens enquanto sujeitos socioculturais, indivíduos diversos, que possuem história, desejos, anseios, medos, comportamentos e hábitos próprios de sua idade, pois só assim se constrói e fortalece a autonomia e em consequência a gestão democrática.

Em 2018, a pesquisadora Scarlett Giovanna Borges, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em São Leopoldo, na Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação do Programa em Educação, defendeu a dissertação “A dialética das experiências escolares na emergência da prática de ocupar e resistir”.

A pesquisa analisa as ocupações de escolas realizadas por alunos que ocorreram de 18 de maio a 24 de junho de 2016, lideradas pelo movimento de estudantes secundaristas, enfocando especificamente quatro escolas da cidade de Caxias do Sul. São aportes teóricos utilizados dessa investigação o campo da história do tempo presente de Ferreira (2000) e o materialismo histórico dialético de Marx. Para analisar o fenômeno foram realizadas entrevistas semiestruturadas com estudantes de cada escola ocupada, além de analisar postagens realizadas através da rede social Facebook (textos, fotografias e vídeos) e reportagens ligadas às ocupações.

Desse modo, as situações de contradição não minimizam a importância da prática de ocupar e resistir. Ao contrário, são elas que nos demonstram a dialética das experiências escolares cotidianas, que se tornam evidentes ao serem reproduzidas em um contexto distinto do seu estado regular. Ainda assim, ressaltamos que as e os estudantes ao reproduzirem tais situações não são apenas produto do meio escolar, mas, em alguma medida, estipulam uma congruência com estas contradições, ao mesmo tempo em que, tencionam para que a experiência escolar se modifique. Assim, identificamos que a potencialidade do objeto de estudo está em tornar visíveis contradições como: o esvaziamento da participação estudantil no cotidiano escolar, o cerceamento da aprendizagem pela relação vertical em sala de aula e a priorização da avaliação como indicador da qualidade da educação. (BORGES, 2018, p. 123).

Na dissertação, a pesquisadora relata desde o início até as negociações para o fim das ocupações. Consideramos algumas ações e relatos bastante relevantes e os trazemos para os problematizar. Entre as reivindicações, algumas ultrapassavam os muros das escolas, indo além dos espaços físicos precários, como o fim do parcelamento dos salários dos professores. É relevante abordar que o movimento secundarista de ocupações se inicia com o sentimento de mudança e tais ações ultrapassam o espaço físico da escola, ocupando, assim, os ciberespaços. Os estudantes, com a finalidade de explanarem, explicarem e problematizarem as pautas das ocupações, utilizaram-se de várias ferramentas, cartas escritas para a comunidade, postagens no Facebook, cartazes para divulgar o movimento secundarista de ocupações do ponto de vista exclusivamente dos estudantes, o que resultaria na legitimidade das ocupações. O movimento apresentou que a escolarização é uma maneira de promover transformações na sociedade. Tal movimento deixou seu registro no campo da resistência e engajamento na política de educação.

Nas dissertações analisadas nessa terceira etapa da pesquisa, percebemos os estudantes mais presentes nas produções acadêmicas. Apenas uma dissertação do Nordeste, da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco, problematiza a participação estudantil fora da instituição grêmio estudantil, enfocando participantes discentes de um conselho de classe. No Sudeste, uma pesquisa analisa um projeto desenvolvido para sanar ou diminuir a evasão escolar, tendo como proposta a implementação de grêmios estudantis nas escolas do estado de Minas Gerais. Da região Sul apresentamos a pesquisa que problematiza as ocupações, movimento dos estudantes secundaristas. O estudo de caso foi a metodologia mais utilizada. Nessa etapa, encontramos outras maneiras de coleta de dados a exemplo das redes sociais Facebook e WhatsApp.

Diante das pesquisas apresentadas, faz-se necessário ressaltar que o levantamento não abrange a totalidade das pesquisas encontradas que abordam a temática “grêmio estudantil” em programas de pós-graduação em educação. Algumas foram descartadas por não contemplarem nosso objeto de estudo, que é o estudante participante ativo do cotidiano escolar e social. Importante ressaltar que, mesmo os estudantes não participativos nos espaços escolares, por não encontrarem espaços propícios a essa prática, são importantes, pois se apropriam das redes sociais e exercem o seu papel de cidadãos, fazendo denúncias e contribuições.

Nesse caso, o levantamento das pesquisas acadêmicas nos permite fazer os seguintes apontamentos: as pesquisas são desenvolvidas em sua grande maioria nos programas de mestrado do Sul e Sudeste do país; são abordagens qualitativas; o instrumento mais utilizado

é a entrevista para coleta de dados, mas várias maneiras foram utilizadas para esse instrumento, como foi o caso da utilização do WhatsApp como forma de interagir com os sujeitos das pesquisas, além da pesquisa documental. Ao conceituar “grêmio estudantil”, as pesquisas trouxeram as seguintes normas: Lei do Grêmio, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na maioria das pesquisas, o grêmio estudantil é tratado como um complemento da gestão escolar. Com isso desqualifica-se o espaço conquistado ao logo da história como um movimento de luta e resistência. Ao abordar a temática, precisamos problematizar de quais sujeitos estamos falando. Estamos apresentando estudante ou estudantes? Precisamos problematizar na forma plural como esses sujeitos se expressam no espaço escolar, ou iremos continuar querendo controlar crianças, adolescentes e jovens, assim como fazemos através do fardamento escolar através do qual a escola torna-se homogênea.

Também apontamos o quanto é frágil essa discussão de participação estudantil em nosso estado, Pernambuco. Precisamos questionar não apenas que participação é essa sobre o olhar da escola, gestão ou professores. Precisamos aprofundar mais o olhar a respeito da participação estudantil, partindo principalmente dos mais relevantes sujeitos para essa temática: os próprios estudantes.

2.2 TRAÇADOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é de caráter qualitativo. Pretende responder questões particulares vivenciadas em uma escola do programa de educação integral de Pernambuco no ensino médio e a respeito de ações do grêmio estudantil da instituição. As abordagens qualitativas de pesquisa estão fundamentadas numa perspectiva que nos permite conhecer como se dá o processo construído socialmente na interação dos sujeitos no seu cotidiano, transformando-a e sendo por ela transformados. Segundo Marli André (2013, p. 97):

As abordagens qualitativas de pesquisa se fundamentam numa perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados. Assim, o mundo do sujeito, os significados que atribui às suas experiências cotidianas, sua linguagem, suas produções culturais e suas formas de interações sociais constituem os núcleos centrais de preocupação dos pesquisadores. Se a visão de realidade é construída pelos sujeitos, nas interações sociais vivenciadas em seu ambiente de trabalho, de lazer, na família, torna-se fundamental uma aproximação do pesquisador a essas situações.

No livro “Pesquisa social: teoria, método e criativa”, no capítulo “A construção do projeto de pesquisa”, a autora Suely Ferreira Deslandes (2002) aborda que esse tipo de pesquisa enquadra-se nas Ciências Sociais, por estar interligada a níveis de realidade que não podem ser quantificados. Pretendemos no geral analisar a organização do grêmio estudantil de uma escola de referência em ensino médio do Agreste de Pernambuco como alcance à participação estudantil e seus impactos na vida dos estudantes e no cotidiano escolar. Sendo assim, trata-se de um universo de motivos, significados, crenças, valores e atitudes, um conjunto de fenômenos humanos. O universo desses fenômenos e ações humanas abrange aspectos tais como: agir, pensar e interpretar faz parte do mundo que é o lugar onde se dão as relações, representações e intencionalidades humanas. Portanto, o objetivo da pesquisa é ser uma abordagem qualitativa, pois dificilmente tais fenômenos poderiam ser traduzidos em indicadores e números quantitativos, como afirma Deslandes (2002).

2.2.1 Lócus e sujeitos da pesquisa

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico da instituição, a escola de referência em ensino médio está situada na região Agreste de Pernambuco, numa cidade que tem uma população de 16 mil habitantes. A escola está vinculada ao Programa de Educação Semi-Integral². Na ocasião, os estudantes tinham três dias por semana com atividades nos dois turnos (manhã e tarde), algo que vem a resgatar um novo modelo de gestão na educação, conduzindo o educando a ser autônomo, solidário e produtivo, através da educação interdimensional.

A escola foi fundada no ano de 1979. Trata-se da única instituição educacional mantida pelo Governo do Estado de Pernambuco no município com oferta de ensino médio com jornada semi-integral e educação especial. A proposta pedagógica da escola foi elaborada com a finalidade de determinar os caminhos a serem trilhados através da educação para a formação do cidadão crítico e consciente do seu papel na sociedade, segundo o Projeto Político-Pedagógico da unidade de ensino.

A escola se constitui como um importante espaço social e educativo na formação integral do sujeito, pois nela se encontram os conhecimentos sistematizados que em interação com os saberes adquiridos e por meio das experiências vividas dos sujeitos

² A educação integral em Pernambuco tornou-se política pública de Estado desde 2008. Segundo o *site* da Secretaria Estadual de Educação, essa política fundamenta-se na concepção de uma educação interdimensional e que desenvolve um espaço privilegiado para exercício da cidadania e protagonismo juvenil. A escola semi-integral tem carga horária de 3 horas-aulas semanais.

que a compõem, podem ser significados e ressignificados transformando-se em novos conhecimentos, que contribuirão no desenvolvimento pessoal dos indivíduos. (MAGNATA, 2017, p. 39).

A escola é um lugar privilegiado de aprendizagem da cidadania. A adolescência é etapa do despertar para o social e o universal, o momento ideal para a participação na solução de problemas de interesse coletivo, como aponta o autor Aliomar Baleeiro (1999).

O autor Antônio Carlos Gomes da Costa (2000) esclarece que a escola tem o desafio de propiciar aos estudantes seu envolvimento na solução de problemas reais de seu entorno, sem perder de vista a teoria, como sendo via de conceituação da prática.

Os sujeitos desta pesquisa serão seis estudantes com idade média de dezesseis anos que fazem parte do grêmio estudantil. O grêmio da instituição de ensino foi fundado em 30 de abril de 2001, de acordo com o termo de abertura do livro de atas, mesmo dia em que foi realizada a primeira votação para compor o grêmio. De acordo com o último edital das eleições, os dez estudantes que vierem a compor o grêmio devem ser alunos dos primeiros e segundos anos do ensino médio; já os estudantes que cursam os terceiros anos são proibidos de concorrerem, sob o argumento de se dedicarem ao último ano do ensino médio, quando prestam as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e de vestibulares, certames para os quais são influenciados a se submeterem.

Atualmente o colegiado é formado por dez estudantes distribuídos entre os cargos: Presidente; Tesoureiro; Secretário; Diretor Social, de Esporte e Cultura; Orador; e seus suplentes. Logo no início do ano letivo, por volta do mês de abril, é convocada a eleição para um novo mandato. No decorrer desta pesquisa, utilizaremos os cargos dos gremistas de forma aleatória, de acordo com o nome escolhido pelos próprios, a fim de os mesmos não serem identificados.

2.2.2 Instrumentos

Durante esta pesquisa, utilizamos enquanto instrumento para a coleta de dados um diário de campo para anotações do pesquisador durante as visitas na escola, com a finalidade de registrar acontecimentos relevantes para esta dissertação durante as etapas da pesquisa. Para Meihy (2005, p. 187), trata-se de “um diário em que o roteiro prático seja anotado – quando foram feitos os contatos, quais os estágios para se chegar à pessoa entrevistada, como correu a gravação, eventuais incidentes de percurso”. Utilizamos também um gravador de voz

para registrar áudios durante os grupo focais e com isso garantir a qualidade dos registros, transparência e fidedignidade no processo de investigação.

2.2.3 Técnica de pesquisa

As pesquisas em educação vêm tomando novos rumos. Anteriormente estavam relacionadas com problemáticas gerais ou comuns, mas passaram cada vez mais a ir ao encontro de fenômenos interligados ao contexto escolar e à dinâmica social que interfere diretamente na vivência da escola, como observa André (2001).

As questões a serem perseguidas na área da educação são ainda tantas e de tamanha variedade que não podemos nos perder em polêmicas que só nos deixaram cada vez mais distantes da realidade. São tantas as perguntas relevantes que ainda não foram formuladas, tantas as problemáticas que ainda precisamos conhecer, que sobram espaços para todo tipo de investigação, desde que se cuide da sistematização e controle dos dados. Que o trabalho de pesquisa seja devidamente planejado, que os dados sejam coletados mediante procedimentos rigorosos, que a análise seja densa e fundamentada e que o relatório descreva claramente o processo seguindo os resultados alcançados. (ANDRÉ, 2001, p. 57).

Diante disso, esta pesquisa se configura como um estudo de caso e tem a proposta de investigar a realidade de um grêmio estudantil de uma escola do interior de Pernambuco, com a finalidade de apresentá-lo e como estão estabelecidas as relações das participações dos estudantes gremistas na escola.

O estudo de caso tem como característica a descoberta de uma realidade de acontecimentos contemporâneos que devem ser observados em um contexto mais amplo. Segundo André (1984), as descobertas vão sendo apresentadas durante o processo de investigação. O estudo de caso deve ser entendido como um estudo empírico que investiga um fenômeno em seu contexto real, de acordo com Oliveira (2005).

Conforme Yin (2001), é uma investigação empírica usada em especial quando não estão definidos de forma simples os limites entre o fenômeno e contexto da vida real. Outra característica do estudo de caso é a investigação de um sujeito ou grupo de forma singular, sendo essa a característica que torna o estudo de caso uma abordagem metodológica pertinente para esta pesquisa.

[...] uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos [...] Você poderia utilizar o método de estudo de caso quando deliberadamente quisesse lidar com condições contextuais – acreditando que elas poderiam ser altamente pertinentes ao seu fenômeno de estudo

[...] uma vez que fenômeno e contexto não são sempre discerníveis em situações da vida real. (YIN, 2001, p. 32).

Peres e Santos (2005) destacam que, no estudo de caso, o pesquisador, mesmo com o referencial teórico, não deve se fixar rigidamente, de modo a ficar atento a novos aspectos que podem surgir ao longo da pesquisa. Outro ponto levantado é que o pesquisador pode utilizar várias fontes de dados, métodos de coleta, instrumentos e procedimentos, com a finalidade de alcançar a multiplicidade do fenômeno investigado. Por último, os autores afirmam que o pesquisador precisa manter a postura ética, a fim de abordar de forma acurada todo o processo ao descrevê-lo para o leitor.

Nesse aspecto, utilizamos o grupo focal como técnica mais adequada para alcançarmos nossos objetivos, que eram analisar a organização do grêmio estudantil enquanto alcance da participação estudantil; investigar a atuação do grêmio quanto à afirmação da democracia no espaço escolar; e identificar na cultura escolar os possíveis comportamentos adultocêntricos que impedem a participação dos estudantes.

Segundo Vergara (2004), para realizar um grupo focal precisa-se de um quantitativo reduzido de pessoas com as quais o pesquisador discute sobre o problema a ser investigado, de modo a obter mais informações sobre ele através de um afunilamento na coleta de informações por meio das interações grupais. De acordo com Oliveira e Freitas (1998), o foco ou o objetivo de análise é a interação dentro do próprio grupo. O grupo focal é baseado na comunicação e na interação, sendo uma forma de entrevista com grupos. O objetivo central é reunir as informações de forma mais detalhada sobre um tópico específico (sugerido pelo pesquisador ou moderador do grupo), buscando obter informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças e atitudes sobre o tema pesquisado.

Nossa proposta inicial foi a formação de duas sessões de grupo focal, com equipes de três pessoas, sendo elas: um moderador, um observador e um apoio técnico. A função do coordenador foi promover e facilitar a dinâmica do grupo e instigar a participação dos sujeitos envolvidos. O observador ficou responsável pelos registros dos acontecimentos no decorrer da sessão, tanto de aspectos verbais quanto não verbais. Por sua vez, o apoio técnico ficou com a função de organizar o espaço, equipamentos e instrumentos que iríamos utilizar em cada sessão. Para Gatti (2005), nos grupos focais, o pesquisador compreende as diferenças e divergências, contradições e contraposições, percebendo nas relações dos sujeitos da pesquisa não só como pensam e se expressam, mas também por que pensam de determinada forma.

Realizamos três grupos focais com seis estudantes gremistas, ocupantes do mandato 2018/2019, considerando que, de acordo com a literatura, um quantitativo ideal é de seis a

quinze participantes por grupo. Dessa forma, pudemos alcançar aquilo que Pizzol (2004) considera como mais importante: a efetiva participação dos integrantes nas discussões.

Nas sessões sempre iniciamos apresentando os objetivos, geral e específicos da pesquisa, como também explicitando algumas regras, que eram: todos teriam liberdade para falar o que pensassem sobre a temática ou até mesmo algo que acreditassem ser relevante; só um gremista falaria por vez; conversas paralelas deveriam ser evitadas; e estaria proibido que apenas um ou alguns dominassem as discussões. Sempre ao apresentar a proposta e as regras, questionávamos sobre a livre participação dos estudantes em tal atividade.

2.2.4 Análise documental

Utilizamos a análise documental para compreendermos melhor a dinâmica escolar entre gremistas e instituição, tendo em vista que o documento é resultado de uma construção histórica, de uma determinada época (tempo) e lugar (sociedade). Para Abreu (2008), o documento é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que nela detinham o poder.

A análise documental inicia-se pela avaliação preliminar de cada documento, realizando o exame e a crítica do mesmo, sob o olhar, dos seguintes elementos: contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto e conceitos-chave. Os elementos de análise podem variar conforme as necessidades do pesquisador. Após a análise de cada documento, segue-se a análise documental propriamente dita. (CECHINEL *et al.*, 2016, p. 4).

Para os autores, a análise documental levanta materiais que ainda não receberam um tratamento analítico suficiente, que em nosso caso foram o Projeto Político-Pedagógico, regimento escolar da instituição e livros de atas do grêmio estudantil.

2.2.5 Análise de conteúdo

Com os dados coletados através dos documentos e das transcrições dos grupos focais, chegou a hora da análise dos dados obtidos (interpretar e interferir). A análise de conteúdo foi a que melhor se enquadrou na nossa proposta, pois Bardin (1977) apresenta a análise de conteúdo com o foco em qualificar as vivências e percepções do sujeito sobre um determinado objeto e seus fenômenos. Segundo Bardin (1977), são as significações que guiam a análise de conteúdo. Em uma análise qualitativa, descreve-se a complexidade de problemas

e das hipóteses e explicam-se o significado e as características das informações e resultados obtidos. Segundo Oliveira (2008), análise de conteúdo possui diferentes técnicas. No nosso caso, escolhemos a análise temática ou categorial. Para Minayo (2007), análise temática se desdobra em três etapas: pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos/interpretação.

A pré-análise foi a fase da leitura constante e reformulação de hipóteses e teorias relacionadas com o tema. Para Oliveira (2008), existem critérios de validade qualitativa, que são: exaustividade; homogeneidade; exclusividade; objetividade e adequação ou pertinência do universo pesquisado. Durante a segunda etapa, a exploração do material foi o momento em que investigamos e encontramos os temas ou categorias, o que para Minayo (2007) consiste no processo de redução dos textos em palavras ou expressões significativas de acordo com os objetivos da pesquisa. Já a terceira etapa consistiu na análise e interferências inter-relacionadas com os teóricos apresentados previamente.

2.3 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A ética na pesquisa acadêmica perpassa por todo processo, não apenas entre pesquisadores e interlocutores, segundo Gauthier (1987), desde a escolha do tema, coleta e construção dos dados, da mesma forma nas análises e conclusões da pesquisa. Sendo assim, a dimensão ética é a parte intrínseca de qualquer pesquisa e refere-se às relações de boa convivência, respeito aos direitos do outro e ao bem-estar de todos (FIORENTINI, 2009).

O foco da reflexão ética incide sobre o respeito à dignidade humana, o respeito mútuo, sobre a solidariedade, o diálogo (para superar desavenças ou conflitos), a justiça social e, sobretudo, sobre as consequências das ações humanas. A reflexão ética, portanto, estabelece interrogações e análises sobre a prática e a ação humana. (FIORENTINI, 2009, p. 195).

A presente pesquisa compromete-se com os princípios éticos que visam proteger os direitos, a dignidade e o bem-estar dos estudantes participantes. De acordo com Alderson (2000) e Kramer (2002), na dimensão ética temos que garantir à criança e ao adolescente os direitos de consentir ou não em participar da pesquisa. Considerando o princípio ético envolvido na pesquisa, elaboramos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), submetendo-os aos participantes da pesquisa e a seus responsáveis. Neles constam: 1. Apresentação e procedimentos; 2. Riscos, benefícios e compromissos (*vide* Apêndices A e B).

No que se refere à obtenção do TCLE, a pesquisa foi realizada com os adolescentes-jovens cujos pais ou responsáveis autorizaram a sua participação através da assinatura do termo. Mas principalmente evidenciamos as assinaturas dos próprios estudantes, pois esta pesquisa pressupõe que eles são sujeitos dos direitos, portanto sua autorização ou não em participar da presente pesquisa era fundamental. Na apresentação e procedimentos, são explicitados e esclarecidos os objetivos e procedimentos da pesquisa, bem como asseguram-se a participação voluntária e a privacidade dos estudantes, através da confidencialidade quanto à identidade e demais informações pessoais.

A respeito dos riscos e benefícios, explicitamos os ganhos que esta pesquisa poderia trazer ao fortalecimento dos grêmios estudantis e suas participações nos espaços escolares. E garantimos que a qualquer momento o estudante que não se sentisse confortável durante todo o percurso da pesquisa poderia se retirar ou solicitar que o que foi gravado não viesse a ser utilizado na pesquisa. Quanto aos compromissos, aborda que o pesquisador sempre estará à disposição para sanar dúvidas sobre a pesquisa e seus objetivos. Compromete-se em utilizar todo o material coletado e construído ao longo da pesquisa exclusivamente para produções acadêmicas e que, após todo o processo, o material será doado ao Laboratório de História das Infâncias do Nordeste da Universidade Federal Rural de Pernambuco, que poderá utilizar os dados para outros estudos, sempre respeitando o caráter confidencial das informações.

Segundo Portelli (1997), esse tipo de acordo serve para proteger os envolvidos na pesquisa, tanto pesquisadores quanto interlocutores. Tomamos como base os estudos de Algebaile (1995), Leite (1995), Earp (1996) e Ferreira (1998), pelo fato de que, em suas pesquisas, ao se depararem com dilemas éticos a respeito de como as crianças e adolescentes interlocutores poderiam aparecer nas produções, optaram por permitir-lhes escolherem os nomes que queriam que constassem nas produções. Foi uma maneira que os autores encontraram para o reconhecimento de tais crianças e adolescentes enquanto sujeitos de cultura na construção do texto escrito através de suas vivências.

Portanto, levamos essa proposta aos estudantes interlocutores envolvidos na pesquisa, dando-lhes a opção de escolherem como gostariam de ser chamados, com a finalidade do seu reconhecimento na construção dessa produção acadêmica. Na ocasião, todos aceitaram e escolheram os nomes que gostariam que constassem nesta pesquisa. Questionados sobre a escolha dos respectivos nomes, verificamos que sempre respondiam que suas escolhas estavam relacionadas a denominações de protagonistas de séries ou filmes. Vale ressaltar que os nomes que aparecem por toda esta dissertação não são os nomes reais dos estudantes, como

também os cargos que eles exerceram no grêmio. Por isso, sempre colocaremos os nomes e os cargos de forma aleatória para que seja mantido total sigilo e respeito aos estudantes.

Consideramos que crianças e adolescentes são atores sociais, enquanto sujeitos que estão atuando ativamente na transformação da comunidade em que vivem. Portanto, firmamos com eles a parceria na construção desta pesquisa com a intenção de que ocupassem os seus lugares de protagonistas neste processo através do qual fomos nos adequando aos métodos e técnicas com o intuito de desenvolver esta dissertação.

3 PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL: GRÊMIO, LEGISLAÇÃO E SOLIDARIEDADE CARITATIVA

3.1 ESPAÇO CONQUISTADO: GRÊMIO ESTUDANTIL

O grêmio é o porta-voz dos adolescentes na escola. Acredito que eles não têm tanta voz. O grêmio é importante porque vamos lutar por aquilo que estudantes querem ou se tem alguma possibilidade de ser realizado.
(Cristian, orador do grêmio)

Sendo um espaço organizado pelos estudantes secundaristas destinado a debates e discussões de interesses coletivos dos alunos no cotidiano escolar, por meio do processo educacional e até mesmo da comunidade escolar, em que estejam presentes os princípios da democracia e da participação, o grêmio estudantil é a instância máxima e legítima da participação estudantil no cotidiano escolar, prevista em lei. Tem como objetivo central incentivar a participação dos alunos nas decisões da escola.

O grêmio estudantil é um núcleo organizativo e considerado uma das primeiras possibilidades orgânicas que os estudantes têm de participação na sociedade, colocando-se como voz ativa nas decisões do cotidiano escolar, entre as quais: reuniões de pais e mestres; conselho escolar; calendário escolar e reivindicações dos estudantes. Com um artigo intitulado “A importância do grêmio estudantil na formação cidadã dos estudantes”, que faz parte de um caderno com vários artigos publicado pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná, as autoras Keila Amaro e Marivete Bassetto de Quadros (2016) apresentam que o grêmio é considerado um elemento institucional legal, através do qual estudantes da educação básica têm a possibilidade de organizarem-se e desenvolverem diversas atividades, visando promover o desenvolvimento intelectual, social e político dos gremistas.

Existem vários conceitos sobre participação, que abrangem, por exemplo, as dimensões política e cidadã. No livro “O local e o global: limites e desafios da participação cidadã”, o autor Elenaldo Celso Teixeira (2002) traz que a participação política é impregnada de conteúdos ideológicos utilizados em várias ocasiões e de diferentes maneiras. De acordo com o autor:

Entretanto, é preciso delimitar o conceito de participação e, para isso, é fundamental considerar o poder político, que não se confunde com autoridade ou Estado, mas supõe uma relação e que atores, com os recursos disponíveis nos espaços públicos, fazem valer seus interesses, aspirações e valores, construindo suas identidades, afirmando-se como sujeitos de direitos e obrigações. (TEIXEIRA, 2002, p. 26).

A participação supõe uma relação de poder através do Estado ou entre os próprios atores, além do fato de que, independentemente das várias maneiras através das quais essa participação possa se concretizar, ela pode significar “fazer parte”, “tomar parte” ou “ser parte” de um processo, atividade pública e ações coletivas. Considera-se participação política o ato de comparecer a uma reunião de partido, ações recreativas, religiosas e realização de protestos ou marchas (SANI, 1986; COTTA, 1979).

Para Norberto Bobbio (2000), para o termo participação também existem diferentes interpretações, mas desde que não seja a condição de mero espectador, mais a de protagonista nesse processo. Segundo Bobbio (2000), existem três níveis de participação política: 1) a presença, que é apenas estar presente em uma reunião, mas não participar das decisões; 2) a ativação, condição do participante de várias atividades dentro ou fora de partidos políticos; e 3) participação, em que o indivíduo contribui de forma direta ou indireta nas tomadas de decisão.

A participação cidadã se concretiza por meio de processos complexos e contraditórios entre Estado, mercado e sociedade civil e se define no fortalecimento da sociedade civil através de grupos e associações organizadas, de acordo com Teixeira (2002). A participação cidadã vai além dos mecanismos institucionais disponíveis, criando outros mecanismos e canais, que estejam baseados no princípio da maioria sem nenhuma tendência ao particularismo de interesse. Com isso, esse conceito é mais amplo que sua relação com o Estado, procurando realizar ações compatíveis em relação aos interesses do conjunto da sociedade numa lógica de desenvolvimento sustentável.

Para Arendt (1981), a participação traz marcos de expressivo-simbólico que não se voltam para o institucional, mesmo que seus desdobramentos cheguem ao Estado e ao poder dominante, mas no espaço público, que no nosso caso seria a escola, vários atores se fazem presentes, manifestam-se com o objetivo de serem vistos e ouvidos por todos.

Esse elemento simbólico expressa o sentimento de identidade e demandas específicas desses diversos atores, como afirma Pizzorno (1985). Espaços como o grêmio estudantil propiciam aos estudantes apresentarem suas demandas particulares e coletivas como também colaborar na resolução de demandas que outros trazem para o espaço.

Para a pesquisadora Angélica Monteiro, que desenvolveu em 2005 a cartilha “Movimento estudantil: organização”, o grêmio é um veículo de ação política que tem *status* formal e jurídico de representação, dando aos estudantes a possibilidade de discussões de problemáticas específicas ou gerais sem se desprender do contexto social e político ao seu

redor. O grêmio, assim, faz parte de um dos processos de formação da cidadania dos estudantes, dando oportunidade de exporem suas ideias e ouvirem o outro, oportunizando a elaboração do senso crítico, como afirmam Amaro e Quadros (2016). A participação não é algo natural ou fácil, mas, sim, um processo de lutas, resistências, conquistas e aprendizado, de acordo com Demo (2008).

Para tanto, vai se configurando como espaço para os estudantes exercerem sua cidadania e sua participação. Organizados e atuantes, os estudantes lutam e propõem saídas para as suas questões mais específicas concernentes à escola. E assim aprendem a engajar-se nas lutas gerais da sociedade, segundo Monteiro (2005), proporcionando o desenvolvimento do protagonismo.

O termo protagonismo juvenil, enquanto modalidade de ação educativa, é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolverem-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. O cerne do protagonismo portanto, é a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla. (COSTA, 2001, p. 179).

O diálogo é uma ferramenta indispensável nesse processo. E a participação torna-se genuína quando é desenvolvida em um ambiente democrático, igualitário e de forma horizontal, sem hierarquias, pois a participação sem democracia é manipulação, segundo Costa (2001). Portanto, precisamos fortalecer cada vez mais ambientes como os grêmios em nossas escolas públicas para que de fato contemplem-se os anseios dos nossos estudantes.

Precisamos repensar a escola pública enquanto uma instituição que promova e desenvolva a participação estudantil de forma democrática. Para Celso Antunes (2003), na democracia se constroem o respeito, o saber escutar, a expressão ideias, concordando ou divergindo, de modo a construir uma nova pedagogia para uma escola pública de qualidade.

A iniciativa de promover e organizar um grêmio estudantil nas escolas deveria partir dos próprios estudantes. A escola deveria favorecer e promover esse espaço com o intuito de apresentar e esclarecer a importância da participação de toda a comunidade escolar nas tomadas de decisão. Nesse aspecto, a presença do grêmio escolar de forma ativa incita à tarefa educativa a para troca de experiências e organização de debates, segundo Antunes (2015), podendo contribuir para a construção de importantes saberes desde a infância, tais como respeitar as diferenças e construir a autonomia.

A escola que se abre para a atuação do grêmio, permitindo que os alunos contribuam com a sua dinâmica, está construindo um espaço de diálogo. E se a comunidade

escolar adotar esses espaços como regra de funcionamento e manifestá-lo de forma cotidiana e em diversas esferas, ela estará permeada por uma cultura de participação democrática, possível de ser percebida em várias faces de seu universo. Com essa abertura, todos terão a oportunidade de criar uma nova realidade na escola, condizente com a identidade daqueles que a frequentam. (RIO DE JANEIRO, 2013, p. 7).

A escola que oportuniza a atuação do grêmio estudantil está contribuindo para a construção de um espaço de total diálogo, repensando uma nova realidade escolar. O grêmio é uma unidade autônoma no espaço escolar, e qualquer estudante matriculado na instituição escolar poderá fazer parte dele.

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos, juntamente com Instituto Sou da Paz, construiu um caderno de como podemos formar um grêmio na escola. De forma didática, a publicação apresenta que são necessários cinco passos:

Comunicar a escola o interesse de montar de forma organizada uma representação estudantil dentro da instituição, mobilizar e sensibilizar toda a escola com a proposta de apresentar a importância do grêmio; Segundo passo, que é uma assembleia geral com todos os atores da instituição de ensino que tem como proposta montar uma comissão eleitoral e construir o edital para as eleições do grêmio com: nome de chapa, horários das eleições e campanhas e outras determinações em comum acordo; terceiro passo é a organização dos alunos para formar as chapas, discutir as ideias e propostas que serão apresentadas no período de campanha; quarto passo é composto pela eleição através de voto secreto e a contagem dos votos feita pela comissão eleitoral e os representantes de chapa; o último passo é a posse da chapa eleita. (BRASIL; INSTITUTO SOU DA PAZ, 2010, p. 17).

Cada grêmio estudantil possui um coordenador geral ou presidente, que é responsável por orientar e coordenar as atividades a serem desenvolvidas de tal modo que todos os gremistas, de forma rotativa, possam ter a oportunidade de orientar as reuniões, possibilitando-se, assim, a maior participação de todos. Realizar uma assembleia geral por ano com a finalidade de avaliar a gestão que está terminando e definir a próxima comissão eleitoral são ações características que cada grêmio deve seguir.

A participação mínima para que a assembleia geral seja realizada é de 10% dos estudantes matriculados na escola (não é uma regra). Fica evidente a importância da mobilização e sensibilização para que o maior número de estudantes esteja presente nesse processo. Em sua organização, o colegiado é uma proposta de estrutura, mas dependerá da realidade encontrada em cada escola. No colegiado, os cargos não são definidos em uma organização mais direta. São definidas as contribuições de cada gremista. É uma maneira de cobrar mais compromisso dos gremistas. Como forma de assegurar o compromisso de todos, a

melhor forma é definir os cargos para cada componente, sem deixar de lado a participação ativa nas tomadas de decisão de todos, e garantir que a decisão deverá ser acatada pelos próprios estudantes.

É importante que o grêmio estudantil sempre esteja em comunicação com os demais estudantes. O diagnóstico é a melhor ferramenta para se saber quais as demandas dos estudantes, levantando-se as prioritárias para todos. Partindo-se da construção de um plano de trabalho, tal instrumento poderá ser feito com as temáticas propostas por Monteiro (2005) e Brasil e Instituto Sou da Paz (2010): cultura (dança, saraus, semana cultural); esporte (campeonatos de futebol, vôlei e basquete); política (palestras, debates, manifestações, parceria com outros grêmios); social (reciclagem de lixo, campanhas de prevenção – gravidez precoce e drogas); comunicação (rádio escolar, jornal da escola e participação no Conselho Escolar), tomando como ponto de partida sempre o contexto escolar.

Durante nossa pesquisa, algo que nos incomodou bastante foi termos encontrado, ao fazermos nosso levantamento bibliográfico sobre a temática grêmio estudantil, referências bastante limitadas para conceituar a participação ativa do estudante no espaço escolar. Encontramos muitas obras que problematizam a gestão democrática e abordam o grêmio como algo que apenas faz parte desse espaço. Encontramos cartilhas desenvolvidas por secretarias municipais e estaduais de educação que trazem uma receita pronta de como montar e manter um grêmio estudantil na escola apenas. Portanto o que apresentamos durante este capítulo é a forma didática de como construir um grêmio estudantil na escola, mas cada escola tem que se apropriar de seu cotidiano e suas vivências com a finalidade de o grêmio não ser apenas figurativo no espaço escolar. Precisamos questionar todas essas formulações e regras que não condizem com o contexto em que se está inserido.

O historiador francês Ariès (1981) diz que a modernidade produziu um sentimento de infância e os estudos sobre as infâncias continuam ampliando seu campo de investigação a fim de compreender as infâncias nas diversas disciplinas: sociologia, antropologia e filosofia, além da história. Como apresenta Friedmann (2011), o surgimento da antropologia e sociologia da infância a partir da década de 1970 estabelece relações interdisciplinares com outras áreas das ciências humanas a fim de estudar essas infâncias.

A autora Adriana Friedmann (2011) no campo da sociologia e antropologia, na área da infância, apresenta que a criança deve ser estudada nos seus próprios direitos, em sua própria infância e em seu mundo autônomo, e não pela influência refletida da concepção de infância da cultura dos adultos. Mesmo recebendo tais influências dentro dos comportamentos,

símbolos e jogos, por exemplo, há uma dimensão exclusiva para as crianças, pela qual têm um mundo autônomo e independente em certa medida do mundo dos adultos.

Na perspectiva estruturalista, a criança define seu papel dentro da sociedade (macro); na interpretativa, estudam-se as interações em grupo (micro), através das quais objetiva-se entender suas vivências, representações e até mesmo seus modos próprios de ação e expressão, segundo Friedmann (2011). Segundo a perspectiva crítica, que é a junção das duas perspectivas anteriores, a criança percebe e produz a realidade do mundo dos adultos e ao mesmo tempo reconstrói sua própria vivência simbólica, que apenas ela compreende.

Qvortrup (2010) apresenta a tentação da diversidade. A infância deve ser analisada como sendo uma classe social, categoria permanente da sociedade, cujas características diferenciais articulam-se com outras categorias sociais de classe, etnia, gênero e raça. A análise dialética das infâncias, partindo da diversidade, tem que compreender os processos sociais que conduzem as tensões e contradições na normatividade da infância, resultando no cotidiano escolar.

A atuação do grêmio estudantil deverá acontecer de forma independente e autônoma diante da gestão da escola, conselho escolar e conselho de pais e mestres. Precisa ter autonomia para organizar, elaborar e sugerir propostas e ações para a escola. O grêmio estudantil precisa discutir, repensar e promover o debate do processo escolar, no qual está inserido. Com isso, os estudantes ocuparão seus lugares de fala e será construída uma escola pública mais significativa.

O grêmio estudantil deverá ser um espaço com o fim de proporcionar e desenvolver o agir cidadão perante os contextos sociais e políticos encontrados em nosso meio, por isso ele tem que ser regido pela democracia e participação ativa de todos os envolvidos. Em sua atuação, o grêmio possibilita aos estudantes uma atitude investigativa/cognitiva e uma prática social voltada para a autonomia e participação, como afirmam Amaro e Quadros (2016).

Nesta pesquisa, compreendemos que a participação é sinônimo de ação. Com isso, o papel dos adolescentes-jovens que participam no contexto de atuação do grêmio é algo que transcende a convivência escolar, construindo, assim, relações dinâmicas entre sujeitos e instituição escolar.

Segundo Rego (1996), o diálogo é o caminho para constituir uma escola democrática. A escola deve ser um local em que os estudantes possam questionar, duvidar, discutir, errar e construir, mesmo sendo um espaço de contradições. Dessa forma, o grêmio precisa ser um elemento institucional legal onde os estudantes tenham a oportunidade de organizarem-se e

exercitarem atividades variadas, que visem promover o desenvolvimento intelectual, político e social, de modo a fortalecer a escola democrática.

3.2 GARANTIAS E QUESTÕES DE LEGISLAÇÃO

Em meados da década de 1980, o país passa pelo processo de redemocratização, quando se pôs fim a 21 anos de Ditadura Militar no Brasil. O cenário de início dos anos 1960, segundo Muller (2011), foi marcado pela agitação política no Brasil. O Golpe Civil-Militar de 1964 trouxe várias consequências ao movimento estudantil, como aconteceu com a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE). Mesmo com estudantes para salvaguarda, a sede em 31 de março foi metralhada e no dia seguinte incendiada. Outras invasões e depredações ocorreram em várias universidades do país. Além disso, as entidades estudantis foram postas na ilegalidade pelo Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967. Esses ataques revelavam a intolerância do governo autoritário em relação às mobilizações estudantis, de acordo com a doutora e pesquisadora Angélica Muller (2011).

O Ato Institucional de Número Cinco (AI-5) foi o que mais marcou todo esse período, trazendo consigo um controle sobre a academia que também atingiu os estudantes secundaristas. Decretado pelo então presidente Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968, restringiu o movimento estudantil à clandestinidade. Foram impostas restrições que limitavam a liberdade de expressão de todos os cidadãos, como afirmam Amaro e Quadros (2016), resultando em perseguições, prisões e desaparecimentos de estudantes que até os dias atuais não foram encontrados.

Desse modo, o governo militar exerceu severa repressão contra o movimento estudantil, acusado de subversivo e de possuir ideias comunistas, devido à contestação do agravamento das desigualdades sociais que levaram a população a um panorama de extremos, vivido entre a riqueza de poucos e a miséria da maioria, provocado pelas alterações políticas e com reflexos no sistema educacional. Nesse cenário as organizações estudantis passaram a sofrer outros ataques. (FRANCO, 2014, p. 37).

As várias mobilizações do movimento estudantil no ano de 1984, através principalmente do Movimento pelas Diretas Já, traziam ao cenário político social a força do jovem brasileiro. Em 1985, foi elaborada e aprovada pelo então presidente José Sarney a Lei Federal Lei Nº 7.398 de 4 de novembro de 1985, que apresenta apenas três artigos.

Art. 1º - Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais.

§ 1º - (VETADO).

§ 2º - A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em Assembléia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino convocada para este fim.

§ 3º - A aprovação dos estatutos e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante observando-se, no que couber, as normas da legislação eleitoral.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário. (BRASIL, 1985).

A lei dispõe sobre a organização das entidades estudantis de 1º e 2º graus na época, que hoje correspondem ao ensino fundamental e médio. Em seu artigo primeiro, fica assegurada a organização dos estudantes secundaristas em grêmios estudantis como entidades autônomas que representem os interesses dos estudantes e tenham finalidades educacionais; cívicas; desportivas; culturais e até mesmo sociais.

O parágrafo segundo apresenta que todo o funcionamento e desenvolvimento das ações por parte do grêmio terão que estar estabelecidas no estatuto aprovado em assembleia geral com a maioria dos alunos da instituição de ensino de cada entidade. Já o parágrafo terceiro trata da escolha dos dirigentes e representantes, que deverá se dar através do voto direto e secreto dos estudantes, observando-se, no que couber, as normas da legislação eleitoral.

Em 1988, é promulgada a nova Constituição Federal, conhecida como a Constituição “Cidadã”, sendo a sétima do Brasil desde a Independência. Promulgada em no dia 5 de outubro 1998, possui 245 artigos, divididos em nove títulos.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Nesse artigo, vemos a prioridade do Estado em reconhecer as crianças e adolescentes enquanto sujeitos dos direitos. Também há a incumbência de desenvolver programas de assistência integral para essa faixa etária nas áreas da saúde e educação, apresentando punições severas para crimes contra crianças e adolescentes. Mas vamos trazer para a discussão o Capítulo III – da Educação, da Cultura e do Desporto, sobre a incumbência de afirmar e fortalecer a participação dos estudantes através do grêmio estudantil nas escolas.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Ao proporcionar a participação dos estudantes, a escola contribui para a democratização desse espaço. Contudo, essa escola democrática deverá garantir alguns princípios de acordo com o artigo 206: condições igualitárias de acesso e permanência na instituição de ensino; liberdade aos estudantes de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismos de ideias e concepções pedagógicas; ensino de forma gratuita. No inciso VI, garante-se a gestão democrática do ensino público, na forma de lei específica. Sobre esse último inciso citado, partimos da ideia de que a escola é democrática. Diante de todo o aparato de leis, não podemos tratar de gestão democrática como se fosse uma escolha do gestor em segui-la ou não. Precisamos afirmar que qualquer ação que vá de encontro aos princípios democráticas no espaço da escola irá igualmente de encontro à Constituição Federal de 1988 e outras leis, portanto será inconstitucional.

Outra lei que apresenta crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos e como prioridade é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei promulgada em 13 de julho de 1990, prevendo a proteção integral. O professor José Almir do Nascimento (2018), em sua tese de doutorado, afirma que a proteção integral só é possível com a implementação de instrumentos jurídicos que sejam eficazes na garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

Essa doutrina encontra seu fundamento expresso, principalmente, em três artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo tais: o artigo terceiro, ao garantir que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana rompendo com a concepção menorista e elevando-os à categoria de *sujeitos de direitos*, sem distinção entre pessoas, classes e/ou condições sociais; o artigo quarto, que destina-lhes a absoluta prioridade, ou seja, dá uma ordem de preferência sobre aos direitos assegurados frente aos demais grupos etários; e o artigo sexto, que considera a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. (NASCIMENTO, 2018, p. 118).

Segundo o ECA, toda criança e adolescente tem direito à liberdade, ao respeito e à dignidade enquanto pessoa humana em processo de desenvolvimento. Já no artigo dezesseis, o estatuto traz como compreensão de liberdade a abrangência de aspectos como o opinar e expressar-se, crença e culto religioso, brincar e praticar esportes e participar da vida política

na forma da lei. Esse artigo contempla as atuações do grêmio com ações diversificadas e de livre escolha dos próprios estudantes.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990).

A respeito do campo da educação, o capítulo quarto garante o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer para crianças e adolescentes.

O artigo 53 estabelece que criança e adolescente têm direito a uma educação que vise ao seu pleno desenvolvimento, qualificação profissional e preparo para exercer a cidadania. Nos incisos, preconizam-se: direito de ser respeitado por seus educadores; direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; e direito por parte dos estudantes de se auto-organizarem e de participarem das entidades estudantis.

O artigo 58 garante que, durante o processo educacional, deverão ser respeitados os valores culturais, artísticos e históricos do contexto de cada indivíduo, garantindo a crianças e adolescentes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura.

O processo educacional que se dá na escola, para ser de qualidade, deve ser compreendido como complementar ao que cada um traz de história individual e coletiva. Além de respeitar e valorizar os valores culturais próprios do contexto da criança e do adolescente, é importante dar-lhes condições de acesso à cultura de outros grupos sociais possuidores de outras histórias, diferentes, mas igualmente importantes. A humanidade não se desenvolve no gueto. É a possibilidade de conhecer e trocar experiências e ideias que enriquece a todos e faz acontecer os avanços sociais. (VASCONCELOS, 2013, p. 279).

A escola é um espaço de convívio comunitário, onde essas garantias poderão ser colocadas em prática, fazendo com que os estudantes sejam ativos e contribuam para o desenvolvimento do seu próprio processo educativo, desenvolvendo seu senso crítico. A escola, ao propiciar esse tipo de participação, torna-se libertadora.

A Escola Cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com seu discurso formador, libertador. É toda escola que, brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos-educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, a Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia. (FREIRE *apud* GADOTTI, 2010, p. 69).

A LDB, em seu artigo terceiro, apresenta os princípios que norteiam o ensino, entre os quais se encontram: igualdade de condições de acesso e permanência nas instituições de ensino; liberdade para aprender, ensinar e pesquisar; respeito ao pluralismo de ideias e à liberdade; gestão democrática; e consideração com a diversidade étnico-racial.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial.
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (BRASIL, 1996).

O Estatuto da Juventude tem como princípios: a promoção da autonomia e emancipação dos jovens; a valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações; reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos universais; respeito à diversidade individual e coletiva dos jovens; promoção da vida, da cultura e da paz; e valorização do diálogo e convívio dos jovens com as demais gerações.

Art. 2º O disposto nesta Lei e as políticas públicas de juventude são regidos pelos seguintes princípios:

- I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
- IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e
- VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações. (BRASIL, 2013).

A promoção e o fortalecimento da participação social e político dos jovens está presente nesse artigo 2º nos incisos II e III, que abordam os princípios das políticas públicas para a juventude. O artigo 3º trata de forma geral sobre as diretrizes gerais das políticas

públicas para a juventude. Já o artigo 4º, do Capítulo II – Dos Direitos dos Jovens, enfatiza que o jovem tem direito à participação social e política.

Art. 4º O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude.

Parágrafo único. Entende-se por participação juvenil:

I - a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;

II - o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País;

III - a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; e

IV - a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto.

Art. 5º A interlocução da juventude com o poder público pode realizar-se por intermédio de associações, redes, movimentos e organizações juvenis.

Parágrafo único. É dever do poder público incentivar a livre associação dos jovens.

Art. 6º São diretrizes da interlocução institucional juvenil:

I - a definição de órgão governamental específico para a gestão das políticas públicas de juventude;

II - o incentivo à criação de conselhos de juventude em todos os entes da Federação. (BRASIL, 2013).

Diante do Estatuto da Juventude, o grêmio estudantil apresenta-se como uma entidade representativa que pode contribuir e consolidar tais princípios. Para tornar-se ferramenta efetiva, o Estado e a sociedade têm que promover a participação dos jovens na construção de políticas públicas voltadas para tal público-alvo, de modo a permitir-lhes ocupar os espaços públicos de tomadas de decisão como forma de reconhecer o direito fundamental de participação. O grêmio pode ser a porta de entrada para crianças, adolescentes e jovens iniciarem sua participação na vida política da sociedade. Um grêmio pode ir além de atividades recreativas e culturais como também lutar pela melhoria do ensino, potencializando mais ações democráticas no espaço escolar e participação em lutas gerais que vão além dos muros da escola, mas que refletem na escola a sua dinâmica.

Com o intuito e objetivo de melhorar a qualidade da educação no Brasil, em 6 de junho de 2014 foi sancionado o Plano Nacional de Educação (PNE), através da Lei nº 13.005. Sua finalidade é direcionar esforços e investimentos para a melhoria da qualidade da educação do Brasil. Os principais desafios que o plano apresenta estão relacionados à evolução dos indicadores de alfabetização e inclusão, à formação continuada dos professores e à expansão do ensino profissionalizante para adolescentes e adultos.

Art. 2º São diretrizes do PNE:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos(as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2014).

O PNE, tem validade de dez anos, de 2014 a 2024. O plano estabelece diretrizes, metas e estratégias que devem reger as iniciativas na área da educação. Por isso, todos os estados e municípios devem elaborar planejamentos específicos para fundamentar o alcance dos objetivos previstos.

O plano é composto por vinte metas que abrangem todos os níveis de formação, desde a educação infantil até o ensino superior, garantindo foco em questões especialmente importantes (como a educação inclusiva, o aumento da taxa de escolaridade média dos brasileiros, a capacitação e o plano de carreira dos professores), além de aspectos que envolvem a gestão e o financiamento desse projeto.

Em referência à meta 19, “Gestão Democrática”, o PNE pretende assegurar as condições necessárias para uma gestão democrática da educação, que deve englobar critérios técnicos de mérito e desempenho, além de consultas à comunidade escolar. Para isso, prevê recursos e apoio do governo federal.

Meta 19 - Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (BRASIL, 2014).

A gestão democrática deve ser comparada à democracia enquanto um processo, segundo Lima (2013). Por isso, não é um processo acabado, pois é preciso estar em constante construção. Para o autor, precisamos compreender que para desenvolver uma gestão democrática existem três canais, que são: a participação, a descentralização e a autonomia.

Entre as estratégias, o plano apresenta três diretamente relacionadas à participação dos estudantes nas tomadas de decisão no espaço escolar. A primeira:

Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações. (BRASIL, 2014).

Na maioria das cidades do interior, são inexistentes ações dos movimentos estudantis. Em um espaço controlado pelo adulto, essa estratégia pode se deparar com grandes dificuldades de efetivação, pois, a princípio, sua iniciativa deveria partir dos estudantes, mas, na falta, a escola deverá articular e promover a implementação e funcionamento dos grêmios estudantes na educação básica.

A segunda:

Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo. (BRASIL, 2014).

Trata-se de espaços que ainda se caracterizam como sendo próprios de adultos, mas que precisam ser problematizados de modo que os estudantes não sejam apenas um quantitativo mínimo e voto vencido nas tomadas de decisão.

O conselho escolar, com a participação de pais, professores, alunos membros da comunidade, é o órgão mais importante de uma escola autônoma. Ele deve deliberar sobre a organização do trabalho de direção. [...] Ao conselho cabe apontar soluções dos problemas do conjunto de interesses e vontades da escola, tais como: aplicação dos recursos, racionalização dos horários de trabalho, elaboração do Plano Escolar, matrícula e funcionamento geral da escola. Quanto mais pessoas se envolvem com os assuntos da escola, maior será a possibilidade de fortalecimento do projeto autônomo da escola. (GADOTTI, 1997, p. 52).

Assim como o conselho escolar, o conselho municipal de educação é órgão deliberativo de caráter coletivo. Tem como função deliberar nas tomadas de decisão e resoluções das problemáticas que envolvam tanto a escola quanto um município específico nesse caso.

A terceira:

Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos(as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares (BRASIL, 2014).

Essa estratégia tem como proposta envolver cada vez mais a comunidade escolar no planejamento e execução das ações em conjunto, fortalecendo uma escola democrática, e não apenas uma gestão democrática.

Os espaços coletivos na escola são importantes para a vida dos estudantes. Por meio da participação, o estudante aprende a desenvolver senso crítico e de responsabilidade perante o que foi discutido e deliberado pelo grupo, entendendo que é preciso enfrentar as diferenças de ideias através do diálogo e da negociação. Esse aprendizado iniciado na escola, mais especificamente nas instâncias Conselho Escolar, Conselho de Classe e Grêmios Estudantis, favorece o desenvolvimento da autonomia e a formação cidadã. (MAGNATA, 2017 p. 41).

Portanto o Plano Nacional da Educação (2014-2024) corrobora a nossa ideia em favor da importância da participação ativa dos estudantes, tanto no cotidiano quanto até mesmo nas tomadas de decisão da escola, desenvolvendo e fortalecendo um estudante empoderado dentro desse processo para uma escola democrática.

Diante de todas as legislações e garantias aqui apresentadas, que têm a finalidade de problematizar essas conquistas dos estudantes em favor da efetividade de sua participação nos espaços educativos, questionamos: o que falta? Perante um universo altamente adultocêntrico, no qual o adulto analisa o estudante como incapaz de pensar, problematizar e refletir sobre suas vivências, precisamos fortalecer esse espaço de conquista dos alunos e desenvolver uma cultura democrática na escola.

3.2.1 Cenário em Pernambuco

Referente à promoção e fortalecimento dos grêmios estudantis em Pernambuco, vê-se que há um impulso um pouco tímido. Em nossa pesquisa, encontramos alguns materiais publicados em *sites* ligados diretamente à Secretaria Estadual de Educação. No *site* do Sistema de Informação da Educação de Pernambuco (SIEPE), encontramos uma seção relacionada à gestão democrática, que relata que tal gestão precisa focar no ensino de qualidade e para isso é fundamental a participação coletiva e autônoma nas decisões, sendo necessário implementar e fortalecer os órgãos colegiados da escola: conselho escolar; conselho de classe; unidade executora e grêmios estudantis.

Entre os colegiados escolares, o grêmio estudantil é forma direta e resumida em quatro tópicos: o que é grêmios escolar?; qual o objetivo do grêmio?; por que o grêmio na escola?; e como organizar um grêmio? Esses textos não apresentam nenhum referencial teórico ou leis para embasar esse colegiado tão importante para o fortalecimento da escola democrática.

Em Pernambuco, existe uma lei, de número 12.280, de 11 de novembro de 2002, que dispõe sobre a proteção integral dos direitos do aluno. Ela traz 41 artigos e considera como alunos todos aqueles matriculados nas redes públicas e particulares do sistema de ensino do estado de Pernambuco.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral aos direitos do aluno.

Art. 2º Considera-se aluno, para os efeitos desta lei, todo aquele matriculado nas Redes Pública e Particular do Sistema de Ensino do Estado de Pernambuco.

Art. 3º O aluno tem direito à educação e à instrução, sendo-lhe assegurado o pleno desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 4º No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos, históricos, e de crença religiosa, próprios do contexto social do aluno, garantindo-se a este a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura. (PERNAMBUCO, 2002).

Em seus títulos e capítulos, são abordados os direitos fundamentais: à educação; ao acesso à matrícula e permanência; à validação e certificação dos estudos; à informação; à educação especial; do aluno atleta; do aluno indígena; do aluno trabalhador; à classificação, reclassificação e contestação de critérios avaliativos; às garantias processuais; às instâncias de atendimento.

De acordo com os objetivos propostos para esta pesquisa, no Capítulo VI – do direito à participação, o artigo 22, em apenas três incisos, garante que o aluno tem a liberdade de expressar-se e participar: I – no Grêmio Estudantil; II - Nos Conselhos Escolares; III- Nas Atividades Pedagógicas, Artísticas, Culturais e Desportivas.

Em acordo com a Lei Estadual nº 12.280/2002, questionamo-nos como os estudantes podem de forma efetiva executar suas participações nas escolas, tendo como forma legal essa Lei Estadual que em geral aborda mais questões burocráticas e relacionadas à gestão da escola, deixando lacunas sobre como os estudantes podem utilizar esse dispositivo legal a fim de garantir suas participações nas escolas do estado.

Em 16 de abril de 2009, foi expedida a Recomendação Conjunta nº 02/2009 do Ministério Público do Estado de Pernambuco, por intermédio da 22ª e 29ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, partindo de um inquérito civil promovido após três

denúncias da União dos Estudantes Secundaristas de Pernambuco (UESPE) sobre a organização dos grêmios estudantis das escolas da rede pública estadual.

Recomendou-se que o secretário de Educação do Estado na época assegurasse a regularidade das organizações nas escolas, localizadas no município do Recife. Para isso a Promotoria considerou para tal recomendação: os artigos 6º e 205 da Constituição Federal, que tratam do direito à educação e do dever do Estado; o artigo 53 do Estatuto da Criança e Adolescente, que assegura o direito de organização e participação em entidades estudantis; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; a Lei do Grêmio Livre e a Lei Estadual 12.280/2002.

Diante dessa ação que partiu da União dos Estudantes Secundaristas de Pernambuco na capital do estado, questionamos como está esse tipo de organização estudantil nas demais cidades, principalmente do interior, onde não existe esse tipo de organização estudantil fora da escola? E quais políticas públicas são desenvolvidas para fortalecimento desse colegiado? De que maneira podemos fortalecer em Pernambuco os grêmios estudantis para que sejam implementados e garantir essa participação de forma efetiva no cotidiano das instituições?

É importante ressaltar que, para além da instituição família, a escola é a instituição na qual crianças e adolescentes passam maior parte de tempo, espaço que deveria ser de participação coletiva e democrática com a finalidade de fortalecer a sociedade.

Considerado um marco da história das infâncias em Pernambuco, o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Pernambuco (2018-2027) foi construído pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente em parceria com a Universidade Federal Rural de Pernambuco através da Escola de Conselhos de Pernambuco, durante o Primeiro Encontro das Infâncias Pernambucanas, que contou com a participação de 60 adolescentes de todo o estado, divididos em 13 grupos identitários, dentre os quais gremistas. O encontro ocorreu no mês de novembro de 2016.

A metodologia utilizada com os adolescentes para a construção do Plano foi dividida em três etapas: 1) conceitual/conteúdo do Plano; 2) o olhar das infâncias sobre si (identidades); 3) construção da leitura de/sobre o mundo e as possibilidades de ações/intervenções concretas na família e comunidade. Como forma de materializar os debates e reflexões, foram construídas árvores com propostas para o Plano.

Na concepção pedagógica do Plano, as árvores representam a vida desses meninos e meninas, enraizadas na terra, que foram plantadas, estão crescendo, devendo no horizonte de expectativas e, como diz o poeta, “e há que se cuidar do broto pra que a vida nos dê flor e fruto”. (CEDCA, 2018, p. 9).

Os gremistas apontam como proposta maior a constituição de oportunidades de participação enquanto sujeitos a serem ouvidos nos espaços por onde passam e que ocupam. Entre as propostas, temos o fortalecimento dos grêmios, programas de informação sobre políticas públicas nas escolas e a atuação de profissionais psicólogos nas escolas. Diante das propostas, encontramos uma que nos chamou a atenção: “investimento para distribuir água potável nas escolas”. Quando estamos em um debate pensando sobre algumas questões ou temáticas que podemos potencializar para o grêmio se desenvolver, precisamos parar um pouco e olhar para essa proposta e repensar que ainda temos estudantes lutando por conquistas básicas como água potável.

3.3 SOLIDARIEDADE CARITATIVA

Historicamente crianças e adolescentes têm registros das mais variadas práticas de assistencialismo, como forma de fazer o bem. A autora Estela Scheinvar (2011), em seu artigo “Conselho tutelar e práticas de assistência no contexto dos 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)”, aponta que a caridade é uma prática antiga que está associada ao exercício de poder do Estado no controle através da defesa e segurança. Em nome do bem-estar, parecendo uma atividade sem intenção política e articulada, segundo Scheinvar (2011) “em nome da segurança, é individualizada a condição que produz um necessitado, bem como o destino que é dado à sua necessidade”. Essa segurança está diretamente relacionada com e para o outro, preocupando-se se ele tem alimento para comer e roupas para vestir, por exemplo. A caridade, portanto, transforma problemas de caráter histórico-social como sendo um problema pessoal de caráter moral e religioso.

Com o desenvolvimento de nosso estudo, verificamos que, impelidos pela concepção cristã de caridade, grupos de voluntários católicos praticam uma assistência baseada na ideia do amor fraterno às famílias carentes, mendigos, doentes, crianças abandonadas, deficientes físicos e mentais, assistência essa que não visa interesses pessoais ou recompensas materiais. Para exercê-la, segundo essa concepção, o critério exigido é a vontade de servir ao próximo, por ser um dever cristão para com os desfavorecidos, demonstrado, assim, um espreito nobre. (SILVA, 2006, p. 327).

Uma das maneiras de exercer essa caridade é através da doação. Princípio central da caridade, fazer doação requer um julgamento de quem precisa, sendo enquadrado aos padrões morais religiosos. Com isso, causa-se uma dependência física e pessoal, de modo que, nessa

relação, não se questiona a forma de dependência e controle. Para Scheinvar (2011), essa segurança produzida através dessa dependência é um fundamento da caridade “ser pobre, mas enquadrado, e uma forma de estar ‘seguro’”.

A caridade se inicia ainda no Brasil Colônia de Portugal no período que vai do século XVI a meados do XIX, ligada diretamente à caridade e paternidade humana com relações pautadas na religião católica. As famílias mais ricas da Colônia davam esmolas ou outros tipos de ajuda às crianças encontradas abandonadas pelas ruas, segundo Porfírio (2013), mas essas ajudas só contribuía de forma momentânea em prol das crianças da Colônia. Dentro desse contexto, existiam as rodas e casas dos expostos, lugar onde se deixavam as crianças abandonadas. Nascimento (2010) relata como era a casa dos expostos no Recife e Olinda: “A criação do aparato assistencial era algo novo na vila. A partir daquele momento havia um lugar para se deixar crianças, embora isso não significasse que suas vidas seriam preservadas, pois pairavam nuvens de incertezas sobre seu funcionamento, manutenção e credibilidade” (NASCIMENTO, 2010, p. 35).

Essas crianças também eram colocadas nas portas das famílias mais ricas das vilas na época. Compaixão, piedade e caridade estavam ligadas diretamente a valores religiosos cristãos para a salvação futura de suas almas. Vale ressaltar que, dentro de uma sociedade patriarcal e escravista, mesmo sendo a mão de obra não assalariada, custava muito manter-se alguém.

Essa concepção de caridade podemos encontrar em várias passagens da Bíblia, e a Igreja Católica, em virtude de sua hegemonia em nossa sociedade, difundiu-a por meio de um discurso repetitivo e moral, objetivando o equilíbrio e a harmonia entre os diferentes segmentos sociais, evitando, assim, o perigo de conflitos e revoltas daqueles que se encontram na miséria. (SILVIA, 2006, p. 327).

No Brasil Império, surgem as Santas Casas, que eram responsáveis, então, por cuidar dessas crianças que no século XIX foram incorporadas ao Estado, perdendo parte da sua autonomia e do seu traço caritativo, segundo Porfírio (2013).

A filantropia se inicia pela característica da intervenção do Estado na administração e funcionamento das Santas Casas de Misericórdia na proteção dessas crianças. Visava-se à promoção e reintegração na sociedade de crianças e adolescentes. Nessa fase, a expressão “menor” começa a ser utilizada como sinônimo de infância abandonada, carente e delinquente, como apresenta Porfírio (2013). Foram criadas nessa fase políticas públicas voltadas para esses “menores” que se encontravam em situação de abandono, conflito com a lei ou até mesmo em situação de pobreza. Durante o governo Getúlio Vargas, na década de

1940, foi fundada o Serviço de Assistência aos Menores (SAM) e a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que inicialmente davam prioridade à assistência de crianças órfãs da guerra.

Herdeira e coatora da caridade no campo da assistência, a filantropia incorpora o olhar que entende as necessidades como questões particulares a serem enfrentadas e resolvidas individualmente, assumindo a máxima – também adotada pela caridade – de ser uma prática que vem para fazer o bem e “não para fazer política”. Descendente do pastorado como forma de exercício de poder, a filantropia não abandona o cunho moral que torna difusa a sua dimensão política. Ou, em todo o caso, entende “o político” como um somatório de práticas particulares, tornando o representante da ordem – objetivado na figura como centro de emancipação das relações de poder – o representante do bem. (SCHEINVAR, 2011, p. 29).

Portanto essas relações de poder se concretizam nas relações do cotidiano na figura de quem representa o Estado. Com isso, o Estado exercido por essa figura projeta-se como superior aos demais. Sendo assim, cria uma realidade naturalizada, mas que não é questionada. Com isso, não podemos abordar a caridade e a filantropia como sendo um movimento de luta, mas como sendo um movimento articulado de pacificação.

4 ATUAÇÃO DE GRÊMIO ESTUDANTIL: OLHARES E RELATOS

4.1 OLHARES SOBRE A ESCOLA

É como se fosse uma segunda casa, mas não podemos fazer e ficar à vontade como fazemos em casa... é onde começa tudo... aprender a conviver no mundo.
(Elyza, estudante gremista).

A escola é um lugar de encontros e relações de diversas tribos e gerações. É um local de sociabilizar as vivências e projetar os sonhos para o futuro como também um espaço de tensões. Compreendemos que a formação dos sujeitos (crianças e adolescentes), assim como o processo de aprendizagem, ocorre em diversos espaços educativos, não sendo mais importantes que a escola no papel de desenvolvimento humano. A escola continua a ser um espaço importante para os diversos seguimentos da população brasileira. A escola é um espaço para conviver em torno dos saberes construídos ao longo do tempo, que proporciona oportunidades de exposições, debates, críticas e soluções de problemáticas, específicas ou gerais. Ela constitui um campo de relações entre diversos sujeitos, tais como estudantes, professores, equipe gestora e comunidade escolar. É um lócus onde se encontram pais, responsáveis e famílias em suas diversas composições.

“Não é só aprender a conviver com o mundo, e sim com as pessoas diferentes” (Camila, diretora de esportes do grêmio estudantil). Camila nos traz que a escola vai além de um lugar que apenas transpõe o saber e onde se troca conhecimento. É onde se constituem as culturas escolares em seus contextos singulares de forma heterogênea. De acordo com Forquin (1993), essa cultura escolar é dotada de uma dinâmica própria, com relações complexas e determinadas a partir de um modelo redutível. Sobre isso, Vidal (2003, p. 19), afirma que ela é “constituída pela apropriação criativa de modelos, baseados entre determinantes sociais e históricas e as urgências próprias da organização e do funcionamento escolares”.

Torna-se necessário, portanto, que iniciativas bem sucedidas com origem na própria unidade escolar, no sentido de entregar seus serviços educacionais com alta qualidade, cumprindo sua missão por meio de seus elementos básicos e dando suporte àquelas diretrizes macro determinadas pelo poder público. Assim, é de responsabilidade direta da direção das unidades escolares desenvolver ou utilizar um método de trabalho sistematizado para atender suas características estruturais e contextuais. A formulação de um plano estratégico, que suporte o compromisso de desempenho superior da instituição, por exemplo, faz parte dessa responsabilidade. (PONCHIO, 2014, p. 530).

Durante os nossos grupos focais, algumas perguntas surgiam, como: “tem alguma coisa que vocês mudariam nesta escola?”. Elyza parou um pouco e disse: “nem paramos para pensar nisso”. Já a estudante Carla afirmou que “ter um psicólogo aqui na escola seria de grande ajuda para os estudantes”. Quando pensamos no fazer profissional do psicólogo, lembramos logo da escuta qualificada. A estudante falar sobre esse ponto nos remete à fala de uma professora que estava desenvolvendo, segundo ela, uma roda de conversas.

Sempre chegávamos em torno de uma hora antes do término das aulas. Antes de iniciarmos os nossos grupos focais, sentávamo-nos no pátio para observar melhor o cotidiano escolar. Um dia uma professora nos convidou para participar dessa roda de conversas. A professora nos informou que tal iniciativa surgiu depois que a gerência regional de educação aplicou um questionário com os estudantes sobre o clima escolar. Segundo a professora, todos da equipe gestora ficaram surpresos com a maioria das respostas apresentadas pelos estudantes. No momento, tivemos acesso ao levantamento e alguns dados nos chamaram a atenção, como o assédio denunciado por uma estudante por parte de um professor.

Com o levantamento em mãos, a escola planejou e executou um plano de ações que envolveria todas as turmas e professores. Entre as ações, estava o uso de uma “urna” destinada aos estudantes para depositarem denúncias ou sugestões para a melhoria do clima escolar, além de promoção de palestras com psicólogos para abordarem pontos críticos observados, e rodas de conversa para trabalhar o tema tolerância e respeito na escola.

Nesse dia, 16 de outubro de 2019, fomos convidados a participar de uma roda de conversas e o tema era “tolerância e respeito na escola e na vida”. Consideramos importante apresentar alguns fatos. A turma era um primeiro ano do ensino médio. Havia também a presença de um professor negro, que, segundo depoimentos de estudantes, sofre racismo na escola sem que nada nada até aquele momento houvesse sido feito para sanar o problema. Durante uma hora e trinta minutos, vários preconceitos foram apresentados, na tentativa de fazer os estudantes participarem da conversa, mas apenas um estudante falou de forma livre sem ser apontado para a necessidade de falar. Ao longo de todo esse período, o poder da fala foi completamente dominado pela professora responsável.

Diante desse relato, retomamos a fala de Carla a respeito da necessidade de “ter um psicólogo na escola”. Após observar o plano de ações e a roda de conversa, questionamo-nos se tais iniciativas voltadas para os estudantes surtirão efeito, considerando que nenhum estudante haja participado de sua construção. Os estudantes permanecerão sem serem percebidos e ouvidos.

É útil considerar a esse respeito que: “A escola adquire, cada vez mais, um papel insubstituível como instância mediadora, ao estabelecer o vínculo entre as novas gerações e a cultura acumulada, sobretudo à medida que a sociedade contemporânea tem-se tornado cada vez mais complexa” (ARANHA, 2014, p. 118).

No decorrer do grupo focal, os estudantes gremistas colocaram a escola como um lugar de ascensão social, lugar onde se constrói um futuro promissor. É o que Cristian diz sobre o significado do que é a escola: “é tudo, a base onde começa seu futuro, traz muitas oportunidades”. De acordo com Peres e Barbosa (2017), a escola é constituída de diversidade de conhecimentos, valores, crenças e normas, que é transmitida e reproduzida pelos estudantes, sendo de fundamental importância para construir sua identidade.

Acreditamos ser de grande importância os mecanismos coletivos para participação existentes; todavia, consideramos, ainda, que a maioria das escolas não está respondendo às necessidades reais da comunidade escolar e da sociedade atual, para a efetivação de uma gestão democrática e participativa. (SALLES, 2017, p. 162).

Essa escola é a mesma de muito tempo atrás, quando as séries eram organizadas em três níveis, os saberes eram abordados em diversos conteúdos isolados, as salas tinham em torno de 40 estudantes e a dinâmica era comandada pelo sinal sonoro que lembrava o apito das fábricas. No passado e no presente, português, matemática, história e geografia, além de outras matérias, são ministradas de forma fragmentada. Para Mosé (2013), as matérias e seus conteúdos são tão fragmentados que levam os estudantes a pensar que estudam para os outros, como professores e pais, e não para si e suas vidas.

Com isso, questionamos aos estudantes quem eram eles e como eles se apresentavam. Obtivemos, entre as respostas, a seguinte afirmativa: “Quem sou eu? Pergunta difícil, mas me considero uma pessoa estressada, mas também uma pessoa que gosta de escutar e aconselhar, gosto de ajudar de alguma forma e me considero uma pessoa muito forte pelo que passei” (Cristian, vice-presidente)

Ao questionarmos “quem sou eu?”, foi inevitável perguntar “para onde vou? De forma geral, todos os gremistas querem ter um bom emprego, uma vida confortável (casa, carro e viajar), e alguns desejam constituir família e ter filhos. A escola está presente nesse caminho a ser percorrido, sendo que as vivências ao longo da vida escolar fazem parte da essência de como conseguir tais objetivos.

De acordo com Peres e Barbosa (2017), o ensino médio tem ocupado, nos últimos anos, grande espaço nas discussões sobre a educação brasileira. De forma geral,

problematizam-se a estrutura, os conteúdos e as condições atuais, que estão bastante distantes de atender as necessidades dos estudantes, tanto na formação para a cidadania quanto para o mercado de trabalho.

Também questionamos o que os estudantes a princípio mudariam na escola tanto em sua estrutura física quanto em relação às pessoas, carga horária e componentes curriculares. Para a nossa surpresa, todos disseram que aceitam e gostam da maneira como a escola encontra-se atualmente.

A escola acabou tornando-se um espaço explicitamente afastado das questões que movem a vida das pessoas e ainda mais distante dos desafios da sociedade. Os jovens e as crianças, afastados das questões humanas e sociais, das questões políticas, vão sendo treinados a ver o mundo apenas a partir de si mesmos, de sua condição, que pode ser de “vencedor” ou de “perdedor”, de arrogância ou de revolta. (MOSE, 2013, p. 50).

O aceitar passivamente a princípio toda a estrutura e organização posta pela a escola é o reflexo do fato de que raramente tais estudantes são estimulados a fazer uma leitura e compreensão de mundo no qual estão inseridos para além da cidade pequena do interior onde residem atualmente, uma vez que dificilmente são convidados ou acham oportunidades de serem protagonistas nessa sociedade e escola.

Mosé (2013) afirma que essa falta de conexão entre a escola e a sociedade não é apenas prejudicial aos estudantes, mas também às relações humanas, à prática da justiça social e ao exercício da cidadania. A escola precisa oportunizar que estudantes tenham uma educação mais conectada com as questões humanas, sociais e planetárias. Desconectar os estudantes dessas questões é um modo de controle excludente da sociedade. O estudante tem o direito de desenvolver um raciocínio crítico e completo, assim como direito à moradia, à alimentação, à saúde e ao lazer, entre outros. Com isso, vê-se que é necessário articular sua vida em diversos aspectos com fatores da realidade além dos muros da escola, quebrando, assim, a imposição limitante que lhes é imposta.

Entendo que a educação para a cidadania surgida no próprio exercício da prática democrática, ainda não se realizou, a escola deve refletir se tem cumprido esse papel e se tem promovido a educação para a emancipação. Dessa forma, as aprendizagens devem ser programadas, refletidas, pensando-se que linguagens se devem falar? Que ferramentas é preciso dominar? Que conhecimentos históricos, artísticos, científicos são necessários compartilhar? Essas são questões que não podem ficar silenciadas. (MORAES, 2015, p. 21).

A educação, especificamente a instituição escola, foi construída através de um processo de colonização, de tal forma que sua Colonialidade está presente até os dias atuais e sua expressão de poder permanece no cotidiano dessas instituições. Essa construção reconheceu que apenas as escolas são a forma de escolarizar uma sociedade, o que descarta outros meios e lócus de educação, de acordo com Barbosa (2007). A escolaridade não garantiu o acesso à cultura para crianças e adolescentes, criando um campo de tensões entre escola e estudantes.

Superar ou minimizar tais tensões é compreender que os estudantes na verdade fazem e constroem essa cultura. Sarmiento (1997) propõe a noção de reprodução interpretativa como sendo uma compreensão ativa no mundo, pois crianças não apenas internalizam como também contribuem na construção no todo da sociedade. Essa cultura elaborada pelos estudantes é resultante da “apropriação criativa” que eles realizam a partir das informações do mundo adulto para formular seus próprios saberes enquanto grupos, de acordo com Barbosa (2007).

Essa escolarização colonizadora, em nosso caso, materializa-se nas relações de poder estabelecidas entre escola e estudantes. Precisamos compreender e efetivar que na escola o plural deve estar presente e ser percebido, o que implica aceitar os estudantes como sujeitos dos direitos, assim como preconiza o Estatuto da Crianças e dos Adolescentes (1990). A escola deve ser um espaço que proporcione o desenvolvimento completo do sujeito, entendendo que os estudantes fazem parte de um grupo ativo de sujeitos que observam, aprendem, interpretam e modificam a sociedade, estabelecendo, assim, padrões culturais, segundo afirma Sarmiento (2013).

4.2 OLHARES SOBRE O GRÊMIO

Grêmio, é um grupo de jovens que não por muito votos, mas foi escolhido pelos que desejam para representar os estudantes para defender os direitos deles, pelo menos foi o que eu entendi do que era grêmio, na verdade eu nem sabia o que era, só sabia que era para defender os direitos dos estudantes e representar os estudantes e a escola em muitos eventos, e jovens com mais responsabilidades...
(Camila, tesoureira do grêmio, gestão 2018/2019).

O grêmio estudantil é uma organização autônoma, composta pelos estudantes de uma determinada instituição escolar na educação básica. Neste caso, estamos relatando uma pesquisa realizada com estudantes do ensino médio de uma escola de tempo integral

localizada no Agreste do estado de Pernambuco. Ao realizarmos os grupos focais, abordamos os gremistas da gestão 2018/2019, que eram estudantes do 1º, 2º e 3º ano do ensino médio.

Perguntamos como os estudantes compreendem o grêmio estudantil. A primeira estudante a falar foi Camila, que afirmou: “Eu nem sabia o que era”. Sua resposta nos leva a dizer que tal escola apenas oficializa o que algumas leis e parâmetros ordenam que a unidade de ensino cumpra, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e Lei do Grêmio Livre de 1985. Mas também tivemos os relatos dos estudantes Cristian e Karollyne: “Acho que o grêmio é o porta-voz dos estudantes na escola, que os adolescentes não têm tanta voz, e o grêmio é importante na escola porque repassa tudo para o grêmio e o grêmio vai lutar por aquilo que o jovem quer e se tem alguma possibilidade de acontecer” (Cristian, gremista, gestão 2018/2019); “É como se fosse uma ponte entre a direção e os estudantes. Quando os alunos precisam de alguma coisa, o grêmio vai se mobilizar, vai na secretaria e tenta resolver” (Karollyne, gremista, gestão 2018/2019).

Já os relatos de Cristian e Karollyne são mais parecidos no significado a respeito do que seria um grêmio estudantil. De acordo com a pesquisadora Andreia Aparecida Prado (2016), o grêmio estudantil é uma instância composta por um colegiado de representação máxima dos estudantes de uma escola. Colegiado esse formado por discentes que constituíram uma chapa, concorreram a uma eleição realizada na escola e a venceram, obtendo um mandato de um ano. No caso da entidade abordada nesta pesquisa, o mandato foi de 2018 a 2019, sendo o grêmio em questão composto por 12 estudantes, dos quais apenas seis aceitaram participar da pesquisa, após conhecerem nosso objetivo e metodologia. Os demais alegaram que o trabalho os impossibilitaria de participar, tendo em vista que nossos grupos focais foram realizados nos dias em que esses alunos não tinham aulas no período da tarde, às quartas e quintas-feiras.

Um dos principais instrumentos de que o grêmio se apropria para registrar suas ações e atividades é um livro de ata. Por estar sob posse dos estudantes gremistas, trata-se de um instrumento útil para relatar todas as vivências de um grêmio estudantil na escola. Ao questionarmos sobre tal ferramenta e sobre sua importância, obtivemos as seguintes respostas: “Temos que ter tudo anotadinho, coisa por coisa. Tem uma ata que explica tudo o que você faz e tem que fazer tudo direitinho, explicando tudo que você fez, porque sempre tem uma pessoa que vai lá que vai querer saber o que foi feito, se fez certo ou não. (Camila, estudante gremista, gestão 2018/2019); “Eu acho que é importante para futuramente, exemplo quando vamos assumir o grêmio sempre é lido a ata de posse e acho que é importante para lembrar o

que foi feito, é para além da memória, é um registro. (Karollyne, estudante gremista, gestão 2018/209); “O próximo grêmio que entrar, por exemplo, vai ter acesso à ata. Na dúvida do que fazer e o que foi feito, a ata é um registro para isso. Eu acho importante (Cristian, estudante gremista, gestão 2018/2019).

O livro de ata do grêmio estudantil tem em seu termo de abertura a data de 30 de abril de 2001, registrada pela gestora da época. Portanto estamos relatando dezenove anos do colegiado na instituição. Em sua maioria, encontramos registros de eleições e posses de chapas eleitas. Dentre os poucos relatos, o de 13 de abril de 2013 nos chamou a atenção, pois diz respeito ao fato de que em uma reunião do grêmio os estudantes registraram questionamento sobre a metodologia e o comportamento de um professor em sala de aula. De forma ética, não foi mencionado o nome. No mesmo registro, consta reivindicação de utilizar a quadra nos finais de semana.

O Grêmio Estudantil é visto como um espaço importante nessa direção, onde os jovens podem organizar-se, discutir política, reivindicar levando em consideração os problemas da escola e da sociedade da qual fazem parte, configurando-se como um lugar de formação política do estudante. (MENDES, 2011, p.1).

Infelizmente os gremistas não registraram quais medidas formais eles adotaram para resolver o problema, mas o simples fato de relatar uma questão relacionada a um professor, tanto de comportamento quanto de metodologia, e de deixar registrado apresenta-se como uma demonstração de um grêmio que disfrutava de alinhamento entres os membros do seu colegiado, tendo em vista que todos assinaram o citado registro. Também questionamos se na época ou até mesmo nos dias de hoje os estudantes recebem um suporte de como registrar tais acontecimentos no livro de ata ou se o poder da escrita também lhes é dificultado para que os estudantes não realizem plenamente tal faculdade, de forma que a prerrogativa seja realizada pela gestão da escola, como se viu no termo de abertura feito pela gestora e não pelos próprios estudantes.

O grêmio estudantil vai para além apenas dos componentes daquela determinada chapa, devendo estar sempre em comunicação com todos os discentes da escola, para que os alunos se sintam bem representados. O que comprova tal argumento são os dois registros do ano de 2015, o primeiro realizado em maio, em que são relatadas várias críticas por partes dos estudantes ao grêmio e problemas a serem resolvidos na escola. Essa reunião foi realizada com todos os representantes das turmas. No mês seguinte, em junho, os gremistas

apresentaram o sucesso da última reunião, pois, após ouvir mais estudantes, os problemas diminuíram de forma significativa.

O registro datado em 20 de maio de 2017 apresenta, segundo a ata do grêmio, a fala da gestora da instituição:

A gestora aproveitou a oportunidade para falar da importância da função de representantes dos estudantes para a efetivação de uma gestão democrática e que todos precisam se comprometer e fazer por merecer a confiança neles depositada pelos colegas de escola. Falou também do papel do grêmio e que os mesmos precisam entender que nada é mais importante do que os estudos e que não podem se ausentar da sala de aula para resolver questões relacionadas ao grêmio estudantil. (Ata do grêmio estudantil, gestora).

Nesse relato, é considerável apontar a parte de “efetivação da gestão democrática”, no cotidiano da instituição. Para Libâneo (2004), para que a gestão escolar funcione é preciso haver tomadas de decisão e controle de diversas situações. No caso relatado nesta pesquisa, trata-se de uma gestão com cultura autoritária, pois apenas comunicou a decisão, não dando espaço para os gremistas apresentarem outra alternativa ou questionar tal decisão.

Uma sociedade autoritária, com tradição autoritária, com organização autoritária e, não por acaso, articulada com interesses autoritários de uma minoria, orienta-se na direção oposta à democracia. Como sabemos, os determinantes econômicos, sociais, políticos e culturais mais amplos é que agem em favor dessa tendência, tornando muito fácil toda ação em sentido contrário. (PARO, 2008, p. 19).

Nas escolas com esse tipo de gestão, as tomadas de decisão acontecem segundo uma lógica de relações verticalizadas de comandos e obediências, sendo o diretor a autoridade máxima. Assim, reforça-se uma cultura autoritária, inquestionável e centralizadora do poder, impossibilitando participações nas tomadas de decisão e bloqueando os outros atores que fazem parte das vivências da escola.

O Projeto Político-Pedagógico da escola apresenta em suas metas e ações:

promover a gestão democrática, envolvendo todos os segmentos para a divisão de responsabilidades nas perspectivas de planejar/executar e avaliar as ações educacionais, objetivando sempre a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem; conscientizar a comunidade escolar para o entendimento da formação cidadã como participação social e política, adotando atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, fazendo o uso do diálogo como estratégia para mediar conflitos e tomar decisões coletivas; garantir a gestão democrática na escola, definindo papéis e avaliando seus resultados, objetivando a melhoria da qualidade dos trabalhos escolares.

O Projeto Político-Pedagógico tem a intencionalidade de um compromisso sociopolítico que orienta e conduz as ações da escola. Em sua dimensão política, tem o compromisso de formar estudantes em cidadãos para a sociedade. De acordo com Saviani (2009), essa dimensão política se cumpre na medida que ela se realiza na prática pedagógica.

Diante do contexto do que é uma gestão democrática e o que apresenta o Projeto Político-Pedagógico, não encontramos ao analisarmos tal documento menção alguma ao grêmio estudantil.

Outro documento a que tivemos acesso foi o regimento escolar da instituição. Em seu primeiro título, denominado “das disposições preliminares”, no primeiro artigo apresenta que o regimento foi elaborado à luz da legislação vigente, com uma gestão participativa e envolvimento de todos os seguimentos da comunidade escolar. O referido documento define a estrutura didática, pedagógica e administrativa que é organizada para proporcionar aos estudantes uma formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades e preparação para o exercício consciente da cidadania. Menciona ainda que tem como eixos norteadores o Projeto Político-Pedagógico, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Magistério e do Funcionário Público do Estado de Pernambuco.

Em relação ao regimento, detemo-nos apenas sobre o que o documento traz a respeito do grêmio estudantil. No título sétimo, “da administração”, apresenta as concepções e formas de gestão. Na quarta seção, aborda-se diretamente o que é o grêmio estudantil para a escola. No quinquagésimo segundo artigo, lê-se: “O Grêmio Estudantil é o órgão máximo de representação dos estudantes da EREM e terá suas atividades regidas por estatuto próprio aprovado em assembleia geral”, o que não condiz com a realidade vivenciada pela gestão 2018/2019. Ao questionarmos, os gremistas a respeito, informaram que “se existe, não nos deram”. Os estudantes também relataram que não sabem se os alunos participaram da construção do Projeto Político-Pedagógico da instituição.

Diante da compreensão do que é o grêmio estudantil para os estudantes, também perguntamos quais ações eles desenvolvem e consideram importantes. Uma das respostas foi: “Acho que o mais importante é ser um grêmio solidário, quando alguém tá precisando, ele tá sempre para ajudar. Atuando quando tem alguém que precisa na escola, algumas pessoas nos procuram para organizarmos algumas campanhas solidárias” (Cristian, estudante gremista, gestão 2018/2019).

Os estudantes compreendem que suas ações e atividades devem estar ligadas a questões caritativas. Entendem que essas ações fazem o grêmio estudantil ser uma entidade

que contribui com o estudante e com toda a comunidade. Portanto, estamos diante de características tradicionais ligadas a questões religiosas do ser cidadão de bem, que ajuda o próximo, deixando de lado questões como a própria representação estudantil, o debate das tomadas de decisão da escola e as reivindicações dos estudantes de melhorias do cotidiano escolar.

Isso aí, complementando a voz dele, sempre, tanto da escola como fora dela tem gente que nos procura precisando de ajuda, fazemos bingo. Tem muitas ações que é importante, só que essa é a que a gente mais foca, ajudar tanto a família dos alunos como a família de pessoas fora da escola. (Camila, estudante gremista 2018/2019).

A respeito das práticas caritativas, é preciso lembrar o contexto no qual a escola está situada: uma cidade de pequeno porte, onde, em sua maioria, os habitantes se conhecem. Portanto a característica de ser um grêmio solidário relaciona-se com a proposta de construir um cidadão que ajude o próximo, que seja condizente com o discurso calcado em ações relacionadas a princípios religiosos.

Fazendo um contraponto com a fala do gremista Cristian, o que os estudantes nomeiam como “solidariedade” pode ser contemplado como ações que vão para além dos muros da escola de modo a permitir-lhes atuar diretamente na sociedade. Na dissertação do pesquisador Giovanni Biazzetto (2016), o autor analisou o Julinho, que era um periódico que os estudantes produziam em Porto Alegre na década de 60.

É possível perceber que o Grêmio Estudantil atuava em questões importantes no colégio, isso evidencia sua posição política, por envolver-se com o processo educativo da comunidade juliana. Assim, promovia campanha do livro didático, estabelecia diálogos com o poder público, buscando recursos para a realização de suas atividades. Além disso, oferecia serviços aos estudantes como o atendimento de médicos e dentistas, oportunizava atividades culturais e de lazer. Preocupava-se em atender aos direitos dos estudantes do colégio ao encaminhar carteiras estudantis, fato enaltecido em vários editoriais. (BIAZZETTO, 2016, p. 103).

Portanto, a partir do periódico analisado, percebe-se que o aluno era visto e percebido para além das questões escolares pelos estudantes do Julinho, uma vez que atividades como a escolha do livro didático era tão importante quanto as ações culturais, de lazer e saúde pessoal.

A organização do grêmio sempre é determinada pela última gestão, a exemplo dos cargos e funções. Abordamos os gremistas sobre como está atualmente organizada a sua gestão e se algo foi mudado ou se mudariam algum aspecto.

Grêmio, eu não mudaria nada. Tá bom assim e a gente até mudou. Quando começamos, eram apenas cinco integrantes: o presidente e vice-presidente, secretário, orador e tesoureiro. Acrescentamos radialista, secretário de esportes, dois estudantes, pois era apenas um e mais dois de apoio, pois não tinha isso. Agora somos um total de doze. Percebemos que precisamos de mais gente, principalmente quando chegava a hora do almoço e precisávamos colocar as mesas e cadeiras para os demais almoçarem. (Camila, estudante gremista, gestão 2018/2019).

Camila relata aceitar a forma segundo a qual o grêmio estudantil está organizado na escola, os cargos e a quantidade de estudantes. A aluna até relata a mudança no quantitativo de estudantes. Creio que seja pertinente questionarmos: os estudantes percebem que são agentes que podem lutar para mudar determinadas coisas, situações e organizações do ambiente escolar? Ou, por perceberem que não existem ou são quase inexistentes mudanças com participações ativas dos estudantes, acreditam ser coisa muito difícil e são vencidos pelo cansaço? Será que consideram como intransponíveis os mecanismos utilizados por professores, equipe gestora e funcionários para frear a participação estudantil?

Também percebemos que alguns estudantes tinha uma certa afinidade com algumas áreas e foi a maneira que encontramos de encaixar mais estudantes, a exemplo de uma estudante que já era responsável pela rádio. Os meninos que gostam de esportes ficaram na diretoria de esportes e responsável pela quadra na hora do almoço. (Carla, estudante gremista, gestão 2018/2019).

Os grêmios estudantis, mesmo tendo seu percurso histórico de lutas e de representatividade discente dentro de escolas secundárias, em sua maioria, ainda são manipulados para apenas realizar as festividades da escola e atividades como “ajudar a colocar as mesas na hora do almoço” ou “colocar música na rádio da escola”. Por conta do poder ainda estar centrado na figura do diretor escolar, este atua de forma a controlar as ações dos estudantes, mesmo dentro desse espaço conquistado ao longo do tempo.

Mesmo que a escola possa responsabilizar-se pelo trabalho de interação com todos os alunos e propiciar atividades recreativas e de lazer, se aquela não tiver o apoio e a ajuda do grêmio na gerência das ações, haverá sobrecarga de demandas da gestão escolar, o ideal seria a partilha das ações com a instituição que representa os alunos na escola, que é o grêmio estudantil. Toda participação exige responsabilidade, e um grêmio estudantil compromissado deve procurar defender os interesses dos alunos, firmando, sempre que possível, uma parceria com todas as pessoas que atuam na escola. (COSTA, 2015, p .44).

No decorrer dos grupos focais, outras atividades foram sendo apresentadas, reafirmando apenas esse espaço destinado ao grêmio estudantil, como a organização das festas dos pais e das mães. Os estudantes relataram que não têm apoio nenhum por parte da escola e que eles mesmos desenvolvem tudo sozinhos. De acordo com Karollyne, “é o grêmio

pelos alunos e o grêmio pelo grêmio”. Os estudantes apontaram que a atividade para a qual mais tiveram apoio para desenvolver foi a “campanha do agasalho”. O grêmio arrecadava agasalhos, tanto na escola quanto na cidade, para doar a um abrigo de idosos em uma cidade vizinha. Foi essa atividade com a qual tanto a direção quanto os professores mais ajudaram.

Com os relatos dessas atividades e mudanças ocorridas no grêmio, perguntamos se podemos afirmar que: “o grêmio está mais para realizar as festividades da escola do que para lutar pelos direitos dos estudantes?” Todos discordaram. Mas, ao observar suas falas, percebemos que os próprios não compreendem o que seriam esses direitos. Cristian disse: “pode e não pode”. Já Carla considera mais importantes e urgentes as campanhas solidárias para ajudar a quem precisa. De acordo com Camila, ela nunca percebeu nenhum estudante com a necessidade da intervenção do grêmio por algum direito violado e até o momento ninguém tinha os procurado sobre questões de “direitos”.

As religiões cristãs pregam a caridade como sendo uma virtude. Exercendo-se a caridade há a possibilidade do encontro com Deus, afinal você está a ajudar o outro que precisa mais que você. A professora de história e doutora Claudia Neves da Silva (2006), no artigo “Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências”, apresenta que esse encontro com Deus se dará de forma mais completa quanto mais o indivíduo viver e praticar a caridade.

Segundo seus defensores, a caridade possibilita uma relação de união e comunhão com o outro, seu irmão, porque considerado filho do mesmo Pai, garantindo a salvação a rico e pobre, ou seja, a recompensa de uma vida eterna plena de amor e paz, já que os leva a ações de acolhimento e humildade: ao primeiro, porque ajuda e ao segundo, porque aceita o que lhe é oferecido. Não concebe o conflito e discórdia entre quem tem mais e quem tem menos. Aliás, onde a caridade se faz presente, as desavenças desaparecem. (SILVA, 2006, p. 328-329).

Nessa perceptiva cristã de controle do conflito, os irmãos, mesmo em condições sociais econômicas desiguais, tornam-se iguais. Os de melhor situação social e econômica fazem caridade através da doação.

Os estudantes gremistas não compreendem que são sujeitos de direitos, assim como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, e que têm alguns direitos violados. De acordo com os seus relatos, eles não têm tempo de participar do horário destinado ao almoço, para descansar, jogar ou conversar, pois estão realizando funções administrativas que ultrapassam e atrapalham suas ações enquanto grêmio. Seria um tempo destinado a reuniões, conversas, oficinas e debates.

Com isso, abordamos com quem os estudantes gremistas podem contar para contribuir com o grêmio, para sanar dúvidas, acompanhar algumas ações, dar sugestões de leituras sobre temas a serem tratados. Karollyne afirmou: “não”. Cristian disse: “não, o grêmio trabalha muito só”. Já Camila discordou um pouco dos colegas e afirmou: “temos, assim, quando queremos alguma coisa, temos que falar com a direção e apresentar as ideias, sim ou não”. Mas ela concordou com os demais quanto ao fato de eles não terem nenhum incentivo por parte da gestora e professores.

É bom não esquecer que os professores representam os mais diversificados papéis. Além de transmitir conhecimentos, que promovam o desenvolvimento de habilidades específicas geradoras de novas competências e provocar nos alunos novas atitudes, formar valores e despertar interesses, cabe-lhes, ainda, avaliar todos esses espectros cognitivos e não-cognitivos, na medida do possível. (VIANNA, 2007, p. 7).

Sendo assim, se os educadores que tanto reclamam de uma juventude que não quer nada e nem sabe para onde quer ir, por que não contribuir com o colegiado que está presente no cotidiano escolar e dele faz parte? Em nosso caso específico, trata-se de uma escola de tempo integral, onde o professor passa o dia todo, diferentemente de outras realidades. Será que os professores estão apenas preocupados com questões conteudistas?

Para ilustrar a resposta a essa pergunta, trazemos a fala de Cristian: “os professores deveriam estar junto ao grêmio, eles sabem quais os direitos, deveriam ter uma reunião para falar sobre isso”.

Também levantamos se o grêmio conhece o movimento estudantil. Para a nossa surpresa, Cristian afirmou que “não”. Camila disse: “na verdade, eu nem sei o que é movimento estudantil”. Diante da pergunta que lançamos e das angústias ditas pelos estudantes que se sentem como em um barco à deriva, os ventos levam para qualquer lugar, que em nosso caso são ventos bem intencionados, pois o melhor estudante continua sendo aquele que conversa pouco, faz as atividades e nada questiona.

Fica compreendido que esses estudantes não conhecem ou não compreendem leis e história da Ditadura no Brasil. Outro ponto a ser levantado, mas que aqui não temos como abordar, apesar de considerável, é como esses temas, assuntos e disciplinas são abordados em sala de aula. O ensino precisa sair dos livros e se tornar significativo para os estudantes. “O processo de apropriação do conhecimento se dá, portanto, no decurso do desenvolvimento de relações reais, efetivas, do sujeito com o mundo... Interagindo com as pessoas que integram

seu meio ambiente, a criança apreende o conhecimento de sua cultura” (PALANGANA, 2001, p.131).

Portanto, o grêmio estudantil precisa dessa construção coletiva para que suas ações sejam mais significativas que as festividades nas escolas, para que ele ocupe seu espaço de fato, que é a tomada de decisões na escola. Dessa forma, será possível refletir o que é apreendido na sala de sala em ações mais coletivas e democráticas. Para Souza (2003), a democracia não pode ser imposta, pois precisa ser construída, ensinada e aprendida.

Sendo um espaço de construção social, mesmo que de forma controlada por adultos, o grêmio estudantil, ainda que de forma tímida em suas ações, contribui para a formação cidadã dos estudantes, quando se sentem cobrados por algo e percebem a necessidade de uma melhor comunicação e convivência com os demais alunos da instituição. É o que percebemos nos depoimentos quando abordamos sobre quais mudanças os gremistas percebem que ocorreram com eles mesmos no espaço escolar. “Muita, você se ver diante de uma responsabilidade grande, você tem que estar se esforçando correndo atrás, você acaba se tornando uma pessoa mais responsável então, é uma mudança interessante” (Cristian, gremista, gestão 2018/2019).

Diante dos relatos dos estudantes da gestão do grêmio 2018/2019, compreendemos que eles cobram de si mesmos atitudes e ações como responsabilidade, atenção, escutar melhor e resolver questões, além de também receberem cobranças por parte dos demais colegas estudantes, gestores, professores e funcionários da escola. De acordo com Paraná (2012), os grêmios estudantis são uma das mais antigas tradições da juventude, cumprindo desde sempre o papel de formação e desenvolvimento educacional, esportivo e cultural, pois, com essas atividades, representam para muitos estudantes os primeiros contatos com a vida social, cultural e política.

O grêmio estudantil nos ambientes educacionais é importante e necessário espaço de aprendizagem, cidadania, convivência e responsabilidade por parte dos estudantes. Mesmo de forma tímida, é um espaço de lutas por direitos. Ainda que não seja bem compreendido e manipulado pelos adultos, é onde começam algumas indagações e, com isso, contribui para reafirmar a escola pública democrática. O grêmio com suas atividades, por mais simples que sejam, representa para muitos estudantes no Brasil o primeiro contato com uma vida social, cultural e principalmente política, mesmo diante de uma escola que se diz democrática, tanto no discurso quanto em algumas normativas, como o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Interno, mas que no seu fazer pedagógico silencia a participação dos estudantes. Com isso, o grêmio estudantil contribui para a formação cidadã dos estudantes, mesmo na

contramão do poder dos adultos, que acham que sabem de tudo, mas, na verdade, não sabem ouvir nossos estudantes.

4.3 OLHARES SOBRE A PARTICIPAÇÃO

É só quando precisam da gente, nos procuram para sermos protagonistas.
(Eliza, vice presidente do grêmio 2018/2019).

Falar sobre grêmio estudantil remete a pensarmos em um colegiado garantido por lutas e leis e composto por estudantes secundaristas (educação básica), que se reúnem para representar seus colegas em uma determinada instituição de ensino. Contudo, isso não condiz com a realidade da maioria dos grêmios estudantis, como assevera Almeida (1998), pois, mesmo com garantias legais, os estudantes não têm conhecimento pleno de seus direitos, o que se junta no cotidiano a outras dificuldades, de espaço, diálogo e apoio ao grêmio estudantil nas escolas.

Sendo o primeiro espaço de coletividade para além das instituições família e religião, que em nosso caso já são bastante presentes na vida dos estudantes, o grêmio permite aos adolescentes-jovens terem a oportunidade de se defrontarem com questões-problemas para as quais eles devem procurar resolução, em meio a conflitos que na maioria das vezes tornam visíveis divergências entre professores, gestão e alunos. Com isso, os gremistas são estimulados a desenvolverem um melhor diálogo com as partes, exercitando, assim, a forma democrática de convivência social.

Ao perguntamos de quais outras instituições os estudantes já tinham participado, obtivemos os seguintes depoimentos. “O grêmio é a primeira, foi aqui o lugar que nos deram um cargo com mais responsabilidades” (Cristian, presidente, gestão 2018/2019). Já a estudante Camila relata que já participou de ações solidárias com grupos de jovens da Igreja na comunidade rural onde vive, mas percebe que o cargo no grêmio é o de maior responsabilidade que já exerceu.

Mesmo diante da manipulação e estratégias de frear os estudantes no desenvolvimento de ações na escola, os gremistas percebem a importância de participarem da instituição de forma legal e reconhecida, tanto na escola quanto na comunidade. Ao analisar os depoimentos dos estudantes, observamos o quanto nossos adolescente-jovens não têm oportunidades de participarem de coletivos, associações, organizações não governamentais, iniciativas que em nosso caso, principalmente no interior do estado, são escassas. Quando chamamos a atenção

dos adolescentes a respeito da necessidade de participarem de outras entidades, além da família e religião, percebemos que sua adesão limitada a essas esferas relaciona-se com a hierarquia rígida e estática que ainda sustenta tais instituições, o que vai de encontro com alternativas democráticas nas quais o principal objetivo é a construção do diálogo.

Em sua tese de doutorado, a pesquisadora Simone Paixão Rodrigues (2015) aborda como o grêmio pode ser fundamental para reunir um grupo de indivíduos com interesses semelhantes, permitindo desenvolver um convívio social como prática principal de princípios democráticos.

Desse modo, compreendi o associativismo estudantil como uma forma de desenvolvimento de práticas educativas e culturais além das paredes da sala de aula e da escola. Considerando o princípio fundamental de uma associação, a saber, unir um grupo de indivíduos em torno de interesses e objetivos comuns, identifiquei a sua significância no universo educacional, pois, por meio da prática associativa, os discentes exercitaram o convívio social, combateram o individualismo e aprenderam práticas de organização, liderança disciplina e autonomia. As associações estudantis constituíram-se, assim, como verdadeiros espaços de sociabilidades fundamentais em princípios democráticos, cujas finalidades aguçavam no intelecto o espírito de cooperação e responsabilidade. (AQUINO, 2016, p. 281).

A falta de espaços como esses também é percebida pelos próprios jovens, que, em suas falas, relatam isso de forma objetiva e pontual, assim como no relato de Cristian: “Falta, era interessante dar oportunidade, um cargo para os jovens com mais responsabilidades para eles perceberem que estão se tornando adultos, as dificuldades que vão parecer, a necessidade de pensar como adulto”.

Diante do relato do gremista, percebemos que os alunos não se percebem empoderados de seu papel enquanto gremistas, jovens e estudantes. Para Nogueira (2010), existem lugares institucionais estabelecidos para desenvolver o empoderamento dos jovens, que permitem aos próprios sujeitos serem transformadores de suas realidades, tendo como finalidade vencer barreiras por meio da promoção da consciência cultural.

A escola é ou deveria vir a ser uma dessas intuições de desenvolvimento do empoderamento estudantil, pois a educação desenvolve um processo construído a partir das relações sociais, que se desenvolvem no tempo histórico e têm várias dimensões no cotidiano.

Com isso, vemos que os adolescentes-jovens precisam de mecanismos que deem oportunidades de democratizarem o poder por meio de espaços políticos, principalmente nas escolas, e que tenham como consequência permitir o exercício de tomadas de decisão de forma linear e democrática.

Em outro grupo focal, questionamos o grupo de gremistas sobre os direitos dos estudantes, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o direito à diversidade LGBTQI+. O relato de Camila deixa explícito que a escola não aborda tais questionamentos.

Muitas dessas coisas aí a gente não tem tanto conhecimento, até porque nós deveríamos ter pelo menos palestras. Era para alguém explicar o que a gente poderia fazer pelo direito do jovem e sobre a questão do LGBTQI+. Eu ainda tentei, falei com uma professora que seria para fazer uma palestra aqui na escola para explicar o preconceito que ainda existe, muitas pessoas dizem que não, mas sempre escutamos uma piadinha no corredor da escola e a gente queria fazer uma palestra sobre isso. A professora disse que talvez não fosse bom, por causa que a comunidade poderia interpretar diferente e sair dizendo em casa e na cidade que a escola está incentivando os alunos a serem homossexuais. (Camila, tesoureira do grêmio, gestão 2018-2019).

Essa fala da gremista Camila denuncia que a escola não aborda questões ligadas ao ECA, o que também vai de encontro ao que preconiza a LDB. Logo nos primeiros artigos da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, garante-se o acesso do estudante a formas de diálogo democrático e plural.

No artigo 2º, a referida lei garante que a educação é dever não apenas da família como também do Estado e que esse processo educativo deve ser regido por princípios de liberdade e solidariedade humana, tendo como finalidade o desenvolvimento pleno do educando para exercer a sua cidadania. Já no artigo 3º, apresenta os princípios que devem nortear a prática docente no ensinar. Para a nossa discussão, trazemos os quatro primeiros incisos do artigo, que são: “I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância”.

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II - opinião e expressão;
- III - crença e culto religioso;
- IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;
- V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- VI - participar da vida política, na forma da lei;
- VII - buscar refúgio, auxílio e orientação. (BRASIL, 1990).

Esses artigos da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 dispõem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, que lhes garante proteção integral. O artigo 15 garante o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento, como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição Federal. Sobre o direito à liberdade, o artigo 16, em inciso II, garante a crianças e adolescentes o direito de opinarem e se expressarem à sua maneira.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) têm como objetivo orientar os professores nas mudanças referentes ao currículo escolar na busca por novas abordagens e metodologias. O documento aborda as ciências humanas e suas tecnologias, área que engloba as disciplinas de filosofia, história, geografia e sociologia. Seu objetivo final é desenvolver no estudante uma aprendizagem crítica e criativa. Chama atenção para a extensão da cidadania do estudante e para o desenvolvimento ao longo da história dos direitos e deveres do cidadão e da consciência cívica e social.

Os PCNEM apresentam que a aprendizagem nas ciências humanas e suas tecnologias deve desenvolver habilidades e competências com o intuito de o estudante compreender a sociedade na qual está inserido como sendo uma construção humana que se reconstrói com o passar dos tempos. Assim, deverá ser promovido o contato do estudante com essa área,

[...] enquanto espaço construído e consumido; para que compreenda os processos de sociabilidade humana em âmbito coletivo, definindo espaços públicos e refletindo-se no âmbito da constituição das individualidades; para que construa a si próprio como um agente social que intervém na sociedade; para que avalie o sentido dos processos sociais que orientam o constante fluxo social, bem como o sentido de sua intervenção nesse processo; para que avalie o impacto das tecnologias no desenvolvimento e na estruturação das sociedades; e para que se aproprie das tecnologias produzidas ou utilizadas pelos conhecimentos da área. (BRASIL, 2000, p. 21).

Diante da fala de Camila, percebemos que a escola não está garantindo em nada o que está presente nessas legislações. A escola, espaço esse que deveria ser de proteção, na verdade está freando o acesso dos estudantes a garantias para conhecer e se apoderar de tais legislações de modo a desenvolverem de forma consciente o seu papel enquanto discentes e cidadãos. Como os estudantes podem ser protagonistas se a escola não apresenta garantias legais para desenvolverem seu papel no cotidiano escolar? Outro questionamento é: será que os professores tiveram acesso em sua formação ao Estatuto? Como relatado anteriormente, nosso objetivo principal é o estudante e não o professor, mas podemos considerar a ideia de que, mesmo na formação, os professores não tiveram acesso a tais textos legais, o que denota

que até mesmo os docentes precisam se apoderar desse arcabouço legal para que sejam capazes de abordá-lo em sala de aula.

A respeito da violação da escola em atender ao pedido dos estudantes sobre palestras relacionadas à temática LGBT, trazemos a fala de um adolescente que participou da construção do Plano Estadual Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (2018-2027), realizada pela Escola de Conselhos em extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco: “Eu, como adolescente LGBT, olho pra trás e vejo tudo que passei... Por várias dificuldades com a minha família por causa da minha sexualidade. Nunca deixo o preconceito ser maior que eu... eu só quero ser feliz” (CEDCA, 2018, p. 22).

A escola precisa reconhecer os direitos humanos como um princípio que norteie a sua prática educativa, mas deve atuar com a perspectiva de que todos tem direitos, mas são diferentes. Dessa forma, os alunos precisam ter assegurados seus direitos, contudo sem serem uniformizados de tal modo que suas diferenças sejam percebidas como algo que os inferiorize, pois todos os estudantes têm o direito de serem diferentes. Daí vem a necessidade de que reconheçamos as diferenças, sem que essas diferenças reproduzam desigualdades.

Continuando com o nosso grupo focal, a estudante Agatha chamou a atenção para outra demanda que o grêmio estudantil percebe na escola, mas que não é atendida: “A escola não aborda a questão do respeito ao próximo. Porque, se a pessoa é homossexual, é baixinha, é gorda, negra e sofre preconceito na escola, você não está tendo o respeito que deveria e a escola nada faz, mas nós temos que respeitar a todos”. Para Abreu (2017), durante o processo formativo do estudante, a participação contribui para ações democráticas e para uma gestão escolar autônoma. Para desenvolver um ensino de qualidade, os interesses dos envolvidos nesse processo devem ser contemplados, o que é possível apenas com fala e escuta de todos nos processos decisórios.

Alcançar uma perspectiva em que a escola reconheça os direitos humanos só será possível construindo-se um espaço que promova debates e discussões democráticos com o intuito de superar as desigualdades sociais construídas com o passar dos anos. Para tanto, é necessário compreender que a dignidade do ser humano não é imanente e reconhecida por todos, pois é uma construção feita socialmente. Portanto as desigualdades presentes em nossa sociedade pressionam principalmente a escola em relação à necessidade do respeito às diversidades e às diferenças para que haja a efetivação de justiça e equidade social (CEDCA, 2018).

Outro ponto levantado pelos gremistas foi a falta de parceria e orientação por parte dos professores com o grêmio estudantil, partindo do princípio de que a escola deve ser uma

garantidora de direitos, de modo a proporcionar uma aprendizagem que rompa com o conformismo de aceitar tudo o que lhes é imposto através do desenvolvimento de senso crítico e criativo perante seus contextos.

Os estudantes precisam ter acesso a uma educação para o exercício da cidadania, que os introduza na tarefa de construir sua própria humanização, sendo participantes ativos das várias questões inerentes a suas vivências, de modo a sair de seus lugares de plateia e passar a ser protagonistas no espetáculo de suas vidas. Para isso, o ser cidadão implica no reconhecimento e concretização de seus direitos civis, políticos e sociais (NASCIMENTO, 2018).

Reconhecê-los como cidadãos é assegurar o que foi estabelecido tanto na Constituição Federal (artigo 227) quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 3º, 4º e 5º) em relação aos seus direitos fundamentais. A educação deve proporcionar ao aluno conhecimentos que o preparem tanto para a defesa de seus direitos quanto para o desempenho de suas obrigações.

Então, a educação aqui pretendida tem a difícil tarefa de conduzir o educando à *práxis* cidadã, como percurso humanizante, mirando a construção de uma sociedade onde as oportunidades educacionais, econômicas e sociais não sejam pré-determinadas – quase que como direitos reais repassados por herança, mas, ao contrário, resultante de uma sólida compreensão da Proteção Integral. (NASCIMENTO, 2018, p. 135).

Indo ao encontro do protagonismo juvenil, que é uma prática educativa para a cidadania, o adolescente-jovem deve ocupar a centralidade das ações desenvolvidas, que devem proporcionar sentidos positivos e projetos de vida, como também valores éticos, por exemplo, solidariedade e responsabilidade social (ABRAMOVAY, 2002). Em sentido totalmente contrário, as práticas vivenciadas na educação do estado de Pernambuco levam os estudantes a competir entre si para obterem destaque em detrimentos dos colegas.

Usarei dois exemplos. O primeiro: a própria escola que foi o nosso campo de pesquisa, onde, como em outras unidades de ensino do estado, em todos os bimestres, os melhores estudantes de cada turma ganham certificados pelas maiores notas e frequências. O segundo: o programa de intercâmbio internacional Ganhe o Mundo, criado em 2011 com o intuito de levar estudantes do ensino médio a fazer intercâmbios em outros países. Trazemos os dados do programa referentes ao semestre 2018.2, tendo em vista que os estudantes selecionados viajaram em 2019. O edital apresentava um total de 15 mil vagas para cursos de línguas estrangeiras, ofertando inglês, espanhol e alemão. Os estudantes do primeiro ano do ensino

médio devidamente matriculados precisavam fazer suas inscrições, após cumprirem o pré-requisito, que era ter alcançado a média bruta de sete pontos, sem arredondamento, nos dois primeiros bimestres nas disciplinas de português e matemática. O curso tinha duração de 12 meses e no final os estudantes seriam submetidos a uma prova para selecionar quais iriam participar do programa.

Como desenvolver o protagonismo estudantil nas escolas de ensino básico da rede estadual de Pernambuco, se os estudantes são incentivados à competitividade? Segundo o censo no ano de 2018, estavam matriculados no ensino médio 281.105 estudantes e foram ofertadas apenas 15 mil vagas nos cursos de línguas. Todos os estudantes tiveram oportunidades diferentes para acessar o curso? Por que apenas as disciplinas de português e matemática? Talvez porque a maioria das avaliações externas cobrem apenas as disciplinas e porque sempre são selecionados apenas pouco menos de mil estudantes. Percebemos, na verdade, a manipulação do empoderamento estudantil, pois, com isso, os alunos não têm conhecimento em larga escala em todo território do estado. Com espaços estudantis fortalecidos, os estudantes poderiam discutir, apresentar outros pontos de vista e lutar pelos seus lugares de fala. Mas, ao contrário, não se permite que falem com autonomia, como se vê no estudo de caso abordado nesta dissertação.

A estudante Elyza, tesoureira do grêmio, relata: “em alguns momentos sim, em outros não, a exemplo da diretoria, às vezes decidem algumas coisas sem procurar saber o interesse dos estudantes”. Essa fala da estudante foi relacionada com a participação do grêmio estudantil nas diversas ações da escola. Questionamos se o grêmio participa do conselho de classe. E os gremistas perguntaram: “É aquele negócio que fala mal da gente? [risadas]. Nunca fomos convidados”.

O conselho de classe, enquanto encontro formal e sistematizado, pode promover aos docentes e orientadores pedagógicos reflexões a partir dos diagnósticos levantados, favorecer a mobilização, a criação e a reformulação de estratégias pedagógicas que venham a possibilitar o maior e melhor desenvolvimento e construção de conhecimentos e experiências educativas (afetivas e cognitivas) em função do educando, como também favorecer tomadas de decisões mais justas e responsáveis frente à avaliação da aprendizagem. (MAGNATA, 2017, p. 16).

A pesquisadora ainda aborda que o espaço que é o conselho de classe é instância de diálogo, participação e aprendizado. É também uma oportunidade de participação estudantil, onde o estudante pode apresentar suas necessidades, reclamações e sugestões. No entanto, o aluno precisa compreender que esse espaço ocupado por ele é de estudo do processo de aprendizagem e de possíveis soluções conduzidas pelos profissionais da escola.

As professoras Keila Amaro e Marivete Quadros (2016), em artigo publicado pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, apresentam a seguinte questão: “O que é preciso para que o grêmio se constitua e se fortaleça para atuar de maneira eficaz, contribuindo pra que os alunos se envolvam eficazmente?”. Em resposta a esse questionamento, elas apontam que é preciso estimular o próprio grêmio.

Mas para isso a escola precisa quebrar todas as barreiras criadas na comunicação com os estudantes, como as crenças de que o professor sabe tudo, o adulto é mais inteligente que os adolescentes-jovens e não permitir questionamentos em sala de aula. A escola se situa em níveis de realidade bastantes diferentes e convergentes em favor de uma comunicação eficaz para com os estudantes.

A escola precisa dar suporte teórico como embasamento para os estudantes se apoderarem de seu protagonismo, para que sejam construídos espaços escolares que tenham como finalidade o diálogo com todos os envolvidos nos diversos níveis de realidade, em nosso caso: estudantes; professores; equipe gestora, funcionários da escola e toda a comunidade escolar. Dessa forma, será possível contribuir com processos educativos de formação de cidadãos ativos.

A atuação do grêmio estudantil possibilita ao aluno uma atitude investigativa, cognitiva e uma prática social voltada para a autonomia e participação, através da compreensão da construção social da realidade e da emergência de ações efetivas para transformá-la a cada dia, a cada escolha, a cada modo de saber e de fazer, a metodologia do ensino/aprendizagem passa necessariamente pela pesquisa e pela construção coletiva de conhecimentos e atitudes, a partir de alargamento das experiências e representações sociais cotidianas de todos os envolvidos no processo. (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 95).

Efetivar a participação dos estudantes na rotina escolar é na verdade possibilitar-lhes enfrentar os problemas do cotidiano, como a necessidade de conviver com as diferenças, sem ser preciso aniquilar o outro ou impor seus pensamentos e convicções. Para isso, é necessário levar o aluno a perceber e refletir sobre a diferença entre resolver questões familiares e problemas institucionais, que precisam ser pautados principalmente pelo diálogo democrático. Isso implica esclarecer que o convívio escolar difere de seu convívio privado (familiar), onde seus anseios, crenças e maneiras de se comunicar não convêm no trato com pessoas, em sua maioria, totalmente diferentes. O grêmio torna-se esse espaço de proporcionar a construção cidadã, tendo em vista que é a primeira instituição pública idealizada para a participação efetiva dos estudantes.

Paulo Freire descreve a importância de incentivar os alunos a serem participativos:

Uma destas tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. (FREIRE, 2001, p. 41).

O que se reflete nas falas dos estudantes é o desafio da escola em romper com seu histórico tradicional de ver o estudante como um ser passivo. Desenvolver nas escolas possibilidades para que o estudante seja protagonista requer mudanças no atual processo educativo.

As sociedades enfrentam hoje, o desafio de oferecer às gerações jovens princípios éticos de convivência e ideias humanas que possam ser compartilhadas por pessoas com diferentes antecedentes e formações. Uma representação convincente da democracia parece ser o caminho para o desenvolvimento de identidades autônomas prontas para adaptar-se e responder às rápidas mudanças sociais, culturais e econômicas. Tal representação enfatiza a liberdade e a interdependência, a tolerância e o respeito mútuo, a iniciativa e a competência para o trabalho construtivo e cooperativo. (SOUZA, 2003, p. 25).

Criar espaços ou proporcionar mecanismos que de forma eficaz oportunizem a participação estudantil é desenvolver a corresponsabilidade de uma escola melhor, de uma educação de qualidade. O estudante com autonomia é capaz de constituir um grêmio estudantil com participação consciente e efetiva, que possa derrubar os muros da própria escola e efetivar esse pertencimento de ser cidadão de sua comunidade, cidade, estado, país e planeta Terra, pois com esse pertencimento, ele irá contribuir de forma responsável para uma sociedade melhor que esteja no nível da dignidade humana.

Quando questionamos sobre a dificuldade de alguns temas serem abordados na escola, como LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais), os estudantes afirmaram que acreditam decorrer do fato de a cidade ser do interior e pequena. Mas a gremista Camila ressaltou o papel que a escola deverá desempenhar nesses casos:

Creio que seja mais culpa da cidade, por ser um lugar pequeno e também a escola tem uma parcela nessa culpa, porque, se pelo menos na escola o jovem tivesse a oportunidade de uma palestra ou uma educação de como conviver melhor com o outro independentemente do que ele seja homossexual, negro, branco, eu acho que ele em sua casa seria outra pessoa, mesmo que a família tivesse aquela cabeça de que isso não, é errado. (Camila, diretora de esportes, gestão 2018-2019).

Partindo da fala da gremista Camila, lembramos que a escola é produto da sociedade. No caso abordado nesta pesquisa, a escola é resultado de um contexto de cidade de interior,

na qual o modelo tradicional ainda é muito forte e centrado na família patriarcal, heterossexual e ligada à religião católica.

Em sua dissertação, a pesquisadora Isaura Melo de Franco (2014) analisa a atuação da “união estudantil de Ituiutaba”, Minas Gerais, durante o período de 1952 a 1968. A autora utilizou como fonte os jornais da cidade que divulgavam as ações dos estudantes. Existiam os discentes ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE), que no contexto da Ditadura Militar no país, em sua maioria, já eram universitários, e outro grupo, formado por alunos secundaristas, ligados a famílias tradicionais das cidades do interior de Minas Gerais e que assumiram os jornais locais.

Uma das primeiras ações dessa nova gestão da UEI foi organizar a “Marcha da família com Deus pela liberdade” em Ituiutaba, que se realizou, de acordo com o Correio do Triângulo de 07/04/1964 na matéria “Marcha da vitória”, no dia 3 de abril com a participação de cerca de cinco mil pessoas que comemoravam a vitória do novo governo implantado, alegando que os princípios cristãos venceram os comunistas. Tal passeata percorreu as ruas centrais da cidade, parando em frente à igreja matriz local, onde ocorreu uma missa em ação de graças pela vitória dos militares. (FRANCO, 2014, p. 94).

Esses princípios cristãos relatados estão presentes em nossas escolas até os dias presentes. Na maioria das repartições públicas, em específico nas escolas, encontramos símbolos ligados ao cristianismo. Em nosso caso, na entrada da escola há uma imagem de um santo considerado patrono da unidade de ensino, que também é padroeiro da cidade. Por haver esses princípios que estão intimamente ligados, principalmente a uma família patriarcal, dificilmente temas como a diversidade sexual serão abordados nessa escola, mesmo sendo direito garantido aos estudantes.

Vejamos a fala da vice-presidente do grêmio, Eliza: “é só quando precisam da gente, nos procuram para sermos protagonistas”. A não participação dos estudantes apresenta o quanto a escola ainda não dialoga para além do seu espaço. Os estudantes trazem vivências que são barradas de debate a discussão, o que dificulta o aprimoramento da construção de um diálogo democrático, premissa para a participação estudantil. Apresentamos alguns questionamentos: quais espaços os estudantes têm para debater sobre educação para além da escola? Onde o estudante pode reclamar, perguntar ou questionar atividades, atitudes e propostas da escola? Estamos diante de um cenário opressor, no qual o estudante não se vê entendido como um ser pensante, crítico e representado.

Seria bom, por exemplo, se a juventude participasse de uma forma mais efetiva da luta pela educação... Repensar a escola também é fundamental. Dar ao aluno mais

responsabilidade pelo próprio destino é a chance de se autoavaliar e avaliar seus professores. Reformular o sistema de avaliação é transformar a escola numa atividade de prazer: trazer para dentro dos colégios os temas da atualidade... A juventude deve, acima de tudo, saber desconfiar das verdades absolutas. Desconfiar sempre é curioso, pesquisador, renovador. (GROISMAN, 2004, p. 82).

É muito pretencioso de nossa parte quereremos que os estudantes sejam protagonistas em uma escola e sociedade opressoras. Precisamos pensar e construir uma sociedade onde crianças, adolescentes, jovens, pobres e negros possam romper essa herança histórica tão presente, que é a exclusão que exerce o poder sempre hierarquicamente vertical sobre o outro.

Para além da escola, os estudantes não têm acesso a como desenvolver e apoderar-se da autonomia perante o cotidiano escolar. Cristian, orador do grêmio, afirmou: “Não, além da escola não temos ninguém. Até tentamos fazer um encontro com alguns grêmios da região, mas nunca deu certo”. Depois desse depoimento, perguntamos se os estudantes conheciam o movimento estudantil. Todos se olharam e apenas dois responderam: “Não. Na verdade, eu nem sei o que é movimento estudantil”.

O próprio sistema educacional cria mecanismos para a não articulação dos próprios estudantes, a exemplo das escolas de tempo integral. Em nosso caso, quando visitávamos a escola para desenvolver nossa pesquisa, fomos orientados a apenas realizar os nossos encontros nos dias e horários em que não houvesse aulas.

A escola é semi-integral. Os estudantes têm aulas diariamente no período da manhã e mais três dias de aulas à tarde. Quando apresentamos a nossa proposta ao grupo do grêmio, composto por um total de dez participantes, apenas cinco poderiam e queriam participar, pois alguns trabalhavam após sair da escola nesses dias. Os cinco estudantes que aceitaram participar da pesquisa tinham um impedimento: participavam de um curso de inglês na escola. Interessados em participar da pesquisa, os discentes fizeram um acordo com o professor do curso. Na ocasião, eles diminuíram o intervalo do almoço para começar e terminar mais cedo o curso de inglês. Assim, pudemos realizarmos nossos grupos focais.

A escola, a sociedade e o sistema educacional vão de encontro aos interesses dos estudantes, dificultando sempre aos alunos a possibilidade de se articularem e efetivarem suas participações de forma ativa, criativa e autônoma na escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar e analisar os estudantes de um grêmio estudantil do Agreste de Pernambuco, por fazerem parte de um espaço coletivo e democrático, é um desafio. Estar diante de um cenário nacional, no qual uma considerável parte da população vai às ruas e faz protestos em favor de uma intervenção militar e pela volta da ditadura militar, levou-nos a rever e repensar como construir espaços democráticos como o grêmio estudantil em escolas que reproduzem modelos e experiências autoritários.

Para a execução desta pesquisa, percorremos um considerável caminho que impulsionou e direcionou a construção desta dissertação. Caminho esse que se iniciou quando desempenhei a função de conselheiro tutelar (2013-2020). Na ocasião, diante que uma elevada demanda sobre evasão escolar, realizamos visitas domiciliares em busca de estudantes, tanto na zona urbana quanto rural. Sempre nos deparávamos com situações de trabalho infantojuvenil e desinteresse pela escola. Alguns questionamentos e hipóteses começaram a ser feitas, tais como: a escola é tão ruim que os alunos preferem trabalhar? O que falta na escola para esses alunos voltarem? Os alunos se veem pertencentes às escolas em que estudam?

Em 2018, fiz uma especialização em direitos humanos de crianças e adolescentes pela Escola de Conselhos de Pernambuco, que faz parte da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Na ocasião, participei da segunda turma, que tinha como objetivo ser realizada no interior do estado.

Nossas considerações finais serão apresentadas no sentido de refletirmos e discutirmos sobre o papel do grêmio estudantil em uma escola pública do ensino médio como um dos espaços para fortalecer e desenvolver a participação estudantil *a priori* na escola.

Ao optarmos pelo entendimento de um estudo de caso, deixamos de lado outras possibilidades de abordagens para esta pesquisa. A abordagem teórico-metodológica do grupo focal mostrou-se um instrumento essencial para a compreensão da dinâmica do grêmio estudantil. Aplicamos às falas dos estudantes a análise de conteúdo para construirmos o nosso instrumento analítico a fim de empreender a interpretação dos objetivos da pesquisa.

Ao problematizarmos sobre a atuação e contribuição do grêmio estudantil para efetivar a participação estudantil, propomo-nos a repensar os estudantes enquanto sujeitos dos direitos.

Precisamos levar em consideração que a escola está localizada em uma cidade de pequeno porte, que tem por volta de 15 mil habitantes, onde organizações sociais, movimentos sociais, sindicatos e o próprio movimento estudantil não fazem parte da dinâmica

social do município. Portanto a cidade apresenta comportamentos e atitudes tradicionais ligados à Igreja Católica, que também se fazem presentes na rotina da escola. Imagens e símbolos estão na maioria dos espaços da escola (direção, salas de aulas, secretaria, sala de professores e biblioteca), e os estudantes são influenciados a participarem de cultos, festividades e celebrações de apenas uma denominação tanto na própria escola quanto nos espaços religiosos.

Diante da influência da religião cristã pregada e vivenciada na escola, segundo a qual a caridade é uma grande virtude do ser humano e um encontro com Deus, percebemos mais um mecanismo que a escola utiliza e do qual se apropria para controlar os estudantes. Nessa ótica, a caridade é uma possibilidade de união e comunhão entre irmãos. Portanto praticar a caridade é uma forma de negar o conflito e a discórdia e de pôr em prática a união entre os que estão em condições sociais e relações de poder diferentes, lógica que em nosso caso é reproduzida na escola abordada. Diante desse cenário, ser contra, questionar e lutar por mais participação (usando uma metáfora) é ser visto como o diferente que pode provocar os demais, chegando a ser condenado no Tribunal da Santa Inquisição, assim como era feito na Idade Média pela Igreja Católica.

Outro ponto relevante a ressaltar é o fato de que, a cada encontro com os estudantes, eles ficavam entusiasmados com os grupos focais, sempre curiosos e interessados no debate. Com base na observação desse comportamento, podemos dizer que os discentes não são estimulados ao pensamento livre, crítico e criativo nas aulas.

No decorrer dos grupos focais, os estudantes tinham receio de falar nomes e cargos com medo de as pessoas em questão saberem sobre o que eles estavam falando. Sempre que isso ocorria, lembrávamos o nosso termo de consentimento livre e esclarecido que asseverava que eles não seriam expostos a qualquer ato vexatório e que o conteúdo gravado não seria visto por qualquer pessoa da escola. Esses comportamentos fizeram-nos perceber que ações autoritárias ainda se fazem presentes na escola. A palmatória foi abolida das unidades de ensino, mas as reprovações, as expulsões das salas de aula e o ato de ignorar os alunos são novas maneiras de frear a participação livre e autônoma dos estudantes.

Embora o grêmio estudantil nem sempre alcance efeitos significativos na participação dos alunos no cotidiano escolar, é relevante pontuar que, mesmo diante de um movimento de continuidade e descontinuidade, avanços e retrocessos, esse tipo de instituição representativa dos alunos consegue construir e desenvolver um sentimento, uma ideia de democracia participativa nos discentes. Infelizmente esse ganho não servirá plenamente para o momento que os entrevistados estão vivenciando no ensino médio em prol da luta para a transformação

da escola. Mas servirá para eles exercerem seus papéis enquanto cidadãos conscientes na sociedade.

É importante pontuar que isso não aconteceu em nosso caso de forma potencial porque os estudantes nunca tiveram oportunidades de acesso a espaços que possibilitassem construir um diálogo democrático e horizontal.

Nesse sentido, esperamos que esta pesquisa subsidie não apenas a reflexão e o debate sobre o papel do grêmio estudantil como um espaço conquistado na escola, onde se possa desenvolver a participação discente, mas também possa contribuir para a ampliação e divulgação científica das pesquisas em educação com foco nos estudantes enquanto objetos e objetivos centrais, em especial no que tange à necessidade de transformação das práticas existentes que freiam e criam obstáculos à participação efetiva, criativa e autônoma dos nossos alunos. Que este estudo possa servir de incentivo para que outras pesquisas sobre a temática aprofundem e ampliem as discussões.

O grêmio estudantil é um espaço que, mesmo de forma velada e manipulada, consubstancia-se como um laboratório para os e as estudantes se confrontarem com o autoritarismo e a democracia. Dessa forma, desejamos que os discentes sejam levados a essa experiência o quanto antes em suas vidas escolares, pois, assim, no futuro teremos mais brasileiros defendendo a DEMOCRACIA.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. e RUA, M.G. **Violência nas escolas**. Brasília: Unesco, 2002.

ABREU, Andréa Botelho de. **A constituição de grêmios estudantis nas escolas estaduais de ensino médio de Minas Gerais e seu lugar na gestão democrática**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação de Educação Pública) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação de Educação Pública, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

ABREU, Roberta Melo de Andrade. **A pesquisa da própria prática pedagógica: uma ação possível?** 2008. 113f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação e Letras da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008.

ALDERSON, P. Children as researchers: the effects of participation rights on research methodology. *In*: CHRISTENSEN, P.; JAMES, A. (ed.). **Research with children: perspectives and practices**. London: Falmer, 2000. p. 241-255.

ALGEBAILLE, M. A. **A Polifonia de Bakhtin nas vozes infantis: o reatar dos laços**. 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 1995.

ALMEIDA, J. S. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

AMARO, Keila. QUADROS, Marivete Basseto. A importância do grêmio estudantil na formação cidadã dos estudantes: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor**. Curitiba: SEED/PR., 2016. (Cadernos PDE, v. 1.). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_uenp_keilaamaro.pdf. Acesso em: 20 mar. 2019.

ANDRADE, Juliana A. de; SILVA, M. M. F. T. A formação da consciência história dos jovens no ensino médio: reflexões de um projeto promissor. **Educação Básica Revista**, v. 4, p. 1-274, 2018.

ANDRÉ, Marli. Estudo de Caso: seu potencial na educação. **Caderno de Pesquisa**, Rio de Janeiro, PUC, v. 49, p. 51-54, maio 1984.

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Faebea, Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, 2013.

ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

ANTUNES, Celso. **Como desenvolver conteúdos explorando as inteligências múltiplas**. 17. ed. Campinas: Papyrus 2014.

ANTUNES, Celso. **Resiliência**: a construção de uma nova pedagogia para uma escola pública de qualidade. Petrópolis: Vozes, 2003. (Fascículo 13).

AQUINO, Mary Jones Ferreira de Moura. **Organização e imprensa estudantil no colégio de São Luiz e Liceu Maranhense**: processo de formação de uma elite letrada (1949-1958). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 2016.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 3ª edição. 27ª impressão. São Paulo: Moderna 2014.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária; São Paulo: EDUSP, 1981.

ARIÈS, Philippe. **História social da infância e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. 11. ed. atual. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

BARBOSA, Maria C. S. Culturas Escolares, Culturas de Infância e Culturas Familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1059-1083, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2028100.pdf> . Acesso em: 6 jun. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, José d' Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2012.

BIAZZETTO, Giovanni. **Nas páginas de “o Julinho”**: percepções e narrativas de jovens escreventes sobre uma história da política do Brasil, sobre histórias de um colégio Padrão (1960). 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: UnB, 2000.

BORGES, Scarlett Giovana. **A dialética das experiências escolares na emergência da prática de ocupar e resistir**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/lei9394.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/C3%27A7ao.htm. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio, Ciências Humanas e suas Tecnologias**, Brasília, 2000.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 1º mar. 2019.

BRASIL. Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014. Ementa: aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF., 10 jan. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 19 ago. 2018.

BRASIL. Lei Nº. 7398, de 4 de novembro de 1985. Ementa: Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e da outras providências. **Portal de legislação**. Disponível em: <http://www.diariodasleis.com.br/>. Acesso em: 16 jan. 2017.

BRASIL; INSTITUTO SOU DA PAZ. **Caderno Grêmio em Forma**. São Paulo: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Instituto Sou da Paz, 2010. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1095.pdf>. Acesso em: 6 jan 2017.

CECHINEL, Andre; FONTANA, Silvia Aparecida Pereira; GIUSTINA, Kelli Pazeto Della; PEREIRA, Antonio Serafim; PRADO, Silvia Salvador do. Estudo/Análise Documental: uma revisão teórica e metodológica. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESC**, v. 5, n. 1, jan./jun. 2016.

CEDCA (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco). **Plano estadual decenal de direitos humanos de criança e adolescentes de Pernambuco: 2018-2027**. Recife: CEDCA, 2018.

CHAVES, Eduardo. **Educação Centrada no Aluno**. 2016. Disponível em <https://edutec.space/2016/01/03/educacao-centrada-no-aluno>. Acesso em: 14 set. 2017.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **A presença da pedagogia: métodos e técnicas de ação socioeducativa**. 2. ed. São Paulo: Global; Instituto Ayrton Senna, 2001.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

COSTA, Ericson Araújo da. **A gestão escolar e a responsabilidade: o papel da participação familiar para melhoria da aprendizagem dos alunos em uma escola do Estado do Acre**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

COTTA M. **Classe política e parlamento in Italia**. Bologna: Il Mulino, 1979.

CRUZ, H.; PEIXOTO, M. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245-262, jun. 2002.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. 11. ed. São Paulo: Papirus, 2008.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. *In*: MINAYO, Maria Cecília (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

EARP, M. L. S. **Assistência ou educação: o projeto de alunos-residentes de CIEPs**. 1996. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1996.

ESPÍRITO SANTO. **Currículo Básico Escola Estadual**. Vitória: Secretaria de Estado de Educação/SEDU, 2009.

FERREIRA, M. D. S. **Vozes infantis, elos de coletividade: a criança da favela no seu contexto sociocultural**. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, 1998.

FINGER, Magda M. **O processo de gestão escolar e o papel de seus vários participantes**. Cambé: Universidade Estadual de Londrina, 2008.

FIorentini, D. Quando acadêmicos da universidade e professores da escola básica constituem uma comunidade de prática reflexiva e investigativa. *In*: FIORENTINI, D.; GRANDO, R. C.; MISKULIN, R. G. S. (org.). **Práticas de formação e de pesquisa de professores que ensinam matemática**. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 233-255.

FORQUIN, J. Claude. **Escola e Cultura: a sociologia do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FRANCO, Isaura Melo. **Estudantes tijucanos em cena: história de suas organizações políticas e culturais (Ituiutaba – MG, 1952-1968)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FRIEDMANN, Adriana. História do percurso da sociologia e da antropologia na área da infância. **Vera Cruz**, v. 1, n. 2, p. 214-235, 2011.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GAUTHIER, B. (org.). **Recherche sociale**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1987.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GROISMAN, Serginho. Saudades para quê? **Veja, Edição Especial Jovens**, São Paulo: Abril, junho 2004, nº 32, p. 82. Disponível em: <http://www.cursointellectus.com.br/blog/curiosidades/saudade-para-que>. Acesso em: 21 jun. 2019.

KRAMER, S. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 41-59, jul. 2002.

LEITE, M. I. **No campo da linguagem, a linguagem no campo**: o que falam de escola e saber as crianças da área rural. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio de Janeiro, 1995.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e Prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIMA, L. C. Diretor(a) de escola pública: unipessoalidade e concentração do poder no quadro de uma relação subordinada. *In*: PERONI, V. M. V. (org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. Brasília: Líber Livro, 2013. p. 58-81.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. *In*: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LÜDKE, M. A pesquisa qualitativa e o estudo da escola. **Cadernos de Pesquisa**, n. 49, p. 43-44, 1984.

MAGNATA, Rubia Cavalcante Vicente. **Participação e representação estudantil no conselho de classe**: compreensões e significados para a avaliação da aprendizagem e para o processo democráticos na escola. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2017.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MENDES, Fernanda Brasil. **“Um Grêmio Estudantil mais politizado”**: formas de engajamento e construção identitária em um Grêmio Estudantil. 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/1975>. Acesso em: 28 jun. 2019.

MESSINA, G. **Estudio sobre el estado del arte de la investigación acerca de la formación docente en los noventa**. México, 1998.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MIRANDA, Humberto da Silva. De menor a jovem-adolescente: (re)pensando a legislação infanto-juvenil no Brasil. *In: SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. **As juventudes e seus diferentes sujeitos***. Recife: EDUFRPE, 2017. p. 119-129.

MONTEIRO, Angélica. **Movimento estudantil**: organização. Fortaleza: Secretaria da Educação Básica, 2005.

MORAES, Telma Elizabete de. **Sentidos e significações da gestão democrática**: da previsibilidade à efetividade nas escolas públicas estaduais do município de Itapetininga/SP. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015.

MOSÉ, Viviane. **A escola e os desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MÜLLER, Angélica. **Praia do Flamengo, 132**: histórias e memórias. 1. ed. São Paulo: Letras Jurídicas, 2011.

NASCIMENTO, Alcicleide Cabral do. A casa dos expostos do Recife: caridade e assistência à infância abandonada (1789-1800). *In: MIRANDA, Humberto (org.). **Crianças e adolescentes**: do tempo da assistência à era dos direitos*. Recife. Lidergraff, 2010.

NASCIMENTO, José Almir do. **A educação como dispositivo de proteção integral à criança e ao adolescente**: um discurso de qualidade. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife 2018.

NETO, Accioly (Compositor). **A natureza das coisas** (letra). Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/flavio-jose/200188/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

NOGUEIRA, P. S. **Juventude**: construção de uma hegemonia. 2010. Disponível em: http://www.nufipeuff.org/seminario_gramsci_e_os_movimentos_populares/trabalhos/Patricia_Simone_Nogueira.pdf . Acesso em: 12 maio 2019.

OLIVEIRA, D. C. Análise de Conteúdo Temático Categorical: uma proposta de sistematização. **Rev. Enferm.**, Rio de Janeiro, UERJ, 16(4), p. 56-76, out./ dez., 2008.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, Mirian; FREITAS, Henrique M.R. Focus Group – pesquisa qualitativa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planejamento. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 83-91, jul./set., 1998.

PALANGANA, I. C. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotski**: a relevância do social. 3. ed. São Paulo: Summus, 2001.

PARANÁ, Secretaria Estadual de Educação. **Grêmios Estudantis**: Manual. 2012. Disponível em: http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gremio_estudantil/manualgremioportal.pdf. Acesso em: 19 set. 2019.

PARO, Vítor Henrique. Estrutura da escola e educação como prática democrática. *In*: CORREA, Bianca C.; GARCIA, Teise O. (org.). **Políticas educacionais e organização do trabalho na escola**. São Paulo: Xamã, 2008. p. 11-38.

PERES, R. S.; SANTOS, M. A. Considerações gerais e orientações práticas acerca do emprego de estudos de caso na pesquisa científica em Psicologia. **Interações**, v. X, n. 20, p. 109-126, jul./dez., 2005.

PERES, F; BARBOSA, E. A. Jovens do campo e projetos de vida: reflexões da psicologia histórico-cultural. *In*: SILVA T. A. A. (Org). *As Juventudes e seus diferentes sujeitos*. Recife: EDUFRPE, 2017.

PERNAMBUCO. **Lei Estadual nº 12.280, de 11 de novembro de 2002**. Dispõe sobre a Proteção Integral aos Direitos dos alunos. Recife, 2002.

PESAVENTO, Sandra. **História & história cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PIZZOL, S. J. S. Combinação de grupos focais e análise discriminante: um método para tipificação de sistemas de produção agropecuária. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 42, n. 3, p. 451-468, 2004.

PIZZORNO, Alessandro *et al.* **Los límites de la democracia**. Buenos Aires: Santo Domingo, 1985.

PONCHIO, Raquel. **Planejamento estratégico participativo na gestão de uma escola estadual paulista**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2014.

PORFIRIO, Pablo Francisco. História da trajetória da assistência às crianças e aos adolescentes no Brasil. *In*: MIRANDA, Humberto (org.). **Quer um conselho: a trajetória dos conselhos de direitos da criança e do adolescente e tutelares no Brasil**. Recife: Linceu, 2013.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13- 49, abr., 1997.

PRADO, Andreia Aparecida. Grêmios Estudantil: uma proposta de participação política e democrática na escola. **Cadernos PDE**, Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor. 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_16_artigo_ped_uel_andreiaaparecidaprado.pdf. Acesso em: 16 set. 2019.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e pesquisa**, v. 36, n.2, p. 631-643, 2010.

REGO, Teresa Cristina R. A Indisciplina e o Processo Educativo: uma análise na perspectiva vygotskiana. *In*: AQUINO, Júlio Groppa (org.). **Indisciplina na Escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.

RIO DE JANEIRO, Secretaria Municipal de Educação. **Grêmios é fundamental: guia para implementação**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação, 2013.

RODRIGUES, Simone Paixão. **Com a palavra, os alunos**: associativismo discente no Grêmio Literário Clodomir Silva. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão 2015.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte”. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set. 2006.

SALLES, Thays Alexandre. **A importância da dialogicidade para a efetiva participação da comunidade local e da comunidade escolar**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2017.

SANI, Giacomo. Participação política. *In*: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UNB, 1986.

SARMENTO, M. J. As crianças e a infância: definindo conceitos delimitando o campo. *In*: PINTO, M.; SARMENTO, M. J. **As crianças**: contextos e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 1997.

SARMENTO, Manoel Jacinto. A Sociologia da infância e a sociedade contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos. **Sociologia da infância e a formação de professores**, n. 1, p. 13-46, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 41. ed. revista. Campinas: Autores Associados, [1983] 2009.

SCHEINVAR, E. Conselho tutelar e práticas de assistência no contexto dos 20 anos do ECA. *In*: MIRANDA, Humberto (org.). **Estatuto da Criança e do Adolescente**: conquistas e desafios. 1. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. p. 25-38.

SILVA, Claudia Neves da. Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 15, p. 326-351, jan./jun. 2006.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. *In*: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca: **Alfabetização/Organização**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2000.

SOUZA, V. **Juventude, solidariedade e voluntariado**. Salvador: Fundação Odebrecht; Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2002.

VASCONCELOS, Alais Ávila. Artigo 99/livro 2, tema: Medidas de Proteção. *In*: CURY, Munir (coord.). **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**: comentários jurídicos e Sociais. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VIANNA, Heraldo Marelím. **Pesquisa em Educação: a observação**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. *In*: LOPES, Eliane Marta, FIGUEIREDO, Luciano e GREIVAS, Cynthia (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YUS, R. **Educação integral: uma educação holística para o século XXI**. Tradução: Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002.

**APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
APRESENTADO AOS RESPONSÁVEIS PELOS ESTUDANTES PARTICIPANTES
DA PESQUISA**

Pesquisa: GRÊMIO ESTUDANTIL NA ESCOLA PÚBLICA: entre a participação e a solidariedade caritativa (Agreste de Pernambuco, 2018-2020)

Responsável: Plínio Xavier de Figueirôa

Contato: (081) 9.9917-7857 / pliniovertentes@gmail.com)

Instituição: Universidade Federal Rural de Pernambuco / Fundação Joaquim Nabuco)

Apresentação e procedimentos:

Esta pesquisa tem como objetivo observar e analisar se o grêmio estudantil contribui de alguma forma para a participação ou se incentiva e desperta o interesse dos estudantes a participarem de questões políticas. Para tanto, parte da perspectiva de que o grêmio estudantil é um órgão colegiado de representatividade dos estudantes de uma escola secundarista, sendo pautado principalmente pela participação ativa de todos os seus integrantes, ou seja, trata-se de um órgão altamente democrático.

Riscos e benefícios:

O benefício esperado com esta pesquisa é fortalecer o papel do grêmio estudantil dentro das escolas secundaristas, assim como afirmar os estudantes enquanto sujeitos de direitos e fortalecer uma gestão cada vez mais democrática. Não há relato algum na literatura, até o momento, de quaisquer riscos de ordem física ou psicológica com a participação em pesquisas deste tipo, a não ser a possibilidade de os participantes experimentarem, no início, um sentimento de timidez ou desconforto por serem gravados. O pesquisador tentará minimizar esse tipo de reação ao máximo, realizando antes uma conversa explicativa sobre o projeto e várias atividades colaborativas, deixando os sujeitos à vontade para falarem sobre o procedimento, antes, durante e após as gravações do grupo focal.

Compromissos:

O pesquisador se compromete a estar sempre disponível para esclarecer dúvidas sobre os procedimentos da pesquisa. Mesmo com as devidas autorizações dos responsáveis, os estudantes só participarão do grupo focal e de sondagens culturais se quiserem. O responsável ou o próprio estudante ainda poderá desistir da participação na pesquisa a qualquer momento.

Os dados contidos nas gravações e produções serão utilizados para fins exclusivos de pesquisa, atividades de ensino e discussões em reuniões científicas onde esses dados sirvam para ilustrar aspectos importantes acerca do tema. Fotografias geradas a partir do grupo focal ou produções através das sondagens culturais também poderão ser utilizadas de modo similar, em publicações de pesquisas. Os participantes da pesquisa não serão identificados pelo nome, exceto na medida em que este seja pronunciado durante a gravação. As imagens e transcrições ficarão à disposição do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste da Universidade Federal Rural de Pernambuco, que poderá utilizar os dados para outros estudos, sempre respeitando o caráter confidencial das informações, conforme aqui explicitado.

A participação na pesquisa não implicará absolutamente em nenhum custo, nem recompensa financeira para os participantes.

Consentimento:

Eu, _____, responsável pelo(a) estudante _____, fui devidamente apresentado(a) às informações acima e, após lê-las e compreendê-las, decidi que autorizo sua participação na pesquisa.

Vertentes, ____ de _____ de 2019.

Responsável pelo(a) aluno(a) participante

Responsável pela pesquisa

Testemunha 1

Testemunha 2

AGRADECEMOS MUITO POR SUA COLABORAÇÃO!

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO APRESENTADO AOS ESTUDANTES PARTICIPANTES DA PESQUISA

Pesquisa: GRÊMIO ESTUDANTIL NA ESCOLA PÚBLICA: entre a participação e a solidariedade caritativa (Agreste de Pernambuco, 2018-2020)

Responsável: Plínio Xavier de Figueirôa

Contato: (081) 9.9917-7857 / pliniovertentes@gmail.com)

Instituição: Universidade Federal Rural de Pernambuco / Fundação Joaquim Nabuco)

Apresentação e procedimentos:

Esta pesquisa tem como objetivo observar e analisar se o grêmio estudantil contribui de alguma forma para a participação ou se incentiva e desperta o interesse dos estudantes a participarem de questões políticas. Para tanto, parte da perspectiva de que o grêmio estudantil é um órgão colegiado de representatividade dos estudantes de uma escola secundarista, sendo pautado principalmente pela participação ativa de todos os seus integrantes, ou seja, trata-se de um órgão altamente democrático.

Riscos e benefícios:

O benefício esperado com esta pesquisa é fortalecer o papel do grêmio estudantil dentro das escolas secundaristas, assim como afirmar os estudantes enquanto sujeitos de direitos e fortalecer uma gestão cada vez mais democrática. Não há relato algum na literatura, até o momento, de quaisquer riscos de ordem física ou psicológica com a participação em pesquisas deste tipo, a não ser a possibilidade de os participantes experimentarem, no início, um sentimento de timidez ou desconforto por serem gravados. O pesquisador tentará minimizar esse tipo de reação ao máximo, realizando antes uma conversa explicativa sobre o projeto e várias atividades colaborativas, deixando os sujeitos à vontade para falarem sobre o procedimento, antes, durante e após as gravações do grupo focal.

Compromissos:

O pesquisador se compromete a estar sempre disponível para esclarecer dúvidas sobre os procedimentos da pesquisa. Mesmo com as devidas autorizações dos responsáveis, os estudantes só participarão do grupo focal e de sondagens culturais se quiserem. O responsável ou o próprio estudante ainda poderá desistir da participação na pesquisa a qualquer momento.

Os dados contidos nas gravações e produções serão utilizados para fins exclusivos de pesquisa, atividades de ensino e discussões em reuniões científicas onde esses dados sirvam para ilustrar aspectos importantes acerca do tema. Fotografias geradas a partir do grupo focal ou produções através das sondagens culturais também poderão ser utilizadas de modo similar, em publicações de pesquisas. Os participantes da pesquisa não serão identificados pelo nome, exceto na medida em que este seja pronunciado durante a gravação. As imagens e transcrições ficarão à disposição do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste da Universidade Federal Rural de Pernambuco, que poderá utilizar os dados para outros estudos, sempre respeitando o caráter confidencial das informações, conforme aqui explicitado.

A participação na pesquisa não implicará absolutamente em nenhum custo, nem recompensa financeira para os participantes.

Consentimento:

Eu, _____, fui devidamente apresentado(a) às informações acima e, após lê-las e compreendê-las, decidi que autorizo minha participação na pesquisa.

Vertentes, ____ de _____ de 2019.

Aluno(a) participante

Responsável pela pesquisa

Testemunha 1

Testemunha 2

AGRADECEMOS MUITO POR SUA COLABORAÇÃO!